

Apresentação

I CONSELHO CURADOR

Paulo César Régis de Souza - Presidente
Joaquim José de Carvalho
Márcia Regina Horta Piva

II CONSELHO DIRETOR

Alexandre Barreto Lisboa
Presidente da FUNPREV
José Júlio Martins de Queiroz - Secretário
Elienai Ramos Coelho - Tesoureira
Verônica Maria Monteiro da Rocha
Diretora de Apoio e Desenvolvimento

III CONSELHO FISCAL

José Mário Teperino - Presidente
Luiz Augusto do Espírito Santo
Francisco das Chagas Câmara Rayol

IV CONSELHO TÉCNICO

Carmen Fernandez de Oliveira
Cauby de Sá Palmeira
Celcino de Carvalho Filho
César Gasparim
Clarice Guerreiro de Araújo
Crésio de Matos Rolim
Cyro Moraes da Franca
Déa Lídice Lemos Pinto
Djair da Silva Pinto Filho
Elzula da Silva Ferreira
Gilberto Galhardo Pessoa de Vasconcelos
Gilmar Ferreira Mendes
Gilson Dayrell
José Arnaldo Rossi
José Gonçalves Campos
Justina Conche Farina
Marcelo Viana Estevão de Moraes
Maria Célia de Abreu
Maria Leide Câmara de Oliveira
Maria Sodrelina das Neves Monteiro
Marília Lúzia Martins Dias
Mário Sérgio Gomes
Martha Bethania Costa Pereira
Miguel de Brito Guimarães Filho
Paulo César Rios
Pedro Dietrich Júnior
Renilda Cantuária de Siqueira Pinto
Rusemberg de Lima Costa
Sara Xavier Cavalcante de Oliveira
Willian Oliveira Luz
Wilson Calvo

V CONSELHO DE NOTÁVEIS

Celso Barroso Leite
Arnaldo Prieto
Jarbas Passarinho
Waldyr Pires
Raphael de Almeida Magalhães
Reinhold Stephanes
Antônio Britto Filho
Sérgio Cutolo
Waldeck Ornêlas

Cadernos Funprev de Previdência Social

Diretor
Paulo César Régis de Souza
Editor
J. B. Serra e Gurgel
Produção Gráfica
Studio 9 Comunicação

Endereço:

SCS Qd. 01 Bloco "K" nº 30
Salas 1001/1004 - Ed. Denasa
Brasília-DF CEP: 70.398-900
www.anasps.org.br / anasps@anasps.org.br
anasps.noticias@anasps.org.br
Telefone: (61) 3321-5651
Fax: (61) 3322-4807

Voltamos nesta edição dos Cadernos de Previdência Social a escrever sobre a reforma tributária, especialmente sobre a desoneração da folha de salários da Previdência Social, incorporada à reforma sem que o Ministério da Previdência tivesse sido ouvido ou considerado.

Não discuto a oportunidade da reforma tributária, que deveria se ater a diferentes aspectos tributários e fiscais, que são da maior gravidade em qualquer nação civilizada.

Por exemplo:

- 1) A divisão dos impostos entre a União, Estados e Municípios;
- 2) A fiscalização, cobrança e recuperação de créditos derivados de impostos.
- 3) Administração da dívida interna, inclusive da União, dos Estados e Municípios.

No primeiro caso, estamos beneficiando a incompetência e gerando monstros inviáveis. São inúmeros os estados e os municípios que se inviabilizaram pelo excesso de gastos. Mais de 60 dos municípios não arrecadam para pagar suas contas.

No segundo, a julgar pela montanha de créditos a receber, só na Receita Federal e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acima de R\$ 1 trilhão, nem nos próximos 100 anos as dívidas seriam cobradas.

No terceiro, a compra das dívidas dos Estados e dos Municípios pela União, criou "a ciranda do calote". Estados e Municípios querem sempre mais dinheiro e não querem pagar nada.

A reforma tributária teria a oportunidade histórica de arrumar as contas públicas, dentro de princípios econômicos mais sérios e mais justos, liquidando com a irresponsabilidade de gestores públicos incompetentes, mas atrelados a um estilo de poder que ameaça a federação.

Lamentavelmente, a reforma, por pressões eleitoreiras – já que o empresariado financia as eleições de uma forma nada transparente – (apesar dos esforços do TSE e dos TREs) enveredou pelo caminho da desoneração contributiva, com argumentos nada convincentes.

Não é hora de se mexer na Previdência Social pública que clama por uma ampla reforma no seu financiamento. As desonerações já em curso que beiram os R\$ 20 bilhões anuais contemplam setores a bel prazer das autoridades fazendárias, A Previdência é surrupiada sem que possa protestar e sem que o Tesouro promova a correta indenização das renúncias contributivas. A discussão sobre desoneração poderia ficar para a oportunidade em que se decidir examinar os desacertos no financiamento do RGPS.

A reforma tributária ameaça a previdência social pública

*Paulo César Régis de Souza

Em defesa dos aposentados e pensionistas

*Paulo Paim

Irresponsabilidade sem limites

*Paulo Renato Souza

A Constituição manda, mas ninguém faz

*João Camilo Penna

Vinculação de recursos

*Adib D. Jatene

Coisa de país rico

*Carlos Mário Velloso

Popularidade estratosférica

*Jarbas Passarinho

Ranço persistente

*Jarbas Passarinho

Amargas contradições na aplicação das leis

*Paulo Skaf

Enfrentar a crise

*Amir Khair

As batalhas pela simplificação tributária

*Everardo Maciel

A eternidade dos passivos tributários

*Everardo Maciel

A democracia brasileira e seus inimigos

*Everardo Maciel

Equidade e qualidade das políticas públicas

*Armando Castelar Pinheiro

Prioridade social do emprego

*Alfried Karl Plöger

Emprego público no Brasil: o que deve ser dito

*Eneuton Pessoa

*Fernando Augusto Mansor de Mattos

*Marcelo Almeida de Britto

Os municípios e o INSS

*César Halum

O crescimento dos gastos das câmaras de vereadores

*Marcos Mendes

A modernização necessária do direito empresarial do trabalho

*Marcos César Amador Alves

DOCUMENTOS:

Produtividade dos Servidores do INSS I

Elaborado pelo Prof. JB Serra e Gurgel para o DatA-NASPS Mar / 09

Produtividade dos Servidores do INSS II

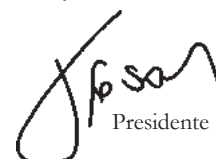
Elaborado pelo Prof. JB Serra e Gurgel para o DatA-NASPS Mar / 09

Arrecadação e Benefícios da Previdência Social

Elaborado pelo Prof. JB Serra e Gurgel para o DatA-NASPS Mar / 09

Grandes Números Da Previdência Social

Elaborado pelo Prof. JB Serra e Gurgel para o DatA-NASPS Março e Abril / 09



Presidente

A reforma tributária ameaça a previdência social pública

Paulo César Régis de Souza (*)

São poucos os especialistas em Previdência Social no país, seja a pública ou a privada. Tirando o senador Paulo Paim e o deputado Arnaldo Faria de Sá, pouquíssimos senadores e deputados conhecem Previdência, seja pelo lado do financiamento ou dos benefícios. Há ilhas de conhecimento de Previdência no IPEA, na UERJ e FGV. Muitos opinam em função de seus interesses imediatos. A cultura previdenciária, de 86 anos, foi visivelmente dilacerada pelas sucessivas intervenções negativas do Estado na própria previdência.

A Previdência foi concebida como um pacto de gerações em que os trabalhadores de hoje provêm os de ontem, numa arquitetura de proteção social. Não aceita benefício sem custeio (financiamento) atuarial compatível com a expectativa de vida. Isto numa época em que o mundo sonhava com o bem estar social das pessoas, trabalhava-se muito, ganhava-se e vivia-se pouco. A evolução econômica e social mudou os mecanismos de compensação, mas manteve a filosofia do sistema, alterada pelo assistencialismo de um lado, e a voracidade do mercado especulativo, do outro.

Depois de uma safra de técnicos e especialistas que resultaram dos institutos na era Vargas, eles se foram e não tiveram substitutos à altura nas instituições previdenciárias que lhes sucederam. O Ministério, por exemplo, foi esvaziado e ocupado por terceirizados ou comissionados compromissados com seus instintos. No INSS, aconteceu o pior: arrivistas de todos os tipos ali desembarcaram não para pensar previdência, mas para cumprir missões de seus mandantes. O ciclo das cabeças pensantes que fundamentam a cultura institucional parece encerrado dentro da própria instituição.

Isto apesar da Previdência Social pública mexer com 36,4 milhões de segurados contribuintes e 26,3 milhões de beneficiários, sendo 22,9 milhões do RGPS. Em 3.773 dos 5.561 municípios brasileiros (67,85%), os pagamentos do INSS superam o FPM - Fundo de Participação dos Municípios. O INSS tira da pobreza mais de 20,0 milhões de pessoas.

A reforma tributária proposta em momento difícil em que a cultura previdenciária declina e a inflacionária floresce, em que os entes federativos querem mais para custeio (empreguismo) e menos para investimentos, em que a corrupção mina e dilacera as instituições públicas, está sendo feita para beneficiar os que se alimentam do gasto público e da omissão do Estado protetor e provedor.

Em nenhum momento, Câmara e Senado se debruçaram sobre as mudanças que afetam a medula da previdência. O olhar do empresariado e de seus agentes infiltrados no Executivo e no Legislativo (lobby cruzado) só enxergou a desoneração progressiva da contribuição sobre a folha, sendo que cada redução de um ponto percentual terá impacto de R\$ 3 bilhões anuais no combalido caixa previdenciário. Está se desperdiçando oportunidade para se examinar o financiamento da Previdência Social pública, do RGPS. Pelo que conhecemos, o atual sistema contributivo (empregador/empregado) não é pesado para a sociedade e tem espaço para crescer, se fizerem os ajustes necessários: combatendo a sonegação, eliminando as renúncias, cobrando e recuperando dívida, controlando a despesa, afastando os políticos.

O governo acena com mais transferências do Tesouro para cobrir as despesas. A lógica parece simples, mesmo porque para compensar o desmantelamento da receita previdenciária e o esfa-

relamento da arrecadação, fiscalização, controle, recuperação de dívidas administrativas e ativas, foram feitas transferências de mais de R\$ 320 bilhões nos últimos seis anos para que o INSS honrasse seus pagamentos. Insisto, ninguém no Executivo ou no Legislativo pensou em reformar o financiamento previdenciário, que mais parece um queijo suíço, cheio de furos.

A reforma tributária é assim vista pelo coordenador da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS): “trata-se de uma proposta que afeta diretamente a vida de 26 milhões de aposentados pelo INSS e outros 6 milhões de brasileiros que dependem do seguro desemprego para sobreviver. Eu ainda tenho esperanças de que o presidente Lula reflita e recue desta proposta perversa”.

A deputada Rita Camata (PMDB-ES) considera que a reforma tributária muda o caráter contributivo existente, que financia as áreas de Previdência e Assistência Social e parte da Saúde, e traz certa intranquilidade. “Ninguém quer perder - União, Estados e Municípios. Temos mais de 80 entidades sociais que questionam os impactos que a PEC vai gerar no financiamento da Seguridade”.

A Secretária-Executiva do Ministério da Saúde, Márcia Bassit Lameiro da Costa, com passagem pela Previdência, afirma que a reforma tributária mantém um déficit de R\$ 15 bilhões no financiamento da Saúde e da Assistência Social. Ao substituir as contribuições sociais atuais por um modelo único de arrecadação federal e destinar 39,7% da receita para a Seguridade Social, não atende às necessidades do setor. “Nós vamos depender, como já estamos dependendo, de um grande aporte de recursos do orçamento fiscal para a conta fechar.”

O prof. Eduardo Fagnani, da UNICAMP, observa que a reforma tributária extingue contribuições sociais cuja arrecadação é destinada à seguridade, como CSLL, Cofins e PIS/Pasep. Em troca, o texto da proposta de reforma vincula à seguridade 38,8% da arrecadação total do Imposto sobre Valor Adicionado Federal (IVA-F), Imposto de Renda (IR) e IPI além de outros 6,7% para financiar o benefício do seguro desemprego. “Não há, porém, nenhuma garantia de que esse percentual será suficiente para a manutenção do sistema”.

O secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência, Helmut Shwarzer, admite que a redução de seis pontos, de 20% para 14% em seis anos, na alíquota das contribuições patronais vai tirar da Previdência Social no mínimo R\$ 18,72 bilhões em receitas próprias. Para haver plena compensação por aumento de base, o país teria que criar, liquidamente, 5,3 milhões de novos vínculos formais de trabalho nos seis anos previstos de transição. A queda da alíquota para 18%, no segundo ano, já exigiria 1,51 milhão de novos empregos formais.

O mais grave é que além de desconstruir a Previdência Social, esterilizando a receita previdenciária, com a efetiva participação do Judiciário, e sem qualquer reação do Legislativo, corremos o risco da reforma tributária sepultar o conceito de Seguridade Social, “uma conquista da Constituição de 1988, que criou um sistema de proteção social para todos os brasileiros.”

A reforma deixa de fora os milhões de trabalhadores, servidores públicos, civis e militares, e os 7 milhões que continuam inadvertidamente comprando títulos de investimento em previdência.

Em defesa dos aposentados e pensionistas

Paulo Paim (*)

Há povos que respeitam os idosos, sua sabedoria. Infelizmente, no Brasil isso ainda não ocorre. O Estatuto do Idoso, de nossa autoria, foi um avanço inegável, mas ainda não chegamos ao ideal.

Em breve a maioria dos brasileiros será idosa e, grande parte, aposentada. O que esperar do futuro se hoje vemos os aposentados e pensionistas tão discriminados. É impossível acreditar que milhões de pessoas sejam tratadas como se não tivessem contribuído para o crescimento do país, como se nada mais pudessem fazer pela Nação.

Há décadas os aposentados e pensionistas têm seus benefícios reduzidos. Uma das razões são os reajustes dados aos que recebem acima do mínimo. Neste ano, o reajuste foi de apenas 5,92%, contra 11,2% do mínimo. Se continuar assim, logo todos ganharão somente um salário mínimo.

Precisando cada vez mais de cuidados com a saúde, vendo os medicamentos terem preços elevados constantemente, auxiliando familiares, a questão que fica é: como esses brasileiros sobrevivem? Alguns dizem que não há como resolver a questão porque a Previdência tem déficit. É claro que isso não é verdade.

Sabemos que no período de 2000 até 2008 o superávit da Seguridade Social ficou em torno de R\$ 400 bilhões. Para evitar que esses recursos sejam destinados para outros fins, apresentei PEC 24/03, que já aprovamos na CCJ do Senado.

Na quinta-feira passada, acompanhado de senadores e deputados de todos os partidos, estivemos reunidos com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer. Ele assegurou que os projetos de nossa autoria, já aprovados pelo Senado, que beneficiam os trabalhadores, os aposentados e pensionistas serão votados assim que a pauta, trancada por medidas provisórias, for liberada.

São três propostas: a que concede às aposentadorias e pensões o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo; a que recompõe as aposentadorias, garantindo ao benefício o mesmo número de salários mínimos da época de sua concessão; e o fim do famigerado fator previdenciário.

Para se ter uma idéia, a aprovação do fim do fator previdenciário

vai beneficiar mais de 30 milhões de trabalhadores que, com a incidência do fator previdenciário no momento de suas aposentadorias, terão prejuízos altíssimos.

No caso das mulheres os registros de perdas alcançam os 40%, já para os homens o número é de 35%. E isso acontece em razão da forma como o fator é calculado. Ele leva em consideração a idade, a alíquota e o tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria, e a expectativa de sobrevida (calculada conforme tabela do IBGE). Ou seja, quanto maior a expectativa de vida, menor será o valor do benefício a ser recebido.

É preciso que todos tenham claro que o fator atinge apenas aqueles que ganham salários de até R\$ 3.038,20. Ou seja, os trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social.

Por isso, continuaremos vigilantes e firmes na defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas, das áreas pública e privada. Sempre teremos como foco a conquista de uma sociedade mais harmônica, inclusiva e justa. Queremos uma previdência universal, igual para todos. É preciso que fique claro que nossos aposentados, pensionistas e trabalhadores estão voltados para a questão. Seus passos podem ser lentos, mas são sempre para frente, rumo à conquista de seus direitos.

Termino demonstrando uma preocupação. Sou autor da PEC 50 que prevê o fim do voto secreto em todas as instâncias do parlamento. É inadmissível que o homem público quando o voto é aberto tenha uma determinada posição, e quando o voto é secreto passe a ter outro posicionamento. Digo isso, porque em caso de veto de algum projeto de interesse popular, o veto só será derrubado se o voto for aberto. Fica aqui o convite para que a sociedade brasileira faça uma cruzada nacional pelo fim do voto secreto.

(*) Paulo Paim é senador federal. Artigo publicado no Jornal "Jornal do Brasil" em 15/03/2009.

Irresponsabilidade sem limites

Paulo Renato Souza (*)

É inescapável a responsabilidade do governo e especialmente do presidente Lula na crise que assola nossa economia. É evidente que ela começou lá fora, em especial nos Estados Unidos, estendeu-se aos demais países desenvolvidos e atinge hoje todo o mundo. Mas o Brasil poderia estar infinitamente melhor e mais preparado para enfrentá-la se tivéssemos um governo lúcido e um estadista na Presidência disposto a assumir a sua responsabilidade histórica. Em artigos anteriores, neste mesmo espaço, já analisei por que a crise chegou aqui antes e mais intensa do que o esperado, por culpa do governo. Falei do câmbio, da precariedade da situação fiscal e da insegurança transmitida ao mercado pelo discurso e pelas atitudes contraditórias das autoridades.

O primeiro elo da cadeia de transmissão da crise no Brasil foi o câmbio, que deixou o real incredivelmente supervalorizado durante vários anos. A responsabilidade do Banco Central nesse particular é evidente. Entretanto, o Banco Central não é independente no Brasil, e essa política em particular teve a aprovação do presidente Lula. O câmbio supervalorizado foi o antídoto brasileiro para evitar que os preços dos produtos básicos - em elevação no mercado internacional - também subissem em reais. A inflação, em especial a dos alimentos, foi mantida em níveis baixos, o que foi muito importante na reeleição do presidente e nos altos índices de popularidade de que ainda hoje desfruta.

As empresas brasileiras, notadamente as exportadoras, fizeram o dever de casa. No longo ciclo de crescimento mundial, estruturaram-se para aproveitar as boas oportunidades. A despeito do câmbio desfavorável, das deficiências de infraestrutura e da elevada carga tributária, conquistaram mercados, produziram mais, geraram milhares e milhares de empregos, auferiram lucros, remuneraram os acionistas e pagaram mais impostos, muitos impostos. O governo, por seu turno, acomodou-se à bonança dos sucessivos recordes de arrecadação e contratou despesas permanentes, que se repetirão por muitos anos, como salários e benefícios previdenciários.

A irresponsabilidade fiscal se traduziu em aumentos desenfreados nos gastos correntes do governo, tanto em pessoal quanto em custeio. Nos últimos cinco anos, as despesas de pessoal saltaram de R\$ 98 bilhões para R\$ 131 bilhões, os benefícios previdenciários cresceram de R\$ 140 bilhões para R\$ 200 bilhões e os gastos com o custeio pularam de R\$ 95 bilhões para R\$ 164 bilhões. Em certo sentido, a ganância exacerbada foi camuflada pela maré favorável da economia, que viveu um céu de brigadeiro até bem pouco tempo, apesar do governo e não por sua responsabilidade.

De repente técnicos do Ministério da Fazenda se deram conta de que, em função da queda da arrecadação federal, não haverá recursos para pagar os reajustes salariais já aprovados e sancionados para 1 milhão de servidores públicos da União. É um caso emblemático da irresponsabilidade sem limites do presidente Lula ao promover a ganância em plena época de crise. A oposição bem

que advertiu que era uma insanidade assumir despesas que só em 2009 chegarão à casa dos R\$ 22 bilhões, além da despesa realizada em 2007, numa conjuntura em que já se descortinava o desequilíbrio das contas públicas. Juravam, porém, as lideranças do governo no Congresso que não faltaria dinheiro para garantir os reajustes e as novas contratações decorrentes de duas medidas provisórias aprovadas em novembro. Quanto ilusionismo!

A irresponsabilidade de Lula comprometeu até mesmo o equilíbrio orçamentário do governo de seu sucessor, uma vez que as despesas com os reajustes e as novas contratações se estenderão muito além de 2011, num total de R\$ 35 bilhões anuais acima das despesas de 2007. Estamos, portanto, diante de um problema criado pelo Palácio do Planalto, que não quer assumir a responsabilidade de desatar o nó. Se fosse dotado de bom senso, o presidente adiaría tais reajustes, como a lei permite e como aconselham membros de sua equipe econômica. Mas Lula e Dilma Rousseff se opõem a tal adiamento. Eles não querem criar nenhum abalo nas suas relações umbilicais com as corporações do funcionalismo, que fazem parte de sua base de sustentação e que já avisaram que irão à guerra, ou à greve, se o Palácio do Planalto não honrar o compromisso assumido.

O presidente pode não ter um projeto nacional para o enfrentamento da crise, mas tem um projeto de continuidade de poder, que passa pela eleição de sua predileta, a quem pretende entregar o trono presidencial. Focado nas próximas eleições, ele não quer problemas para a sua candidata, sobretudo com as corporações dos servidores públicos, uma espécie de “eleitorado cativo” do lulopetismo. Não tenham dúvidas: o lobby dos funcionários falará mais alto, porque conta com interlocução direta com o presidente e tem sua representação parlamentar por meio do PT. Se tiver de optar entre os reclamos dos servidores e o equilíbrio das contas públicas, Lula ficará com os primeiros, ainda que isso seja de uma irresponsabilidade a toda prova.

Com o advento da crise, caiu a máscara e ficou patente o quanto o governo foi perdulário em seus gastos. Enquanto as empresas se capitalizaram e dispõem de mecanismos de ajuste, ainda que dolorosos, o governo amarrou as próprias mãos e agora Lula maldiz a sorte e clama para que os países ricos “resolvam a crise que criaram”. Para ele é mais fácil culpar os outros que assumir suas responsabilidades e tomar as medidas amargas que as crises exigem dos grandes estadistas. Infelizmente, a fatura do desatino presidencial será paga não por quem o cometeu, mas por todos os brasileiros.

() Paulo Renato Souza é deputado federal por São Paulo, foi ministro da Educação no governo FHC, reitor da Unicamp e secretário de Educação no governo Montoro. Artigo publicado no Jornal “O Estado de S. Paulo” em 22/03/2009.*

A Constituição manda, mas ninguém faz

João Camilo Penna (*)

A Constituição completou 20 anos. Em 1988 a sociedade pedia redemocratização e havia problemas, pois, em meio a dificuldades mundiais, o crescimento caía e a inflação subia. Seguiu-se a Constituinte.

A Constituição de 1988, notável no social, firma a livre empresa, mas desconhece a globalização. Cidadã, não é competitiva — aumenta despesas e tributos e cristaliza privilégios. Muitas disposições não regulamentadas foram ou são desobedecidas. Algumas: O artigo 23 trata de funções comuns dos entes federados e indica que uma lei disporá sobre relação entre agentes. Não foi regulamentada e sobram indefinições, por exemplo em relação ao meio ambiente; Ela manda o governo obedecer a critérios de moralidade e eficiência.

Ora, há corrupção, despesa alta e investimento baixo; O artigo 37, inciso VII, manda que se formule uma lei de greve no serviço público. Não foi atendido: há greves em áreas essenciais; O inciso X dita vencimentos públicos.

Ora, casta indiana, servidores federais estáveis recebem acima do mercado e aposentadoria paritária.

(Centenas concorrem a uma vaga no serviço público, que paga, por exemplo, R\$ 3.600 ao mês para físicos e R\$ 20 mil mensais para advogados!) Houve um concurso na Chesf, com 856 mil inscritos que aprovou 316 mil (sem vagas!); O inciso XII diz que vencimentos no Legislativo e no Judiciário não podem ser superiores aos pagos no Executivo — letra morta; A Carta manda racionalizar o ser viço público. No mês passado, premido pela queda de arrecadação na crise, o governo federal iniciou estudos para atender aos artigos 37 e 39.

Já temos 62 emendas à Constituição.

O PIB cresceu 4.4% a.a. de 1901 a 1980, recorde mundial, e caiu a 2.5% a.a. de 1981 a 2008, com 5% a.a em 2008.

A carga fiscal em 25% do PIB de 1970 a 1988 cresceu a 37% em 2008; — de 1988 a 2008, a parte da União cresceu de 43% a 60% e a dos estados caiu de 41% para 25%.

De 2004 a 2007, o gasto não financeiro da União cresceu 77%; a inflação, 26% e o PIB, 18%! O IDH (renda, saúde e educação) de 1988 a 2007 cresceu 14%.

Regulamentara Constituição será básico para o desempenho.

Hoje, temos o 10º produto do mundo — crescimento menor que o de Rússia, Índia e China.

Temos a maior carga tributária, os maiores juros e o menor

investimento.

Temos uma demografia favorável, democracia forte, território e mercado interno valiosos; bons empresários; sistema e matriz energética eficazes; o singular etanol; cuidados com o meio ambiente; um banco central capaz, reservas altas e regulação competente; sistema bancário seguro, mas caro; exportação diversificada; boas contas externas; dívida pública em queda em relação ao PIB.

Carga tributária e despesa pública, juros altos e baixa escolaridade freiam o desenvolvimento.

Em 2008, chegou ao Brasil a crise recessiva mundial. Está em queda o crescimento. Por ironia, a grande despesa do governo e a Selic alta podem ser usadas nesta crise.

Criam espaço para que o governo reduza e congele despesas e baixe juros que pesarão menos sobre as dívidas pública e privada.

Seriam liberados recursos para infra e superestrutura, para reduzir impostos e atacar a recessão.

Perfeição é utopia e seria um tédio.

Porém são necessárias reformas política, fiscal, judiciária, educacional, trabalhista e previdenciária para corrigir falhas de governos como: desatenção à austeridade e à ética; despesa pública e carga tributária altas; privilégios e desperdícios; esforço educacional e tecnológico insuficientes; Parlamentos e Justiça caros e lentos; corrupção e impunidades; não manutenção de bens públicos; poupança negativa e investimento mínimo; transporte e saneamento precários; procuradores apressados; licenças ambientais lentas.

Resultam em baixo capital por trabalhador e baixa produtividade.

A mídia denuncia corrupção exuberante, mas para combatê-la faltam enérgicos procuradores. (Um romano dizia: “É confiável, pois é corruptível”!) O Congresso poderá regulamentar a Constituição e preparar reformas.

O presidente Lula, pragmático e ativo, que continuou a política econômica e governou com reformas de FHC, para enfrentar a crise poderá promover suas reformas. Bons resultados virão!

(*) João Camilo Penna foi ministro da Indústria e Comércio. Artigo publicado no Jornal “O Globo” em 30/03/2009.

Vinculação de recursos

Adib D. Jatene (*)

Em artigo publicado neste Espaço Aberto em 2 de fevereiro, os reitores das três universidades estaduais paulistas analisaram o resultado dos últimos 20 anos, desde quando lhes foram destinados recursos vinculados. A avaliação foi considerada bastante favorável, motivando o título do artigo: Modelo de sucesso.

Vou-me permitir relatar um episódio ocorrido em 1986. Àquela altura, era reitor da Universidade de São Paulo (USP) o professor José Goldemberg e, em reunião no Instituto de Estudos Avançados, entre vários assuntos, surgiu a discussão sobre a integração do Hospital das Clínicas (HC) à universidade. Durante a discussão ficou esclarecido que o orçamento da USP era equivalente a US\$ 300 milhões, praticamente igual ao do HC, o que, por si, desaconselhava a incorporação.

Apenas como esclarecimento, o HC foi construído para servir à Faculdade de Medicina da USP, depois organizado como autarquia ligada à Casa Civil e, posteriormente, ligada à Secretaria da Saúde. A Faculdade de Medicina utiliza o HC para ensino e treinamento dos alunos e pós-graduandos, sob a condição de que a direção das diferentes disciplinas fique sob a chefia do professor titular da respectiva área. Assim, todos os médicos e pessoal contratados pelo hospital, prestando serviço no setor, ficam subordinados à faculdade, por meio do professor titular e dos demais docentes da universidade. Desta forma, a universidade passa a contar com todo o orçamento do HC, sem onerar o seu próprio orçamento.

É interessante enfatizar que até 1989 todas as greves que ocorriam nas três universidades desembocavam no gabinete do governador do Estado, que tinha de decidir, sob pressão, a respeito de suplementação do orçamento, para atender a demandas financeiras, que estavam na base das reivindicações.

Sempre defendi que setores permanentes e vitais do País, como educação e saúde, precisam dispor de recursos seguramente vinculados, para permitir programação e administração eficientes.

A área econômica de qualquer governo sempre considera indesejável qualquer vinculação de recursos, porque, dizem, “engessa” o orçamento e tira da área econômico-financeira do governo a possibilidade de decidir sobre aplicação das verbas, argumento ainda utilizado nos dias de hoje e que tem frustrado, até aqui, todas as vinculações tentadas para o setor da saúde.

A essa altura, 1989, administrava o Estado o governador Orestes Quércia e era seu secretário de Educação o professor José Aristodemio Pinotti, que havia sido reitor da Unicamp. Foi quando, sob assessoria de Pinotti, o governador concordou em destinar 9,17% do ICMS às três universidades estaduais, cujo Conselho de Reitores passou a exercer a total autonomia, consagrada na Constituição federal. Ficou, então, estabelecido o limite de gastos do Estado com as suas universidades. E, mais que estabelecida, garantida a

destinação dos recursos sem contingenciamento algum, e acompanhando a evolução da arrecadação do mais importante tributo estadual, representado pelo ICMS.

Todos sabem que qualquer governo quer realizar obras que marquem sua administração. Por isso buscam comprimir os gastos com manutenção de serviços pré-existentes, que erroneamente não consideram como marca de sua gestão e pouco agregam em prestígio político.

A comparação do orçamento da USP, que passou a ser vinculado, com o do Hospital das Clínicas, não vinculado, ilustra claramente essa diferença. E demonstra como sofrem grandes perdas os setores cuja atividade é permanente, exigindo, entre outras coisas, atualização tecnológica sem vinculação de recursos.

Nestes 20 anos, o HC continuou disputando a partilha do orçamento. No ano de 2008, somando os recursos do Estado aos captados pelas duas Fundações de Apoio que atuam no complexo, não se atinge R\$ 1,3 bilhão. Enquanto isso, a USP, que se beneficia da vinculação do ICMS, chega perto dos R\$ 3 bilhões.

De um patamar igual em 1986, o orçamento do HC representa, hoje, menos da metade do orçamento da USP.

Esta perda mostra claramente o desgaste do setor de saúde e justifica a luta pela vinculação de recursos a um setor com custos crescentes, e tendo de atender população que cresce em número e muda seu perfil pelo aumento expressivo dos idosos.

A luta pela CPMF foi tentativa frustrada, porque a área econômica subtraiu do orçamento do Ministério da Saúde (MS) mais do que a CPMF trouxe. Assim, em 1995 o MS tinha 22% do orçamento da seguridade; em 1998, com a CPMF sendo arrecadada, e eu já não era ministro, o que coube ao Ministério foram 18%. No ano passado a parcela do MS foi de 14%.

Nas Disposições Transitórias da Constituição previa-se para a saúde 30% do orçamento da seguridade. Esse dispositivo nunca foi regulamentado.

A Emenda 29 vinculou recursos federais, estaduais e municipais, mas, embora aprovada em 2000, nove anos depois tampouco foi regulamentada. Em consequência, ações que nunca foram atribuição da saúde vêm sendo incorporadas ao orçamento do setor, com evidentes prejuízos. Nos Estados onde recursos estaduais e municipais são aportados devidamente já se nota um alívio, que deve melhorar quando a regulamentação for conseguida.

O exemplo das universidades estaduais deve reforçar a ideia da importância da vinculação, que não engessou o orçamento do Estado e permitiu que o crescimento econômico se refletisse no aumento dos recursos correspondentes, que justifica o título do artigo dado pelos reitores.

(*) Adib D. Jatene foi ministro da Saúde. Artigo publicado no Jornal “O

Coisa de país rico

Carlos Mário Velloso (*)

A Câmara dos Deputados deverá votar, brevemente, a proposta de emenda constitucional que passa para 75 anos a aposentadoria compulsória dos magistrados. Quando estava eu na ativa, procurei não me manifestar a respeito porque tinha interesse no assunto. É que, em pleno vigor físico e mental e magistrado por cerca de 40 anos, gostaria de continuar juiz. Aposentado e gostando do que estou fazendo — a advocacia encarada como missão é, realmente, fascinante —, posso falar sobre o tema.

Primeiro que tudo, penso que a aposentadoria aos 70 anos não deveria ser compulsória, mas facultativa. É necessário reconhecer que alguns magistrados chegam a essa idade combalidos. Assim, aos 70 precisam desfrutar do otium cum dignitate. Os que estão bem de saúde, entretanto, poderiam — melhor será dizer deveriam — continuar trabalhando. Eles, na verdade, constituem maioria.

Verifiquem as últimas aposentadorias compulsórias de ministros do Supremo Tribunal: Paulo Brossard, hoje, com mais de 80 anos, advoga e escreve. Aldir Passarinho é advogado dos mais requisitados. Moreira Alves dá pareceres e faz conferências em todo o Brasil. Sydney Sanches montou prestigiosa banca de advocacia em São Paulo. Ilmar Galvão tem movimentado escritório de advocacia em Brasília. Octávio Gallotti escreve pareceres. Néri da Silveira faz palestras, leciona, escreve. Maurício Corrêa voltou à advocacia e à política. Poderá ser o governador de Brasília.

O que acontece é que a média de vida do brasileiro subiu, convindo lembrar que os magistrados, de modo geral, têm vida regrada, muitos deles esportistas, fazem caminhadas, exercitam o cérebro, escrevendo, lendo, proferindo votos. Por isso têm vida útil acima da média. Alguns dirigentes de associações de magistrados são contrários à PEC que passa para 75 anos a aposentadoria compulsória. Estão eles no seu papel porque representam os juízes de primeiro grau, que aspiram chegar mais rápido aos patamares da carreira. O argumento que utilizam é, entretanto, falacioso, o que digo sem quebra do respeito que merecem e que lhes dedico, mesmo porque continuo integrando duas das mais importantes associações

nacionais de juízes. Dizem eles que a renovação dos quadros dos tribunais propicia a renovação da jurisprudência.

Ora, essa renovação — renovação para melhor — depende das ideias progressistas do magistrado. O importante é estar o juiz consciente de que deve ele fazer o ajuste da constituição formal à constituição substancial. Os juízes da Suprema Corte americana, muitos deles com mais de 70 anos, realizam, com engenho e arte, esse ajuste.

Em época de violência, por exemplo, são menos liberais. Sabem fazer uso da política — política, evidentemente, como gostava de ressaltar o sábio Baleeiro, considerada em termos gregos — freando e estimulando, cada um a seu tempo, o Executivo, o Legislativo e o próprio Judiciário. A questão, portanto, não está na troca de juízes, senão na formação cultural deles, sejam mais novos, sejam mais velhos. Certo é que outro argumento, da maior relevância, deve ser trazido ao debate.

A nossa previdência social está à beira da falência, com déficit enorme. Então, por que mandar para casa servidores públicos que querem e podem continuar trabalhando? Por que arcar o contribuinte com os proventos do aposentado e com os vencimentos do novo servidor? É preciso pensar no Brasil.

A aposentadoria compulsória aos 70 anos é um luxo. De uma feita, visitando a Suprema Corte americana e conversando com um dos seus juízes, indagava ele a respeito do Judiciário brasileiro. Eu lhe dizia que o nosso sistema judicial seguia o modelo norte-americano, o Judiciário como poder político. Falei-lhe das garantias de independência dos magistrados e dos Tribunais. No tocante à vitaliciedade, acrescentei que tínhamos vitaliciedade mitigada, por isso que os juízes, aos 70 anos, aposentavam-se compulsoriamente. E o “Justice”, com um sorriso ladino, obtemperou: “Isso é coisa de país rico”.

(*) Carlos Mário Velloso é advogado, é ministro aposentado e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. Artigo

Popularidade estratosférica

Jarbas Passarinho (*)

Um jornalista perguntou, certa feita, a Winston Churchill se poderia ensinar, aos seus leitores jovens, qual a qualificação desejável para ser um bom político. Ele franziu seu rosto de bulldog e começou a responder: “É a habilidade de prever o que vai acontecer amanhã, na próxima semana, no próximo mês e no próximo ano”. Fez uma pausa e concluiu: “E ter a mesma habilidade para explicar, mais tarde, porque nada disso aconteceu”.

O chiste tem sucessivamente me provocado as explicações que tentam interpretar as causas da popularidade do presidente em contraste com a repetição constante dos escândalos, do mensalão ao dólar na cueca, passando pelo dossiê da campanha eleitoral de São Paulo e dos cartões corporativos. Restrinjo-me a fatos. No governo breve de Fernando Collor, ele prometeu indignar a direita e extasiar a esquerda, ao reformar a Constituição. Indignaria a direita que nele havia votado em massa, porque as reformas que pretendia aprovar teriam viés esquerdista e, ao contrário, as esquerdas ficariam perplexas ao nelas identificarem reivindicações suas. Collor estava empolgado pelas idéias do talentoso José Guilherme Merquior, que se carteava com ele. Fernando Henrique Cardoso, de formação intelectual esquerdista, esse poderia indignar a esquerda, como o fez ao tirar da Petrobras o monopólio da pesquisa, lavra e refino do petróleo, entregando-o, porém, ao Estado. Mas a reforma da Previdência Social, a bitributação que corresponde aos 11% adicionais que os aposentados abatem de suas aposentadorias para ajudar a diminuir o rombo anual, isso veio com Lula, sob o argumento de que “o direito assegurado é relativo”. Sobreveio o desencanto dos que acreditaram no discurso ético do PT e na vestal que seria o seu líder. O filósofo Rui Fausto explicou porque a popularidade não cai: “Parte da opinião universitária não acredita no mensalão. A defesa do partido, e não dos princípios, preponderou como se tratasse de um problema de crença ou de fé”.

Os 80% com que chegara de popularidade na sua posse, desabaram para a metade. De um amigo meu fascinado por Lula, ouvi desolado: “Lula acabou”. Anos depois, confirmado o mensalão e seus autores processados no STF, chega aos 84% de aprovação. Qual a habilidade indicada por Churchill para explicar? De pronto, a capacidade singular de ele de fazer crer que de nada sabia. Mas teve um contrasenso que passou despercebido. Disse que fora traído, uma traição sem traidor... Dos companheiros históricos do sindicato de metalúrgicos que presidiu, li entrevista com fotografia de um grupo deles, simplesmente afirmando seu afastamento de Lula. Os escândalos sucederam-se tanto que esquecemos os mais antigos, como o assassinio do prefeito de Santo André, e as seis testemunhas que mataram. Os cartões corporativos, o dossiê milionário para a campanha eleitoral do governador de São Paulo, filmado e esquecido pela Polícia Federal. Palavrões sujos, em palestra à platéia supostamente decente, provocam gargalhadas em vez de constrangimento. Incongruências relativas à crise econômica (não atravessa o Atlântico, será marola) chocam-se com as manchetes que lhe dão azia: “País perde mais US\$ 3 bi no quarto mês de fuga de dólar (Banco Central). Desemprego: 654.946 vagas perdidas no Brasil em 2008. Déficit de US\$ 518 milhões na balança comercial só de janeiro deste ano. Férias coletivas da indústria”. Claro que não se compara com a crise no primeiro mundo, mas não entendo minimizar os perigos como forma de vender otimismo.

Outra habilidade churchiliana que explicaria a blindagem de Lula à corrupção do PT vem de cabeças privilegiadas que ajudaram a fundar o PT. Um é autor de frase significativa: “Votamos no Lula pensando que era. Agora temos o Lula, que não era”.

()Jarbas Passarinho foi governador, ministro de estado e senador. Artigo publicado no Jornal “Jornal do Brasil” em 17/02/2009.*

Ranço persistente

Jarbas Passarinho (*)

A reportagem sobre o encontro do presidente Lula com mais de 3 mil e 500 prefeitos municipais e suas esposas, na semana passada, o ofendeu ao vinculá-lo à emissão de um “pacote de bondades”. Ademais, atribuiu o evento, inédito nos seis anos que preside o Brasil, quando as proveitosas viagens ao exterior permitem, à antecipação ilegal da campanha eleitoral da ministra Dilma Roussef. Um encontro sério — afirma o governo — para derrotar o pessimismo dos novos gestores municipais, que estão fazendo cortes orçamentários descabidos, nos quais a economia com infraestrutura atingiu papel higiênico para 15 mil pessoas. A mídia, ao descrever a reunião como destinada a cooptar os prefeitos para as eleições de 2010, aumentou-lhe a azia.

Pois não é que a irritação do presidente me pareceu justificada? Os prefeitos sistematicamente devem ao INSS. Acham que os antecessores são responsáveis, conquanto seja dívida acumulada em várias gestões sucessivas. Não pagaram, mesmo podendo parcelar em 60 vezes, ou seja, em cinco anos. Que fez o presidente? Condoeu-se e passou o parcelamento para 240 vezes, ou seja 20 anos. A mídia, porém, diz que é bondade de quem espera agradecimento em 2010, e que não passa de barretada com o chapéu da Previdência, cuja receita provém muito pouco da União e essencialmente de empregados e empregadores que sofrerão com o rombo no orçamento da instituição, que o presidente pode administrar como se sua fazenda fosse. Nada mais justo, como faz com a Petrobras.

Ao dirigir a palavra à plateia, ocorreu-lhe louvar a superioridade das mulheres, “que têm mais sensibilidade e ousadia que os homens”. Um elogio justo, que a mídia, infelizmente, vê como sutil recomendação da sua candidata Dilma Roussef. Ora, o presidente nada tem de sutil. É claro que louvava as mulheres que chegaram à presidência do Chile e da Argentina. De resto, foi um carão na insensibilidade administrativa dos homens, pouco afeitos a sacrifícios de seus interesses pessoais. Deu logo o exemplo, o “do batom da ministra Dilma, cortado para economizar o dinheiro público e de ousadia administradora sem igual”. Ao fim do encontro, como lembrança de horas tão apazíveis, um presente a todos: um santinho com o retrato de Lula e da ministra Dilma. A mídia aproveita, maliciosa, para lembrar que tais santinhos são clássicos nas campanhas eleitorais. Mera coincidência, acredito.

No discurso, ao estilo que empolga os ouvintes, aproveita para censurar descaso imperdoável do estado de São Paulo à educação, presente o prefeito paulistano: “Você, Kassab, vai cair da cadeira.

Não sabe e eu não sabia (como sempre), mas, no estado de São Paulo, o mais rico do país, ainda há 10% de analfabetos”. O dado é falso, protesta no dia seguinte o líder tucano na Câmara dos Deputados. “É de 1991. O mais recente, de 2007, não passa de 4,6%.” Ora, todo mundo se engana, mas logo se afirma que foi proposital, para ser usado nos debates com o possível opositor a dona Dilma, o governador Serra.

Na defesa de seu indiscutível amor à verdade, jamais usaria ou faria usar uma falsidade num debate. Tomara sete anos e não 15, como a Unesco, para a estatística do analfabetismo. Seguramente terá enviado 3 mil e 500 telegramas, retificando o erro, aos prefeitos que já estão em seus municípios. Sua foto, inteiramente informal, sentado entre as mulheres que estiveram no encontro, dá-nos a impressão de um deslumbrante populista em plena tietagem. Mas fica, para cada uma das senhoras, a recordação de um presidente da República que se sentou informalmente para homenagear as inspiradoras dos políticos no início de suas carreiras na democracia representativa. Isso nunca será esquecido, pertençam eles ao partido a que pertencerem.

“Não é porque a imprensa me ajudou que fui eleito, mas porque suei para enfrentar o preconceito e o ódio dos de cima para com os de baixo”, desabafou. Não está fazendo mais que trocar em miúdos a teoria de Marx: “Toda a história é a história da luta de classes”. Medularmente líder sindical, não pode livrar-se do ranço persistente das leituras marxistas. Iguale-se à mulher do líder comunista francês Maurice Thorez, na Assembleia Nacional da França. A um deputado, que estranhava tanto ódio ao ouvi-la, retrucou: “Não se pode amar o povo sem odiar seus opressores”.

Incapaz de perder a serenidade, vingava-se proporcionando aos banqueiros, nata da classe perversa que o combateu, os maiores lucros “jamais alcançados nesse país”. Decerto souou muito nos duros “tempos de chumbo”, em que a imprensa livre criou o slogan Lula, o metalúrgico, quase o glorificando. Chegou a ser hóspede da “terrível” prisão do delegado Romeu Tuma, sabidamente igual à de La Cabaña, em Cuba, com as simulações de fuzilamento e a tortura sistemática. É justo, pois, que se lembre, nos momentos de angústia, do suor do passado, e lhe moleste a azia do presente. Merece a indenização que recebeu por seus suores e a aposentadoria de fazer inveja aos antigos companheiros.

(*) Jarbas Passarinho foi governador, ministro de estado e senador. Artigo

Amargas contradições na aplicação das leis

Paulo Skaf (*)

A impunidade, a lentidão da justiça, a burocracia estatal e a cultura de criar dificuldades para vender facilidades transmitem a impressão de que o arcabouço legal do país é totalmente inadequado e obsoleto. Sem dúvida, é verdade que precisamos de reformas estruturais, em especial nas áreas tributária, previdenciária e trabalhista. Entretanto, a falsa sensação de que todo o conjunto de leis é precário acaba dificultando ainda mais a solução de problemas, antigos e novos, e impede a adoção ágil de medidas prementes no contexto de situações emergenciais.

Exemplo dessa distorção verifica-se neste momento: por conta da necessidade de se modernizar a legislação trabalhista (cuja alteração depende de emenda constitucional), posterga-se a busca de soluções para atenuar os efeitos da crise mundial. Não há dúvida de que a lei é ultrapassada e precisa ser revista de modo integral. Entretanto, também é verdade que contém dispositivos que permitem, sem qualquer aprovação do Congresso ou nova regulamentação ordinária, acordos soberanos entre empresas e/ou sindicatos patronais e as representações dos trabalhadores.

Dentre esses entendimentos legalmente viáveis inclui-se a possibilidade de redução temporária da jornada de trabalho e dos salários, conforme sugere a Fiesp, visando a conferir mais fôlego aos setores produtivos e maior segurança de manutenção dos empregos durante a travessia dos momentos mais agudos da crise mundial que estamos enfrentando. O tempo poupado dos trabalhadores pode ser preenchido com cursos gratuitos de qualificação profissional, incluindo aprendizado de novas funções. Na indústria, por exemplo, o Senai tem plenas condições de atender a essa demanda. Muitos trabalhadores, além de preservar seus postos de trabalho, poderão ser promovidos e desenvolver melhor as carreiras quando a crise passar, pois estarão tecnicamente mais capacitados.

Não propomos tais soluções de maneira isolada. Incluímos a sugestão num conjunto de medidas para o enfrentamento da crise, a começar pela redução significativa dos juros, como fazem todas as nações, enquanto continuamos por aqui com as taxas mais altas do mundo. Ainda no sentido de restabelecer níveis de crédito capazes de manter a economia dinâmica, é preciso garantir maior acesso de empresas e pessoas físicas ao dinheiro do depósito compulsório acertadamente liberado pelo governo. Continua no ar o estranho sentimento de que esses recursos não chegaram de modo pleno

à produção e ao consumo. E isto, sem falar da necessidade dos bancos estatais reduzirem seus custos, bem maiores do que os dos bancos privados.

É essencial, também, um drástico corte das despesas de custeio das máquinas estatais da União, estados e municípios. Com raras exceções, o setor público brasileiro continua sendo gastador e, o que é mais grave, sem devolver à sociedade benefícios e serviços proporcionais ao montante de recursos que retira nos impostos. Cortando o supérfluo, não só se reduz a pressão representada pelos juros expressos nos papéis, com os quais o governo gira a dívida pública, como se provê mais dinheiro para investimentos em obras impulsionadoras da atividade econômica e relacionadas a prioridades sociais, como as de infraestrutura, escolas e hospitais.

Em paralelo, seria imprescindível desoneração tributária em mais larga escala, como se realizou, há pouco, no setor automobilístico. Prazos mais amplos para o recolhimento de impostos e, até mesmo, medidas de restrição às importações de produtos com similares nacionais, o que garante empregos lá fora e não aqui no país. Como se vê, a despeito da necessidade de reformas estruturais, o conjunto de leis permite a adoção de providências pontuais para o enfrentamento da crise. É paradoxal constatar que a prerrogativa do Executivo de editar medidas provisórias – muitas vezes utilizada ao exagero em períodos de normalidade – a ponto de ser acusado de trancar a pauta do Legislativo, acabe sendo parcimoniosa exatamente quando a conjuntura exige soluções rápidas, práticas e concretas.

São as contradições brasileiras... Não se realizam as reformas estruturais por falta de consenso político, impossibilidades nos anos eleitorais e votações sempre “urgentes” no parlamento; mantém-se a legislação obsoleta em relação ao mundo civilizado; remendam-se artigos e parágrafos para solucionar problemas nem sempre prioritários e acomodar interesses; e – pasmem – os mesmos responsáveis por tais descompassos utilizam o anacronismo das leis como desculpa pela omissão ante os mais graves desafios. É um perverso círculo vicioso, no qual perdem os brasileiros, perde o Brasil!

(*) Paulo Skaf preside a Fiesp e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Artigo publicado no Jornal “Gazeta Mercantil” em 30/01/2009.

Não é possível prever os desdobramentos da crise internacional e seus reflexos sobre o Brasil. No entanto, quaisquer que sejam eles, o país pode adotar fortes políticas contracíclicas. Algumas já foram anunciadas, outras estão em implantação e novas por certo virão. O importante é mobilizar medidas diante da situação.

Como a crise atingiu o crédito e a confiança de empresas e consumidores levando à redução dos investimentos, produção e consumo, o governo deve ativar a economia. Para isso dispõe de poderosos instrumentos monetários e fiscais, além do que, nossos fundamentos macroeconômicos nunca estiveram tão bons. A maioria dos analistas reconhece que o Brasil poderá ser um dos países menos afetados e sair, fortalecido da crise, assim como outros países emergentes.

Dentre os fatores que permitem esse relativo otimismo estão seu enorme mercado interno potencial, um sistema financeiro robusto e sólido e perspectivas de ajustes e aportes na renda que poderão significar alterações no consumo, sobretudo nos níveis mais baixos.

Quanto ao crédito, várias medidas já tomadas poderão surtir efeitos nos próximos meses. O Banco Central já liberou R\$ 100 bilhões de depósitos compulsórios dos bancos e ainda restam R\$ 160 bilhões. As taxas de juros, a começar pela Selic, ainda estão excessivamente elevadas e poderão cair sensivelmente, pois a tendência internacional é de queda da inflação e ameaça de deflação nos países desenvolvidos. Os “spreads” bancários (diferença entre o que pagam pela captação dos recursos e o que cobram dos tomadores de crédito) ainda são, sem justificativa, os mais elevados do mundo. Isso permite induzir a concorrência bancária através do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que já controlam 40% do crédito e estão em forte expansão.

Com a queda dos juros e o aumento da oferta de crédito, os agentes econômicos podem sair da posição defensiva em que se encontram. Aliadas à política monetária ativa, o governo tem considerável espaço para ações fiscais de relevo. Os dois principais indicadores das finanças públicas - a relação dívida sobre o produto e o resultado nominal - estão em boa situação. A dívida pública encerrou 2008 em 36% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo a mais baixa desde 1997. O Tratado de Maastricht, marco significativo no processo de unificação europeia, fixa como teto da

dívida pública a cota de 60% do PIB. As economias desenvolvidas já estão ultrapassando esse limite.

O resultado nominal (receitas menos despesas inclusive juros) em 2008 foi de um déficit de 1,6% do PIB, o mais baixo da história. As regras do referido tratado prevêm limitar os déficits públicos a 3% do PIB. Os países desenvolvidos já estão ultrapassando esse limite. Com a queda da Selic o impacto dos juros nas contas públicas será menor. Nos últimos quatro anos a despesa com juros foi, em média, de R\$ 158,2 bilhões por ano e de R\$ 165,5 bilhões em 2008. Para 2009 pode cair para R\$ 125 bilhões, com economia de R\$ 40 bilhões (1,8% do PIB), o que reforçaria o conjunto de medidas governamentais contracíclicas.

O mais difícil é restabelecer a confiança quando proliferam notícias ruins sobre a economia, tanto lá fora quanto aqui. Apesar delas, as últimas pesquisas dão forte crédito ao governo federal e ao Presidente da República.

Por outro lado, investimentos sociais e no fomento a criação de empregos, como a construção de um milhão de moradias, extensão e melhoria do saneamento básico e infraestrutura, previstos no Programa de Aceleração do Crescimento, além de outras medidas, podem contribuir com a elevação da confiança, a melhoria da atividade econômica e o bem estar social. O mesmo vale para políticas públicas de fortalecimento do poder aquisitivo das classes de renda média e baixa, como a elevação do salário mínimo, alcance e valor do Bolsa Família e controle da inflação.

Finalmente, resta apontar que reduções de carga tributária direcionadas para a maioria da população podem gerar estímulos fortes para melhorar a confiança, o consumo e a produção.

Há um longo caminho a percorrer que, ao que tudo indica, ultrapassa 2009. Todavia, há armas para enfrentar a crise e é importante utilizá-las em tempo hábil e na sua plenitude.

A conferir.

(*) Amir Khair é mestre em Finanças Públicas e consultor. Artigo publicado no Jornal “O Estado de S. Paulo” em 22/02/2009.

As batalhas pela simplificação tributária

Everardo Maciel (*)

Os sistemas tributários modernos evoluíram para se ajustar a novas circunstâncias ditadas pela complexidade das relações econômicas, em virtude sobretudo da globalização e da sofisticação dos negócios financeiros. Não raro, eles foram também afetados pela utilização intensiva de favores fiscais. De tudo isso restou que os sistemas tributários se tornaram cada vez mais complexos.

Por consequência, ampliaram-se as possibilidades de sonegação e planejamento fiscal abusivo, e elevou-se o custo para cumprimento das obrigações tributárias (custos de conformidade). Em muitos fóruns já se levantou a hipótese de extinção do IRPJ, pela incapacidade efetiva de enfrentamento de questões como preços de transferência, elisão fiscal, incorporações, fusões e cisões, etc. Nos Estados Unidos, os custos de conformidade já representam quase 15% do valor das obrigações fiscais. Normas gerais anti-elisivas foram incorporadas ao direito positivo na quase totalidade dos países desenvolvidos.

Em contraposição a essa tendência, forjou-se uma reação ao “caos tributário”, como assinalou Klaus Tipke (“Moral Tributária do Estado e do Contribuinte”), ao se exigir, em muitos os países, a adoção de normas simplificadoras. No Brasil, essa reação se expressou algumas vezes por meio da defesa do imposto único. Na Europa Oriental, a tributação da renda passou a desconhecer faixas, deduções, abatimentos e progressividade, com a instituição do chamado flat tax. Sem fazer juízo de valor sobre as soluções adotadas há evidências de sobra quanto à demanda por simplificação.

Richard Musgrave, principal teórico das finanças públicas modernas, falecido há dois anos atrás, já proclamava, em correspondência datada de 2004, publicada na 1ª edição (abril de 2008) da Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, a imperiosa necessidade de simplificar a teratológica legislação do imposto de renda americano.

O princípio da praticabilidade que consubstancia os propósitos de simplificação assume hoje uma importância equivalente aos clássicos princípios da capacidade contributiva e da neutralidade. A boa política fiscal é a que consegue dosar equilibradamente esses três princípios.

No Brasil, as maiores conquistas da onda simplificadora foram: a eliminação da correção monetária dos balanços que fazia da legislação do IRPJ matéria ininteligível para o fisco, para os contribuintes e para os especialistas, sobre ser instrumento notável de concentração de renda corporativa; a efetivação e extensão do regime do lucro presumido que trouxe para formalidade prestadores de serviços

que promoviam frequentemente o deplorável espetáculo “com ou sem nota fiscal”; e a instituição do Simples que beneficiou as pequenas e microempresas com um regime fiscalmente favorecido e tão simples quanto seu próprio nome sugere.

A batalha pela simplificação tributária, no Brasil, sofreu, nos anos recentes, alguns reveses. O Simples Nacional visava reunir normas federais, estaduais e municipais relativas ao tratamento tributário das pequenas e microempresas: infelizmente, o que era simples tornou-se assustadoramente complicado, elevando em mais de 50% os custos contábeis das empresas. O PIS/Cofins, antes de fácil compreensão malgrado cumulativo, transformou-se em uma colcha de retalhos que sequer o próprio fisco é capaz de entender. A tributação das bebidas, no âmbito do PIS/Cofins e do IPI, que resultava da simples aplicação de uma alíquota ad rem, passou a sujeitar-se a uma miríade de alíquotas que farão a alegria dos sonegadores e propiciarão seguidas e longas disputas judiciais. O IRPJ acolheu alíquotas intermediárias cujos benefícios não serão percebidos pelos contribuintes, afora tornar-se mais complexo e caminhar na direção oposta do que tem sido feito no resto do mundo, em um flagrante exercício de demagogia fiscal.

Não se alegue que a proposta de “reforma tributária”, em exame na Câmara dos Deputados, ao pretender fundir PIS com Cofins e incorporar a CSLL ao IRPJ, possa ser tida como uma forma de simplificação tributária. Por serem praticamente iguais entre si, a fusão e incorporação propostas são meras parvoíces. É simplista e não simplificadora. Tampouco é razoável admitir que uma legislação do ICMS a ser aprovada pelo Confaz venha a significar simplificação. Seria, caso prosperasse a proposta, um monstro a acolher todas as idiosincrasias das diferentes tribos do ICMS, seguramente bem mais complexo do que as vigentes legislações.

Uma simplificação verdadeira envolveria a instituição de um IVA nacional, com legislação federal, fiscalização estadual e arrecadação automaticamente partilhada entre a União, os Estados e os Municípios. Essa é uma batalha penosa que reclama a ocorrência de excepcional clima político e condições econômicas não demasiadamente adversas.

Por ora, por que não promover a simplificação de questões pontuais, porém não menos relevantes?

(*) Everardo Maciel é consultor tributário e ex-secretário da Receita Federal. Artigo publicado no Jornal “Gazeta Mercantil” em 29/01/2009.

A eternidade dos passivos tributários

Everardo Maciel (*)

Impressiona, a quem toma conhecimento, o volume de passivos tributários inscritos na dívida ativa da União – mais de R\$ 700 bilhões, cerca de 1/4 do PIB brasileiro. Caso fossem acrescentados a esse montante os débitos federais em cobrança administrativa e os passivos tributários administrados pelos estados e municípios, esse percentual será ainda mais expressivo.

A despeito da presunção de certeza e liquidez para inscrição em dívida ativa, o fato é que, paradoxalmente, esses valores são frequentemente incertos e têm baixíssima liquidez.

A incerteza resulta da incúria na inscrição dos débitos, não raro com falsa imputação de responsabilidade tributária. A falta de liquidez decorre da visível falência dos meios empregados para proceder à cobrança, inclusive a inaptidão das varas fazendárias para executar a tarefa.

Para prevenir fantasias despesistas (boa expressão consagrada pelos dicionários portugueses para caracterizar gastos governamentais inúteis ou exagerados), convém olhar com cautela tão exuberantes números.

É fundamental que se faça uma auditoria minuciosa nos valores inscritos, visando a examinar sua legalidade e o quantum devido (muitos débitos foram constituídos a partir de esdrúxulas conversões das muitas moedas com que temos convivido nos últimos 20 anos). A administração fiscal tem o dever de sanar esses erros, sob pena de tornar ilegítimo seu poder de cobrar. Deve também, por óbvias razões, fazer a identificação precisa do devedor (endereço e patrimônio).

Essas providências se situam na órbita administrativa; outras, todavia, demandariam mudanças legislativas. Parece razoável admitir aperfeiçoamentos nas normas aplicáveis à matéria. As varas fazendárias, por exemplo, deveriam ter sua competência restrita à função judicante na execução fiscal, jamais cuidando de efetivar cobranças – tarefa para a qual não tem vocação, nem instrumentos eficazes. Cobrança é função claramente administrativa. Nada justifica que precatórios próprios ou de terceiros não possam ser utilizados como meio para extinção de crédito tributário inscrito em dívida ativa, pois, ambos, ao menos no plano abstrato, gozam da mesma presunção de certeza e liquidez.

No âmbito da liquidação de passivos tributários é muito usual no Brasil o recurso ao parcelamento de dívidas. Esse instituto não se revela eficiente por múltiplas razões.

Primeiro, porque está, muitas vezes, desarrazoadamente associado a anistias ou remissões. Essa combinação só excepcionalmente deveria ser adotada, como nos casos de transação.

De outra parte, parcelamentos quase sempre são fixados em parcelas iguais (considerados os juros compensatórios) e prazos determinados. Nessa hipótese, quase sempre são inócuos. O contribuinte amortiza o débito em função de sua capacidade de pagamento, que é variável no tempo, por força de sazonalidade ou circunstâncias de mercado. Salta à vista que não se paga o que ultrapassa a capacidade de pagamento do devedor. As instituições financeiras bem sabem disso.

Parcelamentos têm que estar vinculados à receita bruta do contribuinte. Quando os prazos, em virtude desse regramento, se tornam demasiado longos, resta apenas a evidência que o contribuinte é insolvente, demandando por consequência outros meios para dar o curso ao negócio. É claro que essa modalidade de parcelamento requer cuidados especiais quanto à prevenção de atos tendentes a subtrair receita e à constituição de garantias, nelas incluídos os bens pessoais dos sócios.

Por último, seria recomendável que o Código Tributário Nacional (CTN) fixasse critérios gerais para a matéria, elidindo os famigerados parcelamentos especiais que sobrevêm inopinadamente, ainda que constituam uma permanente expectativa dos contribuintes, favorecendo, por essa razão, a inadimplência fiscal.

Recentemente, o governo federal editou as MPs 449 e 457, tratando de parcelamentos de passivos tributários: a primeira delas destinada a pessoas jurídicas de direito privado, com especial atenção para as que se valeram indevidamente de direitos creditórios relativos a alíquota zero e não-incidência de IPI; a outra, voltada para débitos previdenciários de municípios.

Ambas voltam a incidir no mesmo erro de parcelar os débitos, segundo parcelas iguais e prazo determinado. Serão infrutíferas, sem lugar a dúvidas. Os beneficiários ficarão à espera de futuros parcelamentos.

No caso específico da MP 457, os municípios poderão ser vítimas de débitos indevidamente consolidados. O Supremo Tribunal Federal editou súmula vinculante em que reconhece o prazo de cinco anos para decadência e prescrição dos débitos previdenciários. Ocorre que os valores consolidados não foram ainda revistos nos termos dessa súmula. Seria prudente que o Congresso Nacional limitasse o pagamento mensal à parcela correspondente a 1% das transferências à conta do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), até que houvesse uma nova consolidação desses passivos.

(*) Everardo Maciel é consultor tributário e ex-secretário da Receita Federal. Artigo publicado no Jornal "Jornal do Brasil" em 20/02/2009.

A democracia brasileira e seus inimigos

Everardo Maciel(*)

Há consenso quanto às evidências de consolidação da democracia brasileira. Ela já não se sujeita aos ventos golpistas que costumam soprar em solos sul-americanos, inclusive sob disfarçadas formas de mudanças constitucionais abonadas por inapropriados plebiscitos.

Otávio Mangabeira, notável político baiano com grande prestígio nas décadas de 1940 e 1950, dizia que a “democracia brasileira é uma plantinha muito tenra” que exige especiais cuidados para não fenecer. Os tempos são outros, dirão. Sem pretender esgotar o tema, não custa todavia identificar algumas fragilidades que podem solapar gradativamente o que se presume consolidado e comprometer o efetivo exercício da democracia, ainda que preservada em seus aspectos formais.

As ameaças ao patrimônio são reais. Quando movimentos ditos sociais, como Movimento dos Sem Terra (MST) e Via Campesina, invadem e destroem propriedades é sintoma de que a democracia não anda bem, pois se abdica dos meios legais em nome da pressa por uma obsoleta e fastidiosa reforma agrária. Esses movimentos sequer têm identificação como pessoa jurídica e se utilizam de instituições “laranjas” para praticar toda sorte de desmandos com recursos provenientes do erário. Invadem prédios públicos, cuja desocupação demanda uma reintegração de posse pela via judicial, sem que haja responsabilização criminal dos ocupantes.

Será que o desrespeito à lei concorre para edificação da democracia? Será que a expropriação de terras e sua subsequente ocupação por pessoas sem qualificação técnica ou gerencial vão melhorar o nível da atividade agrícola ou gerar mais emprego e renda?

O uso social da propriedade deve fundamentar a desapropriação do latifúndio improdutivo. Sua exploração, observados limites que previnam a concentração da propriedade, deve ser feita da forma mais eficiente possível do ponto de vista econômico e social. Caso contrário, veremos, como já se vê, um inovador tipo sociopolítico: o parapatrimonialismo.

O desapareço pela propriedade também se vê nas áreas urbanas. A ocupação desordenada das favelas cariocas e outras áreas periféricas das grandes cidades é uma calamidade. Põe em risco a vida de seus ocupantes, agride despidoradamente o meio ambiente e passa a abrigar o narcotráfico e outras atividades criminosas. De tudo resulta uma miserável grilagem de terras públicas, que reproduz, nas cidades, o que é feito irresponsável e impunemente, na Amazônia e no Centro-Oeste, por fazendeiros e seus prepostos.

Os ministérios constituídos para cuidar dessas matérias esgotam suas agendas de trabalho na administração de verbas destinadas a

entidades públicas e organizações não-governamentais, segundo critérios ditados por mesquinhos interesses político-eleitorais.

As diversas formas de violências contra as pessoas são também ameaças à democracia brasileira. É impressionante o crescimento da violência especialmente nos grandes aglomerados urbanos. Induzidas por fortes circunstâncias prosperam verdadeiras zonas de exclusão social nas periferias das cidades.

Nada se faz para deter a onda criminoso. O Estado se perde em questiúnculas corporativas e fica inerte. Abastecidos por fundados argumentos que assinalam práticas ilegais por parte das polícias, os meios de comunicação assumem uma espécie de condescendência jesuítica que finda por paralisar qualquer ação ordenada e sistemática visando a debelar a criminalidade.

O furor persecutório do Estado, não raro como nítida inspiração política, conspira igualmente contra a democracia. De forma sibilina, porém não menos perversa. Interceptações telefônicas ilegais ou abusivas, denúncia caluniosa, vazamento criminoso de informações sigilosas, ações espetaculosas e frequentemente iníquas, etc. compõem um cenário típico de terrorismo de Estado, que afasta nos homens honrados a justa pretensão do exercício da atividade pública. A acusação injusta a inocentes faz a alegria dos culpados.

A autoridade exige, na mesma proporção, responsabilidade - melhor dizendo, a possibilidade de responsabilização. As leis que disciplinam o abuso de poder e a responsabilidade civil do Estado há muito demandam aperfeiçoamentos. O que hoje vigora é inócuo.

A corrupção desenfreada ocupa lugar de destaque entre os inimigos da democracia. Não se diga que o aumento dos níveis de corrupção constitui falsa impressão decorrente da crescente divulgação de ilícitos. É verdade que a transparência é cada vez maior, mas é também verdade que a corrupção no setor público ou privado cresce assustadoramente, mormente porque se faz acompanhar da impunidade. A desejada transparência, infelizmente, conseguiu banalizar a corrupção. Mensaleiros e sanguessugas, negociadores de emendas orçamentárias e comensais dos festins das casas legislativas, fraudadores de balanços e doleiros, são todos eles protagonistas da corrupção sistêmica.

O que fazer? Só nos resta realimentar a esperança de que processos político-eleitorais possam nos conduzir à boa governança (good governance ou simplesmente goo-goo, como dizem os americanos), que seja capaz de empolgar atitudes afirmativas em favor de uma democracia de verdade. Não precisam me lembrar, contudo, que “otimista é um pessimista mal-informado”.

(*) Everardo Maciel é consultor tributário e ex-secretário da Receita

Equidade e qualidade das políticas públicas

Armando Castelar Pinheiro (*)

Como observou Alfred Marshall, a economia é, “de um lado, um estudo da riqueza; e, de outro, uma parte do estudo do homem”. No estudo do homem, a economia se baseia em um conjunto de axiomas, que com o tempo se mostraram extremamente úteis para analisar e desenhar as políticas públicas em áreas tão diversas como direito, saúde, educação e planejamento urbano, entre outros. Um desses axiomas é o da racionalidade, de acordo com o qual o ser humano é capaz de reconhecer e ordenar, em termos de preferência, todas as alternativas a seu dispor. Ou seja, ele sabe o que é melhor para si e age de acordo com esse conhecimento.

Este não é apenas um dos principais axiomas da teoria econômica, é também aquele mais questionado por economistas e não economistas.

Um primeiro ataque veio de autores como Herbert Simon, que defendem o uso de um conceito mais limitado de racionalidade, de acordo com o qual as pessoas decidem de acordo com o que consideram melhor para si, mas dentro dos limites impostos pela sua capacidade de absorver e processar informações, que é bem menor do que supõe a teoria econômica clássica. O princípio da racionalidade limitada é um dos pilares da Nova Economia Institucionalista, segundo a qual um dos principais determinantes de como as instituições e as transações se organizam é o objetivo de minimizar a necessidade de as pessoas utilizarem sua limitada capacidade de processamento mental.

A principal contestação ao princípio da racionalidade veio, porém, da psicologia, a partir do trabalho de Daniel Kahneman e Amos Tversky, que deu origem ao que hoje se conhece como finanças comportamentais. Os estudos nessa área mostram como as decisões de investidores são frequentemente “irracionais”, do ponto de vista da maximização da sua riqueza. Com frequência as pessoas têm preferências que não são transitivas (se A é melhor que B e B melhor que C, então A deveria ser melhor que C) ou mesmo reflexivas (uma determinada alternativa deveria ser tão boa quanto ela mesma). Estudos empíricos nessa área mostram que as decisões são sensíveis, por exemplo, à forma como são apresentadas.

Uma diferente linha de questionamento do princípio da racionalidade gira em torno do grau em que outros valores podem se sobrepor à regra de “decidir em função do que é melhor para si”. Isso aparece claramente em estudos que utilizam variantes de um jogo chamado Ultimato. Uma determinada quantia - digamos, R\$ 100 - deve ser dividida entre dois jogadores; o primeiro propõe uma determinada divisão; se o segundo aceitar, os R\$ 100 são divididos dessa forma; se ele recusa, os dois não ganham nada. A teoria clássica diz que qualquer divisão proposta pelo primeiro jogador que não deixe o segundo sem nada - digamos, 99 reais para o primeiro e um real para o segundo - deveria ser aceita por este, já que é melhor ganhar um real do que zero. Mas não é isso que se observa na prática: as decisões em regra priorizam o princípio de justiça, ou equidade, de forma que ofertas que gerem uma repartição muito desigual em geral são recusadas. As pessoas preferem punir

o outro, mesmo se prejudicando também.

Lorenzo Smaghi usa esse resultado para tentar explicar por que as autoridades nos EUA têm reagido à crise de forma sub-ótima, como no caso da quebra da Lehman Brothers. Segundo ele, isso ocorre porque o eleitor, mesmo reconhecendo que o socorro aos bancos vai beneficiar a sociedade em geral, prefere punir os banqueiros, que abocanharam uma parcela muito grande da renda nacional na última década. Para Smaghi, o eleitor prefere perder a socorrer o banqueiro, pois entende que isso resultaria numa divisão muito injusta do bolo.

Em “The Myth of the Rational Voter”, Bryan Caplan argumenta que a má qualidade das políticas públicas em regimes democráticos reflete não apenas as limitações cognitivas dos eleitores, mas também que esses frequentemente votam por motivos emocionais (e ideológicos), e não a partir de uma análise racional de qual é a melhor política. Em especial, Caplan defende que as pessoas gostam de votar a favor de políticas que as fazem sentir bem, e nesse processo acabam interpretando a realidade de forma seletiva. Por exemplo, é simpático votar a favor de mais “direitos” e gastos sociais, e antipático defender a abertura comercial e a entrada de produtos estrangeiros no país.

A relação entre equidade e escolha social em uma democracia também ajuda a entender porque o Brasil tem perseguido um conjunto sub-ótimo de políticas públicas nas duas últimas décadas. Em artigo com Regis Bonelli e Samuel Pessoa, argumentamos que o forte aumento do gasto público corrente, com a consequente retração do investimento público e o aumento da carga tributária, este o sucedâneo da alta inflação e da crescente dívida pública, pode ser parcialmente explicado pela combinação de elevada desigualdade com o retorno à democracia. Também defendemos que o mesmo ocorre com a insegurança jurídica que marca muitas relações econômicas no país. Assim, apontamos que as distorções introduzidas pela Constituição de 1988 não foram (apenas) um acidente histórico, mas uma escolha reiterada diversas vezes pela democracia brasileira.

Na interpretação clássica, as boas políticas públicas deveriam ser sempre preferidas por todos, já que aumentam a riqueza total, pelo menos na medida em que há mecanismos que permitam os ganhadores compensar os perdedores. Ou seja, boas políticas são a decisão racional e deveriam prevalecer em uma democracia. Na medida em que conceitos mais fracos de racionalidade são considerados, porém, fica claro porque isso não ocorre na prática. A implicação normativa dessa constatação é que a defesa das boas políticas deve considerar as limitações cognitivas e as outras motivações do eleitor. Em especial, deve incorporar explicitamente a questão da equidade. Isso significa que políticas voltadas para promover o crescimento seriam mais palatáveis politicamente se ficasse claro o benefício social daí resultante.

(*) Armando Castelar Pinheiro é analista da Gávea Investimentos e professor do IE – UFRJ. Artigo publicado no Jornal “Valor Econômico”

Prioridade social do emprego

Alfried Karl Plöger (*)

Os conceitos mais contemporâneos da governança corporativa, quase dogmáticos nas companhias de capital aberto, mas não menos importantes para empresas de todos os portes e setores, estabelecem compromissos da gestão com o bem-estar da sociedade. Isto significa consciência ambiental, responsabilidade com a qualidade da vida dos funcionários, seus familiares e comunidade, bem como adoção de práticas voltadas à sustentabilidade.

No âmbito dessas metas, o mais significativo item é o emprego, pois os salários e benefícios intrínsecos às relações trabalhistas são os mais eficazes e dignos meios de inclusão social e garantia de acesso aos direitos básicos da alimentação, saúde, moradia, educação e lazer. Manter postos de trabalho, portanto, é tema prioritário na presente crise mundial, uma das mais graves da história do capitalismo.

Assim, é preocupante verificar o início de um movimento de demissões em alguns segmentos e o estado de alerta em tantos outros. Na indústria gráfica, por exemplo, na qual tem-se verificado crescimento anual do volume de empregos, recente pesquisa mostra tendência de paralisação das contratações. Em todos os setores, a rigor, observa-se ansiedade quanto ao futuro próximo. Proporcionalmente à extensão ainda não claramente identificada do rombo dos derivativos e do tempo de retomada da normalidade, será mais difícil manter empregos.

Assim, não há qualquer dúvida quanto à pertinência e legitimidade da proposta de redução em 20% da jornada de trabalho e dos salários, feita pela Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp). A medida tem absoluta retaguarda legal e sua adoção dependente apenas de acordos soberanos entre empresas e sindicatos. O sucesso de algumas soluções pontuais semelhantes avaliza a sugestão: as empresas signatárias, ao invés de demitirem, mantiveram seus quadros ou grande parte deles. Os trabalhadores podem aproveitar a menor carga horária para cursos de reciclagem e aperfeiçoamento.

Obviamente, reduzir jornada e salários não é a ninguém confor-

tável. No entanto, embora amarga, é uma das alternativas eficientes para evitar demissões em escala, dando fôlego às empresas e maior segurança aos trabalhadores para atravessarem a turbulência. Trata-se de sacrifício em nome da prioridade do emprego e da manutenção de um patamar razoável para a atividade econômica.

Há, porém, um ressalva: de nada adianta essa atitude de empregadores e trabalhadores se todos, inclusive o governo, não fizerem sua parte. A medida deve inserir-se num conjunto de providências. É preciso, por exemplo, que os recursos injetados no sistema financeiro por meio da liberação dos depósitos compulsórios cheguem à economia real. Também é crucial reduzir juros, pois seria inútil disponibilizar crédito sem reduzir o custo do dinheiro.

Outro grave problema a ser atacado é o gasto público. Como se observa na peça orçamentária da União para 2009, o custeio é paradoxal ao perfil adequado para o Estado. É um conjunto de despesas resultante de várias décadas de equívocos na gestão dos organismos governamentais, que continuam inchados, onerosos para os contribuintes e ineficazes no atendimento em áreas essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura. Reduzir tais dispêndios é decisivo, tanto quanto concluir a reforma tributária e adequá-la à premissa de desoneração dos setores produtivos.

É nesse contexto amplo que se torna ainda mais válida a redução temporária da jornada de trabalho e dos salários. Governar e gerenciar empresas pressupõem a prevalência do bom senso ante as prioridades. Começando pela garantia do maior número possível de postos de trabalho, o Brasil precisa da mobilização sinérgica de toda a sociedade e do poder público para enfrentar a crise mundial.

() Alfried Karl Plöger é presidente da Abigraf (Associação Brasileira da Indústria Gráfica) e vice-presidente da Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas). Artigo publicado no Jornal "Folha de S. Paulo" em 10/01/2009.*

Emprego público no Brasil: o que deve ser dito

Eneuton Pessoa (*)

Fernando Augusto Mansor de Mattos (*)

Marcelo Almeida de Britto (*)

O emprego público não é excessivo no Brasil, sobretudo quando se leva em conta as necessidades de serviços essenciais

Ainda está por ser feita uma discussão mais rigorosa acerca do emprego público no Brasil. O pouco que se tem discutido sobre o tema apresenta apenas argumentos carregados de preconceitos e “ideologia”, raramente embasados em dados rigorosos e informações corretas. O ideário neoliberal (hoje completamente desmoralizado) encarregou-se, durante décadas, de perpetrar inverdades ou análises pouco rigorosas que acabaram motivando medidas de redução do pessoal ocupado ou de “reformas” na administração pública que culminaram em prejuízo para a execução de atividades-fim do serviço público, e em piora na qualidade e na eficiência dos serviços prestados à população que deles necessita.

Os dados e reflexões aqui apresentados são resultantes de uma pesquisa intitulada “Trabalho no Setor Público Brasileiro”, que vem sendo desenvolvida no Ipea e que pretende avaliar o setor público brasileiro sob três aspectos: a) o aspecto quantitativo, que se preocupa em produzir uma ampla radiografia de estatísticas de emprego do setor público brasileiro; b) em termos qualitativos, procura-se destacar que a natureza do trabalho no setor público é diferente do trabalho no setor privado e é levando isso em consideração que se deve avaliar a construção institucional do Estado brasileiro, sempre com um foco na problemática da dívida social brasileira; c) a pesquisa também visa a cobrir uma lacuna de estudos sobre políticas de gestão na área de recursos humanos no Brasil, procurando fornecer aos futuros gestores do setor público brasileiro uma análise não-neoliberal dos desafios que se colocam atualmente para o Estado brasileiro em uma sociedade desigual e carente de serviços públicos de qualidade.

Um primeiro dado importante que merece ser mencionado é que, no Brasil, segundo os microdados da Pnad, o emprego público representava, em 2007, apenas cerca de 11,5% do total dos ocupados no país. Esta parcela de emprego público na ocupação total está bem abaixo, por exemplo, de todos os países europeus importantes, muitos dos quais chegam a atingir marcas superiores a 30%. Mesmo nos EUA, país com destacada tradição liberal, o percentual do emprego público na ocupação total é de cerca de 15%. Na América Latina, segundo dados recentes divulgados pela Cepal, há países cujo peso do emprego público na ocupação total é maior do que a brasileira, destacando-se Panamá (18%), Costa Rica (17%), Uruguai (16%), Argentina (16%) e mesmo o Paraguai (13%).

Tomando-se como referência a relação entre emprego público e população, também se verifica, no Brasil, um baixo percentual: a parcela do emprego público na população gira em torno de 5%, contra 7% nos EUA e próximo de 10% na Europa ocidental (quando não mais, como nos países escandinavos, que não raro superam 15%).

Em números absolutos, no ano de 1995 o emprego público no Brasil perfazia o total de 7,843 milhões de servidores. Em 2007, ele alcançou a cifra de 9,827 milhões. Deve-se destacar, porém, que este crescimento praticamente apenas acompanhou a evolução da

população. Tanto é que, em 1995, o estoque de emprego público representava 5,1% do total da população e, em 2007, 5,4%.

Quando se observa a evolução recente do emprego público por esfera de governo, verifica-se uma leve redução nas esferas federal e estadual e um forte crescimento no âmbito municipal. Em 1995, o emprego federal correspondia a 18% do emprego público, o estadual, 44% e o municipal, 38%. No ano de 2007, esses percentuais eram de 15%, 35% e 50%, respectivamente. O aumento do peso do emprego municipal deveu-se a três fatores: na educação, a universalização do ensino fundamental e a expansão da pré-alfabetização de crianças em idade pré-escolar; na saúde, praticamente todos os municípios foram alçados à condição de gestão plena da atenção básica, inclusive a saúde preventiva - em grande parte calcada no Programa de Saúde da Família -, que vem requerendo a contratação de milhares de agentes comunitários de saúde. Por último, desde a Constituição de 1988, foram criados quase 1.500 municípios, gerando a necessidade de montagem das funções administrativas municipais. Preliminarmente, os microdados da Pnad sobre ocupações na esfera municipal corroboram essa afirmativa.

Também o senso comum que considera o serviço público um reduto de privilégios carece de fundamentos mais sólidos. Quando consideramos os estatutários, a categoria mais bem posicionada dentre os servidores, vê-se que, desde os anos 1990, eles vêm perdendo uma série de direitos. As várias alterações constitucionais a partir da EC 19/98, dentre as quais se destacam o fim do Regime Jurídico Único no serviço público - com exceção para as funções exclusivas de Estado -, o fim da isonomia salarial, o fim do estatuto da estabilidade no serviço público e o fim da aposentadoria integral tiveram, entre outros propósitos, o objetivo de aproximar as relações de trabalho nos setores público e privado, apesar da natureza diferente do trabalho em cada um deles.

Deve-se destacar, porém, que nos últimos anos tem aumentado o peso dos estatutários, devido ao aumento do número de concursos públicos, o que tem reduzido em parte o grau de informalidade que imperou ao longo dos anos 1990 nas ocupações do setor público brasileiro.

Em suma, no conjunto, o que esses dados demonstram é que o emprego público não é excessivo no Brasil, sobretudo quando se leva em conta as necessidades de serviços essenciais por parte da população que não pode pagar por eles. Neste sentido, o desafio de aumentar a eficiência e a eficácia da máquina pública no país não se contrapõe, antes, se coaduna, com a expansão de serviços que requerem a expansão do emprego público.

(*) Eneuton Pessoa é pesquisador-visitante do Ipea (RJ). Mestre e doutor pelo IE/Unicamp.

(*) Fernando Augusto Mansor de Mattos é professor/pesquisador licenciado na PUC-Campinas. Pesquisador-visitante do Ipea (RJ). Mestre e doutor pelo IE/Unicamp.

(*) Marcelo Almeida de Britto é técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea (RJ) e coordenador da pesquisa “Trabalho no Setor Público Brasileiro”.

Os municípios e o INSS

César Halum ()*

Em 30 de dezembro de 2008, numa terça-feira, falei aqui no espaço Tendências & Ideias, do Jornal do Tocantins, sobre o déficit público dos municípios, do qual um grande componente é o crescimento da dívida junto ao INSS, cujo volume compromete profundamente a governabilidade dos municípios envolvidos. Tentativas de renegociação buscando um parcelamento vinham se arrastando indefinidamente enquanto permanecia comprometida a continuidade dos investimentos e a manutenção das despesas com custeio, desabilitando os municípios inadimplentes a obterem recursos federais, em especial os do Fundo de Participação dos Municípios, inviabilizando inexoravelmente as administrações municipais.

Falei do déficit público dos municípios como objeto de análise não somente por parte de técnicos especializados, mas também por segmentos da sociedade civil organizada, preocupados com a bola de neve em que se tornava. Há muito tempo este triste cenário vinha sendo uma das minhas grandes preocupações. Como Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), juntamente com nossos colegas deputados estaduais de todo o Brasil, conscientes da gravidade desta situação enfrentada pelos municípios que representamos, legitimados pelo mandato popular para defendê-los em seus múltiplos interesses, nos envolvemos no debate com a seriedade requerida e com a urgência e dedicada atenção que o assunto merece.

Argumentamos, em defesa dos municípios, que inúmeros prefeitos são obrigados a assumir dívidas de mandatos anteriores por deficiência do próprio INSS, que chega a ficar até cinco anos sem fiscalizar o Município, período este maior que o de um mandato. O bloqueio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para quitação de dívida com a previdência, em muitos casos, vinha ultrapassando consideravelmente o percentual máximo permitido pela Constituição Federal, o qual não pode ser maior que 9% do valor do FPM, complicando ainda mais a situação.

Desta forma, nos posicionamos em defesa dos municípios. Esta luta contou também com a participação importante do Supremo Tribunal Federal (STF) que, através da súmula vinculante nº8,

considerou inconstitucionais os artigos de leis que permitiam ao Governo Federal cobrar contribuições sociais vencidas há mais de 10 anos. Mas, como ainda não resolvia plenamente o problema, falei insistentemente aos quatro quadrantes sobre a urgente necessidade do Congresso Nacional aprovar uma lei que autorize o parcelamento dessas dívidas em até 240 meses (vinte anos) para que os municípios readquiram sua capacidade de investimento. Fiz publicar sobre esta questão no Editorial do Jornal da Unale, em seu nº 47, de janeiro último, informativo este que chega regularmente aos gabinetes de todas as Assembléias Legislativas do Brasil, aos gabinetes dos Deputados Federais, Senadores e ao Presidente da República, além dos seus Ministros.

Prezados prefeitos, honrados cidadãos eleitos pela primeira vez e, principalmente, meus velhos amigos prefeitos que se reelegeram e que bem conhecem esta luta. É com incontida alegria que aqui retorno para dizer que chegou a nossa grande vitória! Eis que o Presidente Lula anunciou na última terça-feira a disposição do governo federal em: (1º) regularizar as terras da Amazônia Legal (outra luta nossa aqui no Tocantins, retratada no artigo Regularização fundiária, também publicado neste espaço do Jornal do Tocantins em sua edição de 17 de maio de 2007); (2º) ampliar o programa de transporte escolar; (3º) fixar regras para os governos municipais de transição; (4º) promover mudanças na arrecadação do 11 R (Imposto Territorial Rural), arrecadação esta que permanecerá integralmente nas prefeituras que fizerem convênio com a Receita Federal e, finalmente, (5º) anunciou que as dívidas dos municípios com o INSS, que já passa dos 14 bilhões de reais, deverão ser repactuadas em até 240 meses, ou 20 anos como dizíamos, sendo este o prazo limite.

A todos aqueles que me ajudaram nesta luta, em todos os níveis, desde as cidades que me apóiam no Tocantins, aos meus companheiros da Unale de todo o Brasil, assim como os de Brasília e, em especial, ao nosso Presidente Lula que, com sua visão sempre voltada para os mais necessitados, assumiu este compromisso, em nome do povo do meu Estado, o nosso muito obrigado!

() César Halum é deputado estadual pelo DEM e presidente da União*

O crescimento dos gastos das câmaras de vereadores

Marcos Mendes (*)

Tramita no Senado a PEC nº 47/2008, cujo objetivo é reduzir o teto de gastos das câmaras de vereadores. Por que motivos a Constituição deve impor esse tipo de restrição às administrações municipais? Não seriam os governos municipais, democraticamente eleitos por sua população, capazes de definir o montante ideal de despesa de suas câmaras, sem a necessidade de intromissão externa?

Aparentemente, não. Desde a promulgação da Constituição de 1988, tem-se observado acelerado crescimento da despesa dos legislativos municipais. Há dispositivos constitucionais que limitam a capacidade do Executivo local de contingenciar as verbas dos legislativos, e que dão a esses últimos autonomia para definir o próprio orçamento. Resta pouco espaço aos prefeitos para controlar essa despesa. Tais mecanismos foram criados para evitar que o Executivo pressione as câmaras mediante racionamento de verba, mas parece que acabaram sendo usados para expandir as dotações dos legislativos muito além do necessário.

Por isso, parece haver justificativa para se impor, na própria Constituição federal, um limite máximo de gastos dos legislativos municipais (como, de fato, se faz desde a aprovação da Emenda Constitucional nº 25, de 2000, que introduziu tais limites no art. 29-A).

Dada a necessidade do limite, cabe perguntar se há motivos para mudar os parâmetros atualmente vigentes e, sendo necessária a mudança, que tipo de modificação fazer. Tanto o limite vigente quanto o proposto na PEC 47/2008 estão fixados como percentuais da receita do município: à medida que cresce a receita, a câmara passa a ter um limite mais amplo para seu orçamento. Esse procedimento parece inadequado.

As câmaras de vereadores realizam um trabalho padrão de proposição e aprovação de leis, bem como de fiscalização das ações do executivo local. Não há motivos para que as despesas das câmaras flutuem ao longo do tempo, de acordo com a variação da receita do município. Uma câmara precisa ter uma estrutura permanente de funcionários e um conjunto de instalações fixas para realizar uma tarefa rotineira. Isso é muito distinto, por exemplo, da ação de uma secretaria de saúde que, à medida que a receita do município cresce, expande o número de postos de atendimentos, constrói novos hospitais e amplia a clientela atendida.

É aceitável que uma câmara tenha aumento real de gastos em alguns momentos do tempo. Por exemplo, a construção de uma nova sede e a contratação de assessores mais qualificados. Porém, não se pode considerar normal que um grande número de câmaras apresente crescimento real da despesa ao longo de vários anos.

Por outro lado, quando a receita cai, faz sentido encolher o tamanho dos programas de saúde e diminuir o ritmo de obras da prefeitura; mas não faz muito sentido diminuir o número de vere-

adores com vistas a um ajuste fiscal. Ou seja, a natureza do trabalho legislativo indica que suas despesas não devem crescer no mesmo ritmo das demais durante a bonança, nem devem cair fortemente nos momentos de ajuste fiscal.

Dáí porque, a princípio, não faz sentido vincular o teto de gastos à receita municipal realizada a cada ano, pois isso gera ineficiência tanto nas fases ascendentes quanto descendentes dos ciclos econômicos.

Pode-se argumentar, a favor da fixação do limite como proporção da receita, que esta é uma proxy do nível de renda e do tamanho da população municipal e, portanto, da complexidade do trabalho da câmara. Entretanto, se for para diferenciar os municípios em função de suas características, é melhor que se use a variável população, que tem uma correlação bastante alta com a receita municipal (0,96), mas não oscila tanto quanto aquela.

O gasto agregado das câmaras não tem crescido muito, e não representou, no passado recente, impacto deletério sobre as contas fiscais agregadas do país. De acordo com dados do Tesouro Nacional, entre 1999 (um ano antes da imposição do limite atualmente vigente) e 2007 (último ano com dados disponíveis), a despesa legislativa dos municípios cresceu 28% acima do IPCA. Taxa muito inferior à expansão da despesa corrente (62%) e da receita total (76%).

Contudo, esse crescimento moderado foi consequência da redução real dos gastos das câmaras de alguns municípios grandes e médios (no município de São Paulo, por exemplo, houve redução real de 36%), cujo valor absoluto da despesa é grande o suficiente para influenciar a despesa agregada de todas as câmaras. Em paralelo, houve forte expansão dos gastos em municípios pequenos.

A tabela a seguir mostra que em mais da metade dos municípios a despesa real das câmaras cresceu acima de 40%, entre 1999 e 2007. Logo, o que temos é um problema de ordem microeconômica: há um grande número de municípios em que a expansão excessiva da despesa da câmara de vereadores extrai recursos que poderiam ser aplicados em outras políticas públicas.

Frente a esse diagnóstico, há um leque de parâmetros para fixação dos limites: a despesa passada da própria câmara, corrigida pela inflação (passada ou prevista); limite fixado em reais como uma função contínua da população; ou, até mesmo, a vinculação à receita municipal com a fixação de bandas superiores e inferiores para evitar a forte oscilação dos limites. A repactuação dos limites a cada dez anos permitiria ajustes que se fizessem necessários. Limites desse tipo teriam diversas vantagens: acabariam com a vinculação plena de receitas (sendo, portanto, um exemplo para próximas reformas na área fiscal); não sufocariam financeiramente os legislativos e aliviarão os orçamentos municipais no longo prazo.

A modernização necessária do direito empresarial do trabalho

Marcos César Amador Alves (*)

A sociedade contemporânea tem percebido intensas e decisivas transformações, com a ruptura de antigos paradigmas e o surgimento de sistemas e modelos inovadores nos mais variados campos. Novas tecnologias e estruturas produtivas, associadas ao fenômeno da globalização e da atual concorrência internacional, têm originado modificações profundas na vida social. No âmbito das relações de trabalho, tal realidade se faz sentir com notável intensidade. A organização do trabalho pós-industrial, em sua complexidade sem precedentes, se impõe internacionalmente e de modo inexorável. O debate em relação à compreensão dos novos conceitos e formas de trabalho e à modernização das normas que o regulam exhibe inegável e indiscutível atualidade.

O modelo jurídico brasileiro de regulação do trabalho, consubstanciado em 1943 por meio da edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é fortemente marcado pelo intervencionismo estatal permanente nas relações trabalhistas. Baseia-se, notadamente, no paradigma de referência único do trabalho subordinado, encadeado à lógica da arcaica revolução industrial, desprestigiando, absolutamente, o entendimento e a negociação direta entre as partes. De modo fulgente, a nova ordem, produzida pelos fatores antes citados, indica que o regime intransigente da CLT está largamente obsoleto.

“Se o Direito ignora a realidade, a realidade se vingará, ignorando o Direito.” A advertência, sempre atual, de Georges Ripert se materializa com notável clareza no campo das relações de trabalho vivenciadas no Brasil. Dados oficiais revelam que mais de 60% dos brasileiros que trabalham encontram-se na informalidade, à margem da lei. A injustiça perpetrada por força da incompatibilidade e inadequação do modelo celetista é de tal modo evidente que elucida, por si só, as condições elementares para a ruptura de paradigma.

Neste cenário, exsurge o novo Direito Empresarial do Trabalho, o qual propugna, enquanto premissa epistemológica, a reconstrução do sistema normativo que rege as relações entre capital e trabalho, que deve ser orientado pela reconciliação entre desenvolvimento econômico e justiça social. O poder de negociação e a autonomia da vontade das partes assumem, destarte, validade objetiva e autêntica função de fecundar e gerar o conjunto das normas que regerão os diversificados vínculos mantidos entre empresas e profissionais. Assim sendo, a modernização das relações de trabalho finalmente

irromperá.

Relevante sobreavisar que não se trata, efetivamente, de desregular as relações de trabalho ou promover o desmanche puro e simples de direitos dos trabalhadores. O que se exige é a adoção de um modelo atual, consentâneo com as transformações sociais, cujo ponto forte se consolide exatamente na idéia de negociação no nível da empresa, reconhecida como agente fundamental do desenvolvimento. Estes os fundamentos do processo de modificação proposto, o qual assegurará a plena sustentabilidade das relações capital-trabalho. Ao Estado caberá, tão-somente, definir e promover os direitos fundamentais no trabalho - como a livre negociação -, restringindo sua intervenção e, principalmente, abstraindo sua centralidade. A nova proposta, ao recomendar a afirmação de dispositivos negociados e da autocomposição das partes, aborta o anacrônico modelo vigente, o qual se mostra flagrantemente incongruente com o dinamismo do mundo contemporâneo.

O trabalhador depende, ao mesmo tempo, da proteção jurídica de seus direitos fundamentais e do investimento produtivo. A criação de empregos e a concepção de condições de trabalho decente exigem condizente desenvolvimento econômico. Sem considerar tal correlação, estaremos diante de direitos utópicos, de inacessível concretização, eis que aviltam o imperativo inafastável da realidade. O Direito Empresarial do Trabalho, em sua essência, reconhece e sintetiza tais elementos no alvitre de alcançar uma medida proporcional, uma equação primordial justa e sustentável.

Incumbe ao Direito descerrar caminhos para o pleno desenvolvimento social. O desafio de modernizar o tratamento jurídico atribuído às relações de trabalho constitui, definitivamente, um dos elementos fundamentais destinados a estabelecer e sedimentar a verdadeira ponte que conduzirá o Brasil ao futuro como uma das nações mais prósperas desse milênio.

() Marcos César Amador Alves é Sócio de Amador Alves Advogados, presidente do Comitê de Direito Empresarial do Trabalho da OAB-SP. Artigo publicado no Jornal “Gazeta Mercantil” em 04/03/2009.*

Documentos

Produtividade dos Servidores do INSS I

Elaborado pelo Prof. JB Serra e Gurgel para o Dat.ANASPS Mar /09

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Abr 2008 - Mar 2009
Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários			Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)		
Abril	225.134	86.188	121.386	439.232	21.357	398.559	342.422	227.582	87.885	1.949.745	7,40%
Mai	233.862	85.006	119.561	430.600	18.813	373.243	385.680	211.837	72.902	1.931.504	7,33%
Junho	229.386	87.660	119.271	520.363	21.043	384.678	370.245	212.235	81.683	2.026.564	7,69%
Julho	245.150	85.191	129.950	480.748	15.773	384.130	398.532	218.983	96.842	2.055.299	7,80%
Agosto	239.123	90.507	125.083	492.053	16.202	369.412	394.229	200.300	72.386	1.999.295	7,59%
Setembro	318.237	6.207	124.450	467.587	17.579	417.260	346.926	238.119	74.424	2.010.789	7,63%
Outubro	262.292	101.845	123.084	513.723	19.249	410.310	399.492	221.793	108.657	2.160.445	8,20%
Novembro	249.355	93.487	127.135	482.290	18.383	371.017	373.269	200.651	117.193	2.032.780	7,71%
Dezembro	233.869	85.132	127.689	460.825	15.345	343.762	348.386	178.280	120.056	1.913.344	7,26%
Janeiro	220.507	83.908	131.550	528.442	21.636	324.225	351.482	175.173	141.007	1.977.930	7,50%
Fevereiro	227.705	84.544	132.458	445.953	13.311	320.393	330.381	170.129	113.142	1.838.016	6,97%
Março	227.705	108.622	116.064	382.635	15.222	429.440	385.139	219.322	160.428	2.054.577	7,80%
Total	2.912.325	998.297	1.497.881	5.644.451	219.913	4.528.429	4.436.183	2.474.404	1.246.605	23.950.288	100,00%
%	12,16%	4,17%	6,25%	23,57%	0,89%	18,90%	18,52%	10,33%	5,20%		100,00%

Fonte: DatANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Mar 2008 - Fev 2009
Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários			Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)		
Março	191.322	76.868	130.952	424.127	24.839	362.232	262.784	215.916	102.944	1.791.984	6,80%
Abril	225.134	86.188	121.386	439.232	21.357	398.559	342.422	227.582	87.885	1.949.745	7,40%
Mai	233.862	85.006	119.561	430.600	18.813	373.243	385.680	211.837	72.902	1.931.504	7,33%
Junho	229.386	87.660	119.271	520.363	21.043	384.678	370.245	212.235	81.683	2.026.564	7,69%
Julho	245.150	85.191	129.950	480.748	15.773	384.130	398.532	218.983	96.842	2.055.299	7,80%
Agosto	239.123	90.507	125.083	492.053	16.202	369.412	394.229	200.300	72.386	1.999.295	7,59%
Setembro	318.237	6.207	124.450	467.587	17.579	417.260	346.926	238.119	74.424	2.010.789	7,63%
Outubro	262.292	101.845	123.084	513.723	19.249	410.310	399.492	221.793	108.657	2.160.445	8,20%
Novembro	249.355	93.487	127.135	482.290	18.383	371.017	373.269	200.651	117.193	2.032.780	7,71%
Dezembro	233.869	85.132	127.689	460.825	15.345	343.762	348.386	178.280	120.056	1.913.344	7,26%
Janeiro	220.507	83.908	131.550	528.442	21.636	324.225	351.482	175.173	141.007	1.977.930	7,50%
Fevereiro	227.705	84.544	132.458	445.953	13.311	320.393	330.381	170.129	113.142	1.838.016	6,97%
Total	2.875.942	968.543	1.512.569	5.685.943	223.630	4.459.221	4.303.828	2.470.998	1.189.121	23.887.695	100,00%
%	12,14%	4,06%	6,39%	24,00%	0,94%	18,83%	18,17%	10,43%	5,02%		100,00%

Fonte: DatANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Fev 2008 - Jan 2009
Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários			Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)		
Fevereiro	177.231	64.383	138.359	496.169	19.927	320.337	315.650	292.506	122.211	1.946.783	7,39%
Março	191.322	76.868	130.952	424.127	24.839	362.232	262.784	215.916	102.944	1.791.984	6,80%
Abril	225.134	86.188	121.386	439.232	21.357	398.559	342.422	227.582	87.885	1.949.745	7,40%
Mai	233.862	85.006	119.561	430.600	18.813	373.243	385.680	211.837	72.902	1.931.504	7,33%
Junho	229.386	87.660	119.271	520.363	21.043	384.678	370.245	212.235	81.683	2.026.564	7,69%
Julho	245.150	85.191	129.950	480.748	15.773	384.130	398.532	218.983	96.842	2.055.299	7,80%
Agosto	239.123	90.507	125.083	492.053	16.202	369.412	394.229	200.300	72.386	1.999.295	7,59%
Setembro	318.237	6.207	124.450	467.587	17.579	417.260	346.926	238.119	74.424	2.010.789	7,63%
Outubro	262.292	101.845	123.084	513.723	19.249	410.310	399.492	221.793	108.657	2.160.445	8,20%
Novembro	249.355	93.487	127.135	482.290	18.383	371.017	373.269	200.651	117.193	2.032.780	7,71%
Dezembro	233.869	85.132	127.689	460.825	15.345	343.762	348.386	178.280	120.056	1.913.344	7,26%
Janeiro	220.507	83.908	131.550	528.442	21.636	324.225	351.482	175.173	141.007	1.977.930	7,50%
Total	2.825.468	946.392	1.518.470	5.736.159	230.146	4.459.185	4.289.097	2.593.375	1.198.190	23.796.462	100,00%
%	11,87%	3,98%	6,38%	24,11%	0,97%	18,74%	18,02%	10,90%	5,04%		100,00%

Fonte: DatANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Jan 2008 - Dez 2008
Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários			Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)		
Janeiro	192.413	65.137	138.564	496.169	19.927	326.902	345.960	167.667	153.676	1.906.615	7,23%
Fevereiro	177.231	64.393	138.359	496.169	19.927	320.337	315.650	292.506	122.211	1.946.783	7,39%
Março	191.322	76.868	130.952	424.127	24.839	362.232	262.784	215.916	102.944	1.791.984	6,80%
Abril	225.134	86.188	121.386	439.232	21.357	398.559	342.422	227.582	87.885	1.949.745	7,40%
Mai	233.862	85.006	119.561	430.600	18.813	373.243	385.680	211.837	72.902	1.931.504	7,33%
Junho	229.386	87.660	119.271	520.363	21.043	384.678	370.245	212.235	81.683	2.026.564	7,69%
Julho	245.150	85.191	129.950	480.748	15.773	384.130	398.532	218.983	96.842	2.055.299	7,80%
Agosto	239.123	90.507	125.083	492.053	16.202	369.412	394.229	200.300	72.386	1.999.295	7,59%
Setembro	318.237	6.207	124.450	467.587	17.579	417.260	346.926	238.119	74.424	2.010.789	7,63%
Outubro	262.292	101.845	123.084	513.723	19.249	410.310	399.492	221.793	108.657	2.160.445	8,20%
Novembro	249.355	93.487	127.135	482.290	18.383	371.017	373.269	200.651	117.193	2.032.780	7,71%
Dezembro	233.869	85.132	127.689	460.825	15.345	343.762	348.386	178.280	120.056	1.913.344	7,26%
Total	2.797.374	927.621	1.566.083	5.703.886	228.437	4.461.842	4.283.575	2.585.888	790.729	22.547.426	100,00%
%	12,41%	4,11%	3,41%	25,30%	1,01%	19,79%	19,00%	11,47%	3,51%		100,00%

Fonte: DatANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Dez 2007-Nov 2008

Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Dezembro	186.484	71.277	135.432	473.047	22.747	306.975	305.845	153.553	135.432	1.790.792	6,79%	
Janeiro	192.413	65.137	138.564	496.169	19.927	326.902	345.960	167.667	153.876	1.906.615	7,23%	
Fevereiro	177.231	64.393	138.359	496.169	19.927	320.337	315.650	292.506	122.211	1.946.783	7,39%	
Março	191.322	76.868	130.952	424.127	24.839	362.232	262.784	215.916	102.944	1.791.984	6,80%	
Abril	225.134	86.188	121.386	439.232	21.357	398.559	342.422	227.582	87.885	1.949.745	7,40%	
Maior	233.862	85.006	119.561	430.600	18.813	373.243	385.680	211.837	72.902	1.931.504	7,33%	
Junho	229.386	87.660	119.271	520.363	21.043	384.678	370.245	212.235	81.683	2.026.564	7,69%	
Julho	245.150	85.191	129.950	480.748	15.773	384.130	398.532	218.983	96.842	2.055.299	7,80%	
Agosto	239.123	90.507	125.083	492.053	16.202	369.412	394.229	200.300	72.386	1.999.295	7,59%	
Setembro	318.237	6.207	124.450	467.587	17.579	417.260	346.926	238.119	74.424	2.010.789	7,63%	
Outubro	262.292	101.845	123.084	513.723	19.249	410.310	399.492	221.793	108.657	2.160.445	8,20%	
Novembro	249.355	93.487	127.135	482.290	18.383	371.017	373.269	200.651	117.193	2.032.760	7,71%	
Total	2.749.989	913.786	1.533.227	5.716.108	235.939	4.425.055	4.241.034	2.561.142	1.226.435	23.602.595	100,00%	
%	11,65%	3,87%	6,50%	24,22%	1,00%	18,75%	17,97%	10,85%	5,20%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Nov 2007-Out 2008

Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Novembro	214.368	82.240	145.363	474.088	23.119	343.196	285.939	190.316	165.625	1.924.254	7,30%	
Dezembro	186.484	71.277	135.432	473.047	22.747	306.975	305.845	153.553	135.432	1.790.792	6,79%	
Janeiro	192.413	65.137	138.564	496.169	19.927	326.902	345.960	167.667	153.876	1.906.615	7,23%	
Fevereiro	177.231	64.393	138.359	496.169	19.927	320.337	315.650	292.506	122.211	1.946.783	7,39%	
Março	191.322	76.868	130.952	424.127	24.839	362.232	262.784	215.916	102.944	1.791.984	6,80%	
Abril	225.134	86.188	121.386	439.232	21.357	398.559	342.422	227.582	87.885	1.949.745	7,40%	
Maior	233.862	85.006	119.561	430.600	18.813	373.243	385.680	211.837	72.902	1.931.504	7,33%	
Junho	229.386	87.660	119.271	520.363	21.043	384.678	370.245	212.235	81.683	2.026.564	7,69%	
Julho	245.150	85.191	129.950	480.748	15.773	384.130	398.532	218.983	96.842	2.055.299	7,80%	
Agosto	239.123	90.507	125.083	492.053	16.202	369.412	394.229	200.300	72.386	1.999.295	7,59%	
Setembro	318.237	6.207	124.450	467.587	17.579	417.260	346.926	238.119	74.424	2.010.789	7,63%	
Outubro	262.292	101.845	123.084	513.723	19.249	410.310	399.492	221.793	108.657	2.160.445	8,20%	
Total	2.715.002	902.519	1.551.455	5.707.806	240.575	4.397.234	4.153.704	2.550.807	1.274.867	23.494.060	100,00%	
%	11,56%	3,84%	6,50%	24,30%	1,02%	18,72%	17,68%	10,86%	5,43%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Out 2007-Set 2008

Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Outubro	244.811	80.556	146.458	485.409	23.360	400.804	282.893	200.517	134.664	1.999.472	7,59%	
Novembro	214.368	82.240	145.363	474.088	23.119	343.196	285.939	190.316	165.625	1.924.254	7,30%	
Dezembro	186.484	71.277	135.432	473.047	22.747	306.975	305.845	153.553	135.432	1.790.792	6,79%	
Janeiro	192.413	65.137	138.564	496.169	19.927	326.902	345.960	167.667	153.876	1.906.615	7,23%	
Fevereiro	177.231	64.393	138.359	496.169	19.927	320.337	315.650	292.506	122.211	1.946.783	7,39%	
Março	191.322	76.868	130.952	424.127	24.839	362.232	262.784	215.916	102.944	1.791.984	6,80%	
Abril	225.134	86.188	121.386	439.232	21.357	398.559	342.422	227.582	87.885	1.949.745	7,40%	
Maior	233.862	85.006	119.561	430.600	18.813	373.243	385.680	211.837	72.902	1.931.504	7,33%	
Junho	229.386	87.660	119.271	520.363	21.043	384.678	370.245	212.235	81.683	2.026.564	7,69%	
Julho	245.150	85.191	129.950	480.748	15.773	384.130	398.532	218.983	96.842	2.055.299	7,80%	
Agosto	239.123	90.507	125.083	492.053	16.202	369.412	394.229	200.300	72.386	1.999.295	7,59%	
Setembro	318.237	6.207	124.450	467.587	17.579	417.260	346.926	238.119	74.424	2.010.789	7,63%	
Total	2.697.521	881.230	1.574.829	5.679.592	244.686	4.387.728	4.037.105	2.529.531	1.361.032	23.333.096	100,00%	
%	11,56%	3,78%	6,75%	24,34%	1,05%	18,80%	17,30%	10,64%	5,58%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Set 2007-Ago 2008

Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Setembro	218.385	81.163	151.268	446.208	23.397	336.280	372.021	186.054	134.582	1.949.348	7,40%	
Outubro	244.811	80.556	146.458	485.409	23.360	400.804	282.893	200.517	134.664	1.999.472	7,59%	
Novembro	214.368	82.240	145.363	474.088	23.119	343.196	285.939	190.316	165.625	1.924.254	7,30%	
Dezembro	186.484	71.277	135.432	473.047	22.747	306.975	305.845	153.553	135.432	1.790.792	6,79%	
Janeiro	192.413	65.137	138.564	496.169	19.927	326.902	345.960	167.667	153.876	1.906.615	7,23%	
Fevereiro	177.231	64.393	138.359	496.169	19.927	320.337	315.650	292.506	122.211	1.946.783	7,39%	
Março	191.322	76.868	130.952	424.127	24.839	362.232	262.784	215.916	102.944	1.791.984	6,80%	
Abril	225.134	86.188	121.386	439.232	21.357	398.559	342.422	227.582	87.885	1.949.745	7,40%	
Maior	233.862	85.006	119.561	430.600	18.813	373.243	385.680	211.837	72.902	1.931.504	7,33%	
Junho	229.386	87.660	119.271	520.363	21.043	384.678	370.245	212.235	81.683	2.026.564	7,69%	
Julho	245.150	85.191	129.950	480.748	15.773	384.130	398.532	218.983	96.842	2.055.299	7,80%	
Agosto	239.123	90.507	125.083	492.053	16.202	369.412	394.229	200.300	72.386	1.999.295	7,59%	
Total	2.597.669	958.176	1.601.647	5.658.213	250.504	4.308.748	4.062.200	2.477.466	1.361.032	23.271.655	100,00%	
%	11,16%	4,11%	6,88%	24,31%	1,08%	18,51%	17,46%	10,65%	5,85%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Ago 2007 - Jul 2008
Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Reproado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Agosto	245.798	96.172	157.484	476.078	24.436	399.934	327.450	224.666	69.206	2.021.224	7,67%	
Setembro	218.385	81.153	151.268	446.208	23.397	336.280	372.021	186.054	134.582	1.949.348	7,40%	
Outubro	244.811	80.556	146.458	485.409	23.360	400.804	282.893	200.517	134.664	1.999.472	7,59%	
Novembro	214.368	82.240	145.363	474.088	23.119	343.196	285.939	190.316	165.625	1.924.254	7,30%	
Dezembro	186.484	71.277	135.432	473.047	22.747	306.975	305.845	153.553	135.432	1.790.792	6,79%	
Janeiro	192.413	65.137	138.564	496.169	19.927	326.902	345.960	167.667	153.876	1.906.615	7,23%	
Fevereiro	177.231	64.393	138.359	496.169	19.927	320.337	315.650	292.506	122.211	1.946.783	7,39%	
Março	191.322	76.868	130.952	424.127	24.839	362.232	262.784	215.916	102.944	1.791.984	6,80%	
Abril	225.134	86.188	121.386	439.232	21.357	398.559	342.422	227.582	87.885	1.949.745	7,40%	
Mai	233.862	85.006	119.561	430.600	18.813	373.243	385.680	211.837	72.902	1.931.504	7,33%	
Junho	229.386	87.660	119.271	520.363	21.043	384.678	370.245	212.235	81.683	2.026.564	7,69%	
Julho	245.150	85.191	129.950	480.748	15.773	384.130	398.532	218.983	96.842	2.055.299	7,80%	
Total	2.604.344	961.841	1.634.048	5.642.238	259.738	4.337.270	3.995.421	2.501.832	1.357.652	23.293.584	100,00%	
%	11,18%	4,13%	7,02%	24,22%	1,11%	18,62%	17,15%	10,74%	5,83%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Jul 2007 - Jun 2008
Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Reproado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Julho	167.830	37.785	170.492	483.909	25.726	343.360	201.758	153.266	54.468	1.638.594	6,22%	
Agosto	245.798	96.172	157.484	476.078	24.436	399.934	327.450	224.666	69.206	2.021.224	7,67%	
Setembro	218.385	81.153	151.268	446.208	23.397	336.280	372.021	186.054	134.582	1.949.348	7,40%	
Outubro	244.811	80.556	146.458	485.409	23.360	400.804	282.893	200.517	134.664	1.999.472	7,59%	
Novembro	214.368	82.240	145.363	474.088	23.119	343.196	285.939	190.316	165.625	1.924.254	7,30%	
Dezembro	186.484	71.277	135.432	473.047	22.747	306.975	305.845	153.553	135.432	1.790.792	6,79%	
Janeiro	192.413	65.137	138.564	496.169	19.927	326.902	345.960	167.667	153.876	1.906.615	7,23%	
Fevereiro	177.231	64.393	138.359	496.169	19.927	320.337	315.650	292.506	122.211	1.946.783	7,39%	
Março	191.322	76.868	130.952	424.127	24.839	362.232	262.784	215.916	102.944	1.791.984	6,80%	
Abril	225.134	86.188	121.386	439.232	21.357	398.559	342.422	227.582	87.885	1.949.745	7,40%	
Mai	233.862	85.006	119.561	430.600	18.813	373.243	385.680	211.837	72.902	1.931.504	7,33%	
Junho	229.386	87.660	119.271	520.363	21.043	384.678	370.245	212.235	81.683	2.026.564	7,69%	
Total	2.527.024	914.435	1.674.590	5.645.399	268.691	4.296.500	3.788.647	2.436.115	1.315.478	22.876.879	100,00%	
%	11,05%	4,00%	7,32%	24,68%	1,17%	18,73%	16,60%	10,68%	5,75%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Jun 2007 - Mai 2008
Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Reproado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Junho	202.055	71.376	170.109	461.549	21.637	337.182	323.203	214.612	164.216	1.965.939	7,46%	
Julho	167.830	37.785	170.492	483.909	25.726	343.360	201.758	153.266	54.468	1.638.594	6,22%	
Agosto	245.798	96.172	157.484	476.078	24.436	399.934	327.450	224.666	69.206	2.021.224	7,67%	
Setembro	218.385	81.153	151.268	446.208	23.397	336.280	372.021	186.054	134.582	1.949.348	7,40%	
Outubro	244.811	80.556	146.458	485.409	23.360	400.804	282.893	200.517	134.664	1.999.472	7,59%	
Novembro	214.368	82.240	145.363	474.088	23.119	343.196	285.939	190.316	165.625	1.924.254	7,30%	
Dezembro	186.484	71.277	135.432	473.047	22.747	306.975	305.845	153.553	135.432	1.790.792	6,79%	
Janeiro	192.413	65.137	138.564	496.169	19.927	326.902	345.960	167.667	153.876	1.906.615	7,23%	
Fevereiro	177.231	64.393	138.359	496.169	19.927	320.337	315.650	292.506	122.211	1.946.783	7,39%	
Março	191.322	76.868	130.952	424.127	24.839	362.232	262.784	215.916	102.944	1.791.984	6,80%	
Abril	225.134	86.188	121.386	439.232	21.357	398.559	342.422	227.582	87.885	1.949.745	7,40%	
Mai	233.862	85.006	119.561	430.600	18.813	373.243	385.680	211.837	72.902	1.931.504	7,33%	
Total	2.499.693	898.151	1.725.428	5.586.585	269.285	4.249.004	3.751.605	2.438.492	1.398.011	22.816.254	100,00%	
%	10,96%	3,94%	7,56%	24,49%	1,18%	18,62%	16,44%	10,69%	6,13%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Mai 2007 - Abr 2008
Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Reproado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Mai	216.482	74.530	175.604	422.017	24.130	378.855	403.504	236.885	155.771	2.087.778	7,92%	
Junho	202.055	71.376	170.109	461.549	21.637	337.182	323.203	214.612	164.216	1.965.939	7,46%	
Julho	167.830	37.785	170.492	483.909	25.726	343.360	201.758	153.266	54.468	1.638.594	6,22%	
Agosto	245.798	96.172	157.484	476.078	24.436	399.934	327.450	224.666	69.206	2.021.224	7,67%	
Setembro	218.385	81.153	151.268	446.208	23.397	336.280	372.021	186.054	134.582	1.949.348	7,40%	
Outubro	244.811	80.556	146.458	485.409	23.360	400.804	282.893	200.517	134.664	1.999.472	7,59%	
Novembro	214.368	82.240	145.363	474.088	23.119	343.196	285.939	190.316	165.625	1.924.254	7,30%	
Dezembro	186.484	71.277	135.432	473.047	22.747	306.975	305.845	153.553	135.432	1.790.792	6,79%	
Janeiro	192.413	65.137	138.564	496.169	19.927	326.902	345.960	167.667	153.876	1.906.615	7,23%	
Fevereiro	177.231	64.393	138.359	496.169	19.927	320.337	315.650	292.506	122.211	1.946.783	7,39%	
Março	191.322	76.868	130.952	424.127	24.839	362.232	262.784	215.916	102.944	1.791.984	6,80%	
Abril	225.134	86.188	121.386	439.232	21.357	398.559	342.422	227.582	87.885	1.949.745	7,40%	
Total	2.482.373	887.675	1.781.471	5.578.002	274.602	4.254.616	3.769.429	2.463.540	1.480.880	22.972.528	100,00%	
%	10,81%	3,86%	7,56%	24,28%	1,20%	18,52%	16,41%	10,72%	6,45%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Abr 2007 - Mar 2008
Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Reprovaso	Cassado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Abril	192.773	64.310	182.047	519.700	23.774	342.606	468.452	219.523	194.817	2.208.002	8,38%	
Maio	216.482	74.530	175.604	422.017	24.130	378.855	403.504	236.885	155.771	2.087.778	7,92%	
Junho	202.055	71.376	170.109	461.549	21.637	337.182	323.203	214.612	164.216	1.965.939	7,46%	
Julho	167.830	37.785	170.492	483.909	25.726	343.360	201.758	153.266	54.468	1.638.594	6,22%	
Agosto	245.798	96.172	157.484	476.078	24.436	399.934	327.450	224.666	69.206	2.021.224	7,67%	
Setembro	218.385	81.153	151.268	446.208	23.397	336.280	372.021	186.054	134.582	1.949.348	7,40%	
Outubro	244.811	80.556	146.458	485.409	23.360	400.804	282.893	200.517	134.664	1.999.472	7,59%	
Novembro	214.368	82.240	145.363	474.088	23.119	343.196	285.939	190.316	165.625	1.924.254	7,30%	
Dezembro	186.484	71.277	135.432	473.047	22.747	306.975	305.845	153.553	135.432	1.790.792	6,79%	
Janeiro	192.413	65.137	138.564	496.169	19.927	328.902	345.960	167.667	153.876	1.906.615	7,23%	
Fevereiro	177.231	64.393	138.359	496.169	19.927	320.337	315.650	292.506	122.211	1.946.783	7,39%	
Março	191.322	76.868	130.952	424.127	24.839	362.232	262.784	215.916	102.944	1.791.984	6,80%	
Total	2.449.952	865.797	1.842.132	5.658.470	277.019	4.198.663	3.895.459	2.455.481	1.567.612	23.230.785	100,00%	
%	10,55%	3,73%	7,93%	24,36%	1,19%	18,07%	16,77%	10,57%	6,83%		100,00%	

Fonte: DataANASPS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Mar 2007 -Fev 2008
Produtividade dos Servidores do INSS

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Reprovaso	Cassado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Março	203.654	70.950	186.546	440.239	21.990	384.459	434.462	268.217	215.192	2.225.709	8,44%	
Abril	192.773	64.310	182.047	519.700	23.774	342.606	468.452	219.523	194.817	2.208.002	8,38%	
Maio	216.482	74.530	175.604	422.017	24.130	378.855	403.504	236.885	155.771	2.087.778	7,92%	
Junho	202.055	71.376	170.109	461.549	21.637	337.182	323.203	214.612	164.216	1.965.939	7,46%	
Julho	167.830	37.785	170.492	483.909	25.726	343.360	201.758	153.266	54.468	1.638.594	6,22%	
Agosto	245.798	96.172	157.484	476.078	24.436	399.934	327.450	224.666	69.206	2.021.224	7,67%	
Setembro	218.385	81.153	151.268	446.208	23.397	336.280	372.021	186.054	134.582	1.949.348	7,40%	
Outubro	244.811	80.556	146.458	485.409	23.360	400.804	282.893	200.517	134.664	1.999.472	7,59%	
Novembro	214.368	82.240	145.363	474.088	23.119	343.196	285.939	190.316	165.625	1.924.254	7,30%	
Dezembro	186.484	71.277	135.432	473.047	22.747	306.975	305.845	153.553	135.432	1.790.792	6,79%	
Janeiro	192.413	65.137	138.564	496.169	19.927	328.902	345.960	167.667	153.876	1.906.615	7,23%	
Fevereiro	177.231	64.393	138.359	496.169	19.927	320.337	315.650	292.506	122.211	1.946.783	7,39%	
Total	2.462.294	859.879	1.897.726	5.674.552	274.170	4.220.890	4.067.137	2.507.782	1.700.060	23.664.510	100,00%	
%	10,40%	3,63%	8,02%	23,98%	1,16%	17,84%	17,19%	10,60%	7,18%		100,00%	

Fonte: DataANASPS

Produtividade dos Servidores do INSS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Fev 2007 -Jan 2008

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Reprovaso	Cassado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Fevereiro	328.893	57.731	319.737	483.797	23.482	283.740	114.062	145.520	40.761	1.797.723	6,82%	
Março	203.654	70.950	186.546	440.239	21.990	384.459	434.462	268.217	215.192	2.225.709	8,44%	
Abril	192.773	64.310	182.047	519.700	23.774	342.606	468.452	219.523	194.817	2.208.002	8,38%	
Maio	216.482	74.530	175.604	422.017	24.130	378.855	403.504	236.885	155.771	2.087.778	7,92%	
Junho	202.055	71.376	170.109	461.549	21.637	337.182	323.203	214.612	164.216	1.965.939	7,46%	
Julho	167.830	37.785	170.492	483.909	25.726	343.360	201.758	153.266	54.468	1.638.594	6,22%	
Agosto	245.798	96.172	157.484	476.078	24.436	399.934	327.450	224.666	69.206	2.021.224	7,67%	
Setembro	218.385	81.153	151.268	446.208	23.397	336.280	372.021	186.054	134.582	1.949.348	7,40%	
Outubro	244.811	80.556	146.458	485.409	23.360	400.804	282.893	200.517	134.664	1.999.472	7,59%	
Novembro	214.368	82.240	145.363	474.088	23.119	343.196	285.939	190.316	165.625	1.924.254	7,30%	
Dezembro	186.484	71.277	135.432	473.047	22.747	306.975	305.845	153.553	135.432	1.790.792	6,79%	
Janeiro	192.413	65.137	138.564	496.169	19.927	328.902	345.960	167.667	153.876	1.906.615	7,23%	
Total	2.613.946	853.217	2.079.104	5.662.210	277.725	4.184.293	3.865.549	2.360.796	1.618.610	23.515.450	100,00%	
%	11,12%	3,63%	8,84%	24,08%	1,18%	17,79%	16,44%	10,04%	6,88%		100,00%	

Fonte: DataANASPS

Produtividade dos Servidores do INSS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Jan - Dez 2007

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Reprovaso	Cassado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Janeiro	438.917	59.792	365.549	521.423	28.375	315.959	164.647	172.818	49.860	2.117.340	6,03%	
Fevereiro	328.893	57.731	319.737	483.797	23.482	283.740	114.062	145.520	40.761	1.797.723	6,82%	
Março	203.654	70.950	186.546	440.239	21.990	384.459	434.462	268.217	215.192	2.225.709	8,44%	
Abril	192.773	64.310	182.047	519.700	23.774	342.606	468.452	219.523	194.817	2.208.002	8,38%	
Maio	216.482	74.530	175.604	422.017	24.130	378.855	403.504	236.885	155.771	2.087.778	7,92%	
Junho	202.055	71.376	170.109	461.549	21.637	337.182	323.203	214.612	164.216	1.965.939	7,46%	
Julho	167.830	37.785	170.492	483.909	25.726	343.360	201.758	153.266	54.468	1.638.594	6,22%	
Agosto	245.798	96.172	157.484	476.078	24.436	399.934	327.450	224.666	69.206	2.021.224	7,67%	
Setembro	218.385	81.153	151.268	446.208	23.397	336.280	372.021	186.054	134.582	1.949.348	7,40%	
Outubro	244.811	80.556	146.458	485.409	23.360	400.804	282.893	200.517	134.664	1.999.472	7,59%	
Novembro	214.368	82.240	145.363	474.088	23.119	343.196	285.939	190.316	165.625	1.924.254	7,30%	
Dezembro	186.484	71.277	135.432	473.047	22.747	306.975	305.845	153.553	135.432	1.790.792	6,79%	
Total	2.880.450	847.872	2.308.089	5.687.464	286.173	4.173.350	3.694.236	2.365.947	1.514.594	23.726.175	100,00%	
%	12,06%	3,57%	9,72%	23,97%	1,21%	17,59%	15,53%	9,97%	6,38%		100,00%	

Fonte: DataANASPS

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Dez de 2006 - Nov 2007

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspenso	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Dezembro	410.800	69.168	410.865	450.578	26.761	315.921	149.117	189.447	72.324	2.094.981	7,95%	
Janeiro	438.917	59.792	365.549	521.423	28.375	315.959	164.647	172.818	49.860	2.117.340	8,03%	
Fevereiro	328.893	57.731	319.737	483.797	23.482	283.740	114.062	145.520	40.761	1.797.723	6,82%	
Março	203.654	70.950	186.546	440.239	21.990	384.459	434.462	268.217	215.192	2.225.709	8,44%	
Abril	192.773	64.310	182.047	519.700	23.774	342.606	468.452	219.523	194.817	2.208.002	8,38%	
Maió	216.482	74.530	175.604	422.017	24.130	378.855	403.504	236.885	155.771	2.087.778	7,92%	
Junho	202.055	71.376	170.109	461.549	21.637	337.182	323.203	214.612	164.216	1.965.939	7,46%	
Julho	167.830	37.785	170.492	483.909	25.726	343.360	201.758	153.266	54.468	1.638.594	6,22%	
Agosto	245.798	96.172	157.484	476.078	24.436	399.934	327.450	224.666	69.208	2.021.224	7,67%	
Setembro	218.385	81.153	151.268	446.208	23.397	338.280	372.021	186.054	134.582	1.949.348	7,40%	
Outubro	244.811	80.556	146.458	485.409	23.360	400.804	282.893	200.517	134.664	1.999.472	7,59%	
Novembro	214.388	82.240	145.363	474.088	23.119	343.196	285.939	190.316	185.625	1.924.254	7,30%	
Total	3.084.766	845.783	2.581.522	5.664.995	290.187	4.182.296	3.527.508	2.401.841	1.451.486	24.030.364	100,00%	
%	12,84%	3,52%	10,74%	23,57%	1,21%	17,40%	14,68%	10,00%	6,04%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Nov de 2006 - Out 2007

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspenso	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Novembro	414.351	81.425	337.153	494.447	25.367	350.830	156.139	206.699	40.906	2.107.317	8,00%	
Dezembro	410.800	69.168	410.865	450.578	26.761	315.921	149.117	189.447	72.324	2.094.981	7,95%	
Janeiro	438.917	59.792	365.549	521.423	28.375	315.959	164.647	172.818	49.860	2.117.340	8,03%	
Fevereiro	328.893	57.731	319.737	483.797	23.482	283.740	114.062	145.520	40.761	1.797.723	6,82%	
Março	203.654	70.950	186.546	440.239	21.990	384.459	434.462	268.217	215.192	2.225.709	8,44%	
Abril	192.773	64.310	182.047	519.700	23.774	342.606	468.452	219.523	194.817	2.208.002	8,38%	
Maió	216.482	74.530	175.604	422.017	24.130	378.855	403.504	236.885	155.771	2.087.778	7,92%	
Junho	202.055	71.376	170.109	461.549	21.637	337.182	323.203	214.612	164.216	1.965.939	7,46%	
Julho	167.830	37.785	170.492	483.909	25.726	343.360	201.758	153.266	54.468	1.638.594	6,22%	
Agosto	245.798	96.172	157.484	476.078	24.436	399.934	327.450	224.666	69.208	2.021.224	7,67%	
Setembro	218.385	81.153	151.268	446.208	23.397	338.280	372.021	186.054	134.582	1.949.348	7,40%	
Outubro	244.811	80.556	146.458	485.409	23.360	400.804	282.893	200.517	134.664	1.999.472	7,59%	
Total	3.284.749	844.948	2.773.312	5.685.354	292.435	4.189.930	3.397.708	2.418.224	1.326.767	24.213.427	100,00%	
%	13,57%	3,49%	11,45%	23,48%	1,21%	17,30%	14,03%	9,99%	5,48%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Out de 2006 - Set 2007

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspenso	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Outubro	449.938	96.453	420.178	503.329	23.608	385.515	161.274	203.913	73.162	2.317.370	8,79%	
Novembro	414.351	81.425	337.153	494.447	25.367	350.830	156.139	206.699	40.906	2.107.317	8,00%	
Dezembro	410.800	69.168	410.865	450.578	26.761	315.921	149.117	189.447	72.324	2.094.981	7,95%	
Janeiro	438.917	59.792	365.549	521.423	28.375	315.959	164.647	172.818	49.860	2.117.340	8,03%	
Fevereiro	328.893	57.731	319.737	483.797	23.482	283.740	114.062	145.520	40.761	1.797.723	6,82%	
Março	203.654	70.950	186.546	440.239	21.990	384.459	434.462	268.217	215.192	2.225.709	8,44%	
Abril	192.773	64.310	182.047	519.700	23.774	342.606	468.452	219.523	194.817	2.208.002	8,38%	
Maió	216.482	74.530	175.604	422.017	24.130	378.855	403.504	236.885	155.771	2.087.778	7,92%	
Junho	202.055	71.376	170.109	461.549	21.637	337.182	323.203	214.612	164.216	1.965.939	7,46%	
Julho	167.830	37.785	170.492	483.909	25.726	343.360	201.758	153.266	54.468	1.638.594	6,22%	
Agosto	245.798	96.172	157.484	476.078	24.436	399.934	327.450	224.666	69.208	2.021.224	7,67%	
Setembro	218.385	81.153	151.268	446.208	23.397	338.280	372.021	186.054	134.582	1.949.348	7,40%	
Total	3.489.876	860.845	3.047.032	5.703.274	292.683	4.174.641	3.278.089	2.421.620	1.265.265	24.531.325	100,00%	
%	14,23%	3,51%	12,42%	23,25%	1,19%	17,02%	13,35%	9,87%	5,16%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Set de 2006 - Ago2007

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspenso	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Setembro	411.271	94.981	472.413	425.932	22.782	348.131	162.064	157.889	96.319	2.181.782	8,28%	
Outubro	449.938	96.453	420.178	503.329	23.608	385.515	161.274	203.913	73.162	2.317.370	8,79%	
Novembro	414.351	81.425	337.153	494.447	25.367	350.830	156.139	206.699	40.906	2.107.317	8,00%	
Dezembro	410.800	69.168	410.865	450.578	26.761	315.921	149.117	189.447	72.324	2.094.981	7,95%	
Janeiro	438.917	59.792	365.549	521.423	28.375	315.959	164.647	172.818	49.860	2.117.340	8,03%	
Fevereiro	328.893	57.731	319.737	483.797	23.482	283.740	114.062	145.520	40.761	1.797.723	6,82%	
Março	203.654	70.950	186.546	440.239	21.990	384.459	434.462	268.217	215.192	2.225.709	8,44%	
Abril	192.773	64.310	182.047	519.700	23.774	342.606	468.452	219.523	194.817	2.208.002	8,38%	
Maió	216.482	74.530	175.604	422.017	24.130	378.855	403.504	236.885	155.771	2.087.778	7,92%	
Junho	202.055	71.376	170.109	461.549	21.637	337.182	323.203	214.612	164.216	1.965.939	7,46%	
Julho	167.830	37.785	170.492	483.909	25.726	343.360	201.758	153.266	54.468	1.638.594	6,22%	
Agosto	245.798	96.172	157.484	476.078	24.436	399.934	327.450	224.666	69.208	2.021.224	7,67%	
Total	3.582.762	874.673	3.368.177	5.682.998	292.068	4.186.492	3.055.132	2.393.455	1.227.002	24.763.769	100,00%	
%	14,87%	3,53%	13,60%	22,95%	1,18%	16,91%	12,34%	9,67%	4,95%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Ago de 2006 - Jul 2007

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Repressado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Agosto	465.800	116.867	450.807	440.918	23.451	427.055	180.606	179.402	94.358	2.379.264	9,03%	
Setembro	411.271	94.981	472.413	425.932	22.782	348.131	152.064	157.889	96.319	2.181.782	8,28%	
Outubro	449.938	96.453	420.178	503.329	23.608	385.515	161.274	203.913	73.162	2.317.370	8,79%	
Novembro	414.351	81.425	337.153	494.447	25.367	350.830	156.139	206.699	40.906	2.107.317	8,00%	
Dezembro	410.800	69.168	410.865	450.578	26.761	315.921	149.117	189.447	72.324	2.094.981	7,95%	
Janeiro	438.917	59.792	365.549	521.423	28.375	315.959	164.647	172.818	49.860	2.117.340	8,03%	
Fevereiro	328.893	57.731	319.737	483.797	23.482	283.740	114.062	145.520	40.761	1.797.723	6,82%	
Março	203.654	70.950	186.546	440.239	21.990	384.459	434.462	268.217	215.192	2.225.709	8,44%	
Abril	192.773	64.310	182.047	519.700	23.774	342.606	468.452	219.523	194.817	2.208.002	8,38%	
Mai	216.482	74.530	175.604	422.017	24.130	378.855	403.504	236.885	155.771	2.087.778	7,92%	
Junho	202.055	71.376	170.109	461.549	21.637	337.182	323.203	214.612	164.216	1.965.939	7,46%	
Julho	167.830	37.785	170.492	483.909	25.726	343.360	201.758	153.266	54.468	1.638.594	6,22%	
Total	3.902.764	895.368	3.661.500	5.647.838	291.083	4.213.613	2.909.288	2.348.191	1.252.154	25.121.799	100,00%	
%	15,54%	3,56%	14,57%	22,48%	1,16%	16,77%	11,58%	9,35%	4,98%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Jul de 2006 - Jun 2007

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Repressado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Julho	172.372	93.635	469.652	435.910	28.038	345.516	432.263	132.318	116.353	2.226.057	8,45%	
Agosto	465.800	116.867	450.807	440.918	23.451	427.055	180.606	179.402	94.358	2.379.264	9,03%	
Setembro	411.271	94.981	472.413	425.932	22.782	348.131	152.064	157.889	96.319	2.181.782	8,28%	
Outubro	449.938	96.453	420.178	503.329	23.608	385.515	161.274	203.913	73.162	2.317.370	8,79%	
Novembro	414.351	81.425	337.153	494.447	25.367	350.830	156.139	206.699	40.906	2.107.317	8,00%	
Dezembro	410.800	69.168	410.865	450.578	26.761	315.921	149.117	189.447	72.324	2.094.981	7,95%	
Janeiro	438.917	59.792	365.549	521.423	28.375	315.959	164.647	172.818	49.860	2.117.340	8,03%	
Fevereiro	328.893	57.731	319.737	483.797	23.482	283.740	114.062	145.520	40.761	1.797.723	6,82%	
Março	203.654	70.950	186.546	440.239	21.990	384.459	434.462	268.217	215.192	2.225.709	8,44%	
Abril	192.773	64.310	182.047	519.700	23.774	342.606	468.452	219.523	194.817	2.208.002	8,38%	
Mai	216.482	74.530	175.604	422.017	24.130	378.855	403.504	236.885	155.771	2.087.778	7,92%	
Junho	202.055	71.376	170.109	461.549	21.637	337.182	323.203	214.612	164.216	1.965.939	7,46%	
Total	3.907.306	951.218	3.960.660	5.599.839	293.396	4.215.769	3.139.793	2.327.243	1.314.039	25.709.262	100,00%	
%	15,20%	3,70%	15,41%	21,78%	1,14%	16,40%	12,21%	9,05%	5,11%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Jun de 2006 - Mai 2007

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Repressado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Junho	348.765	91.666	464.472	436.156	16.788	351.046	230.165	125.777	199.853	2.264.688	8,59%	
Julho	172.372	93.635	469.652	435.910	28.038	345.516	432.263	132.318	116.353	2.226.057	8,45%	
Agosto	465.800	116.867	450.807	440.918	23.451	427.055	180.606	179.402	94.358	2.379.264	9,03%	
Setembro	411.271	94.981	472.413	425.932	22.782	348.131	152.064	157.889	96.319	2.181.782	8,28%	
Outubro	449.938	96.453	420.178	503.329	23.608	385.515	161.274	203.913	73.162	2.317.370	8,79%	
Novembro	414.351	81.425	337.153	494.447	25.367	350.830	156.139	206.699	40.906	2.107.317	8,00%	
Dezembro	410.800	69.168	410.865	450.578	26.761	315.921	149.117	189.447	72.324	2.094.981	7,95%	
Janeiro	438.917	59.792	365.549	521.423	28.375	315.959	164.647	172.818	49.860	2.117.340	8,03%	
Fevereiro	328.893	57.731	319.737	483.797	23.482	283.740	114.062	145.520	40.761	1.797.723	6,82%	
Março	203.654	70.950	186.546	440.239	21.990	384.459	434.462	268.217	215.192	2.225.709	8,44%	
Abril	192.773	64.310	182.047	519.700	23.774	342.606	468.452	219.523	194.817	2.208.002	8,38%	
Mai	216.482	74.530	175.604	422.017	24.130	378.855	403.504	236.885	155.771	2.087.778	7,92%	
Total	4.054.016	971.508	4.255.023	5.574.446	289.546	4.229.033	3.046.755	2.238.408	1.349.676	26.008.011	100,00%	
%	15,59%	3,74%	16,36%	21,43%	1,11%	16,28%	11,71%	8,61%	5,19%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Mai 2006 - Abr 2007

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Repressado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Mai	402.496	103.319	372.663	521.160	50.746	395.118	388.789	124.632	119.797	2.478.720	9,39%	
Junho	348.765	91.666	464.472	436.156	16.788	351.046	230.165	125.777	199.853	2.264.688	8,59%	
Julho	172.372	93.635	469.652	435.910	28.038	345.516	432.263	132.318	116.353	2.226.057	8,45%	
Agosto	465.800	116.867	450.807	440.918	23.451	427.055	180.606	179.402	94.358	2.379.264	9,03%	
Setembro	411.271	94.981	472.413	425.932	22.782	348.131	152.064	157.889	96.319	2.181.782	8,28%	
Outubro	449.938	96.453	420.178	503.329	23.608	385.515	161.274	203.913	73.162	2.317.370	8,79%	
Novembro	414.351	81.425	337.153	494.447	25.367	350.830	156.139	206.699	40.906	2.107.317	8,00%	
Dezembro	410.800	69.168	410.865	450.578	26.761	315.921	149.117	189.447	72.324	2.094.981	7,95%	
Janeiro	438.917	59.792	365.549	521.423	28.375	315.959	164.647	172.818	49.860	2.117.340	8,03%	
Fevereiro	328.893	57.731	319.737	483.797	23.482	283.740	114.062	145.520	40.761	1.797.723	6,82%	
Março	203.654	70.950	186.546	440.239	21.990	384.459	434.462	268.217	215.192	2.225.709	8,44%	
Abril	192.773	64.310	182.047	519.700	23.774	342.606	468.452	219.523	194.817	2.208.002	8,38%	
Total	4.240.030	1.000.297	4.452.082	5.673.589	315.162	4.245.896	3.032.040	2.126.156	1.313.702	26.398.953	100,00%	
%	16,06%	3,79%	16,86%	21,49%	1,19%	16,08%	11,49%	8,05%	4,98%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Abr 2006 - Mar 2007

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Abri	315.291	79.912	329.661	517.218	22.338	319.769	234.808	97.877	248.696	2.165.570	8,22%	
Mai	402.496	103.319	372.663	521.160	50.746	395.118	388.789	124.632	119.797	2.478.720	9,40%	
Junho	348.765	91.666	464.472	436.156	16.788	351.046	230.165	125.777	199.853	2.264.688	8,59%	
Julho	172.372	93.635	469.652	435.910	28.038	345.516	432.263	132.318	116.353	2.226.057	8,44%	
Agosto	465.900	116.867	450.807	440.918	23.451	427.055	180.606	179.402	94.358	2.379.264	9,03%	
Setembro	411.271	94.981	472.413	425.932	22.782	348.131	152.064	157.889	96.319	2.181.782	8,28%	
Outubro	449.938	96.453	420.178	503.329	23.608	385.515	161.274	203.913	73.162	2.317.370	8,79%	
Novembro	414.351	81.425	337.153	494.447	25.367	350.830	156.139	206.699	40.906	2.107.317	7,99%	
Dezembro	410.800	69.168	410.865	450.578	26.761	315.921	149.117	189.447	72.324	2.094.981	7,95%	
Janeiro	438.917	59.792	365.549	521.423	28.375	315.959	164.647	172.818	49.860	2.117.340	8,03%	
Fevereiro	328.993	57.731	319.737	483.797	23.482	283.740	114.062	145.520	40.761	1.797.723	6,82%	
Março	203.854	70.950	186.546	440.239	21.990	384.459	434.462	268.217	215.192	2.225.709	8,44%	
Total	4.362.548	1.015.899	4.599.696	5.671.107	313.726	4.223.059	2.796.396	2.004.509	1.367.581	26.356.521	100,00%	
%	16,55%	3,85%	17,45%	21,52%	1,19%	16,02%	10,62%	7,61%	5,19%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

(1) Mudança de metodologia da SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Represado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Mar 2006 - Fev 2007

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Março	350.651	98.804	324.501	468.908	21.326	376.058	277.185	105.557	205.936	2.228.726	8,46%	
Abri	315.291	79.912	329.661	517.218	22.338	319.769	234.808	97.877	248.696	2.165.570	8,22%	
Mai	402.496	103.319	372.663	521.160	50.746	395.118	388.789	124.632	119.797	2.478.720	9,40%	
Junho	348.765	91.666	464.472	436.156	16.788	351.046	230.165	125.777	199.853	2.264.688	8,59%	
Julho	172.372	93.635	469.652	435.910	28.038	345.516	432.263	132.318	116.353	2.226.057	8,44%	
Agosto	465.900	116.867	450.807	440.918	23.451	427.055	180.606	179.402	94.358	2.379.264	9,03%	
Setembro	411.271	94.981	472.413	425.932	22.782	348.131	152.064	157.889	96.319	2.181.782	8,28%	
Outubro	449.938	96.453	420.178	503.329	23.608	385.515	161.274	203.913	73.162	2.317.370	8,79%	
Novembro	414.351	81.425	337.153	494.447	25.367	350.830	156.139	206.699	40.906	2.107.317	7,99%	
Dezembro	410.800	69.168	410.865	450.578	26.761	315.921	149.117	189.447	72.324	2.094.981	7,95%	
Janeiro	438.917	59.792	365.549	521.423	28.375	315.959	164.647	172.818	49.860	2.117.340	8,03%	
Fevereiro	328.993	57.731	319.737	483.797	23.482	283.740	114.062	145.520	40.761	1.797.723	6,82%	
Total	4.180.652	985.822	4.417.914	5.215.979	289.580	3.930.918	2.527.057	1.696.329	1.317.564	26.359.538	100,00%	
%	15,86%	3,74%	16,76%	19,79%	1,10%	14,91%	9,59%	6,44%	5,00%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

(1) Mudança de metodologia da SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Represado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Fev-2006 - Jan 2007

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Fevereiro	185.657	76.621	318.750	466.274	18.840	304.392	260.519	86.146	83.786	1.801.185	6,83%	
Março	350.651	98.804	324.501	468.908	21.326	376.058	277.185	105.557	205.936	2.228.726	8,46%	
Abri	315.291	79.912	329.661	517.218	22.338	319.769	234.808	97.877	248.696	2.165.570	8,21%	
Mai	402.496	103.319	372.663	521.160	50.746	395.118	388.789	124.632	119.797	2.478.720	9,40%	
Junho	348.765	91.666	464.472	436.156	16.788	351.046	230.165	125.777	199.853	2.264.688	8,59%	
Julho	172.372	93.635	469.652	435.910	28.038	345.516	432.263	132.318	116.353	2.226.057	8,44%	
Agosto	465.900	116.867	450.807	440.918	23.451	427.055	180.606	179.402	94.358	2.379.264	9,03%	
Setembro	411.271	94.981	472.413	425.932	22.782	348.131	152.064	157.889	96.319	2.181.782	8,28%	
Outubro	449.938	96.453	420.178	503.329	23.608	385.515	161.274	203.913	73.162	2.317.370	8,79%	
Novembro	414.351	81.425	337.153	494.447	25.367	350.830	156.139	206.699	40.906	2.107.317	7,99%	
Dezembro	410.800	69.168	410.865	450.578	26.761	315.921	149.117	189.447	72.324	2.094.981	7,95%	
Janeiro	438.917	59.792	365.549	521.423	28.375	315.959	164.647	172.818	49.860	2.117.340	8,03%	
Total	4.366.509	1.062.443	4.736.664	5.682.253	308.420	4.235.310	2.787.576	1.782.475	1.401.350	26.363.000	100,00%	
%	16,56%	4,03%	17,97%	21,55%	1,17%	16,07%	10,57%	6,76%	5,32%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

(1) Mudança de metodologia da SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Represado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Jan-2006 - Dez 2006

	Previdenciários						Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Represado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)			
Janeiro	307.320	73.758	311.258	512.528	23.125	319.465	214.230	85.062	95.060	1.941.806	7,37%	
Fevereiro	185.657	76.621	318.750	466.274	18.840	304.392	260.519	86.146	83.786	1.801.185	6,83%	
Março	350.651	98.804	324.501	468.908	21.326	376.058	277.185	105.557	205.936	2.228.726	8,46%	
Abri	315.291	79.912	329.661	517.218	22.338	319.769	234.808	97.877	248.696	2.165.570	8,21%	
Mai	402.496	103.319	372.663	521.160	50.746	395.118	388.789	124.632	119.797	2.478.720	9,40%	
Junho	348.765	91.666	464.472	436.156	16.788	351.046	230.165	125.777	199.853	2.264.688	8,59%	
Julho	172.372	93.635	469.652	435.910	28.038	345.516	432.263	132.318	116.353	2.226.057	8,44%	
Agosto	465.900	116.867	450.807	440.918	23.451	427.055	180.606	179.402	94.358	2.379.264	9,03%	
Setembro	411.271	94.981	472.413	425.932	22.782	348.131	152.064	157.889	96.319	2.181.782	8,28%	
Outubro	449.938	96.453	420.178	503.329	23.608	385.515	161.274	203.913	73.162	2.317.370	8,79%	
Novembro	414.351	81.425	337.153	494.447	25.367	350.830	156.139	206.699	40.906	2.107.317	7,99%	
Dezembro	410.800	69.168	410.865	450.578	26.761	315.921	149.117	189.447	72.324	2.094.981	7,95%	
Total	4.234.912	1.076.409	4.682.373	5.673.358	303.170	4.238.816	2.837.159	1.694.719	1.446.550	26.187.466	99,33%	
%	16,17%	4,11%	17,86%	21,66%	1,16%	16,19%	10,83%	6,47%	5,52%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

(1) Mudança de metodologia da SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Represado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Dez-2005 - Nov 2006

	Previdenciários							Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Reprossado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Indeferido	AguardaP(2)				
Dezembro	274.183	87.665	298.275	423.771	23.745	355.043	210.627	81.418	106.357	1.861.084	7,59%		
Janeiro	307.320	73.758	311.258	512.528	23.125	319.465	214.230	85.062	95.060	1.941.806	7,92%		
Fevereiro	185.857	76.621	318.750	466.274	18.840	304.392	260.519	86.146	83.786	1.801.185	7,34%		
Março	350.651	98.604	324.501	468.908	21.326	376.058	277.185	105.557	205.936	2.228.726	9,09%		
Abril	315.291	79.912	329.661	517.218	22.338	319.769	234.808	97.877	248.696	2.165.570	8,83%		
Maió	402.496	103.319	372.663	521.160	50.746	395.118	388.789	124.632	119.797	2.478.720	10,11%		
Junho	348.765	91.666	464.472	436.156	16.788	351.046	230.165	125.777	199.853	2.264.688	9,23%		
Julho	172.372	93.635	469.652	435.910	28.038	345.516	432.263	132.318	116.353	2.228.057	9,08%		
Agosto	465.800	116.867	450.807	440.918	23.451	427.055	180.606	179.402	94.358	2.379.264	7,41%		
Setembro	411.271	94.961	472.413	425.932	22.782	348.131	152.084	157.689	96.319	2.181.782	8,34%		
Outubro	449.938	96.453	420.178	503.329	23.608	385.515	161.274	203.913	73.162	2.317.370	8,93%		
Novembro	414.351	81.425	337.153	494.447	25.367	350.830	158.199	206.699	40.906	2.107.317	8,12%		
Total	4.098.295	1.094.906	4.569.783	5.646.551	300.154	4.277.938	2.898.669	1.586.690	1.480.583	25.953.569	100,00%		
%	16,73%	4,22%	17,61%	21,76%	1,16%	16,48%	11,17%	6,11%	5,70%		100,00%		

Fonte: DaIANASPS

(1) Mudança de metodologia da SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Reprossado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Nov-2005 - Out 2006

	Previdenciários							Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado(1)	Reprossado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido (1)	Indeferido	AguardaP(2)		
Novembro	312.204	97.065		313.979	377.056	21.747	406.408	212.223		88.664	64.436	1.893.781	7,72%
Dezembro	274.183	87.665		298.275	423.771	23.745	355.043	210.627		81.418	106.357	1.861.084	7,59%
Janeiro	307.320	73.758		311.258	512.528	23.125	319.465	214.230		85.062	95.060	1.941.806	7,92%
Fevereiro	185.857	76.621		318.750	466.274	18.840	304.392	260.519		86.146	83.786	1.801.185	7,34%
Março	350.651	98.604		324.501	468.908	21.326	376.058	277.185		105.557	205.936	2.228.726	9,09%
Abril	315.291	79.912		329.661	517.218	22.338	319.769	234.808		97.877	248.696	2.165.570	8,83%
Maió	402.496	103.319		372.663	521.160	50.746	395.118	388.789		124.632	119.797	2.478.720	10,11%
Junho	348.765	91.666		464.472	436.156	16.788	351.046	230.165		125.777	199.853	2.264.688	9,23%
Julho	172.372	93.635		469.652	435.910	28.038	345.516	432.263		132.318	116.353	2.228.057	9,08%
Agosto	465.800	116.867		450.807	440.918	23.451	427.055	180.606		179.402	94.358	2.379.264	7,41%
Setembro	411.271	94.961		472.413	425.932	22.782	348.131	152.084		157.689	96.319	2.181.782	8,34%
Outubro	449.938	96.453		420.178	503.329	23.608	385.515	161.274		203.913	73.162	2.317.370	8,93%
Total	3.996.148	1.110.546	0	4.546.809	5.529.159	296.534	4.343.816	2.954.753		1.468.655	1.504.113	25.740.039	100,00%
%	15,53%	4,31%	0,00%	17,86%	21,48%	1,15%	18,84%	11,48%	0,00%	5,71%	5,84%		100,00%

Fonte: DaIANASPS

(1) Mudança de metodologia da SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Reprossado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários Out-2005 - Set 2006

	Previdenciários							Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado(1)	Reprossado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido (1)	Indeferido	AguardaP(2)		
Outubro	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657		65.188	102.344	1.801.633	7,35%
Novembro	312.204	97.065		313.979	377.056	21.747	406.408	212.223		88.664	64.436	1.893.781	7,72%
Dezembro	274.183	87.665		298.275	423.771	23.745	355.043	210.627		81.418	106.357	1.861.084	7,59%
Janeiro	307.320	73.758		311.258	512.528	23.125	319.465	214.230		85.062	95.060	1.941.806	7,92%
Fevereiro	185.857	76.621		318.750	466.274	18.840	304.392	260.519		86.146	83.786	1.801.185	7,34%
Março	350.651	98.604		324.501	468.908	21.326	376.058	277.185		105.557	205.936	2.228.726	9,09%
Abril	315.291	79.912		329.661	517.218	22.338	319.769	234.808		97.877	248.696	2.165.570	8,83%
Maió	402.496	103.319		372.663	521.160	50.746	395.118	388.789		124.632	119.797	2.478.720	10,11%
Junho	348.765	91.666		464.472	436.156	16.788	351.046	230.165		125.777	199.853	2.264.688	9,23%
Julho	172.372	93.635		469.652	435.910	28.038	345.516	432.263		132.318	116.353	2.228.057	9,08%
Agosto	465.800	116.867		450.807	440.918	23.451	427.055	180.606		179.402	94.358	2.379.264	7,41%
Setembro	411.271	94.961		472.413	425.932	22.782	348.131	152.084		157.689	96.319	2.181.782	8,34%
Total	3.825.505	1.083.056	0	4.448.444	5.371.152	298.768	4.327.010	3.007.136		1.329.930	1.533.295	25.224.296	100,00%
%	15,17%	4,29%	0,00%	17,64%	21,29%	1,18%	17,15%	11,92%	0,00%	5,27%	6,08%		100,00%

Fonte: DaIANASPS

(1) Mudança de metodologia da SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Reprossado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Set 2005 - Ago 2006

	Previdenciários							Acidentários				Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado(1)	Reprossado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido (1)	Indeferido	AguardaP(2)		
Setembro	332.057	181.288		315.906	289.901	25.412	424.688	245.380		80.397	150.281	2.046.270	8,34%
Outubro	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657		65.188	102.344	1.801.633	7,35%
Novembro	312.204	97.065		313.979	377.056	21.747	406.408	212.223		88.664	64.436	1.893.781	7,72%
Dezembro	274.183	87.665		298.275	423.771	23.745	355.043	210.627		81.418	106.357	1.861.084	7,59%
Janeiro	307.320	73.758		311.258	512.528	23.125	319.465	214.230		85.062	95.060	1.941.806	7,92%
Fevereiro	185.857	76.621		318.750	466.274	18.840	304.392	260.519		86.146	83.786	1.801.185	7,34%
Março	350.651	98.604		324.501	468.908	21.326	376.058	277.185		105.557	205.936	2.228.726	9,09%
Abril	315.291	79.912		329.661	517.218	22.338	319.769	234.808		97.877	248.696	2.165.570	8,83%
Maió	402.496	103.319		372.663	521.160	50.746	395.118	388.789		124.632	119.797	2.478.720	10,11%
Junho	348.765	91.666		464.472	436.156	16.788	351.046	230.165		125.777	199.853	2.264.688	9,23%
Julho	172.372	93.635		469.652	435.910	28.038	345.516	432.263		132.318	116.353	2.228.057	9,08%
Agosto	465.800	116.867		450.807	440.918	23.451	427.055	180.606		179.402	94.358	2.379.264	7,41%
Total	3.746.291	1.169.343	0	4.281.837	5.235.121	301.398	4.403.547	3.100.452		1.252.438	1.587.257	25.087.794	100,00%
%	14,93%	4,66%	0,00%	17,11%	20,87%	1,20%	17,55%	12,36%	0,00%	4,93%	6,33%		100,00%

Fonte: DaIANASPS

(1) Mudança de metodologia da SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Reprossado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Ago 2005 - Jul 2006

	Previdenciários						Acidentários						Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado(1)	Reproado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido (1)	Indeferido	AguardaP(2)			
Agosto	299.172	71.640		288.962	252.585	21.982	332.663	349.920		64.309	137.524	1.818.657	7,41%	
Setembro	332.057	181.268		315.906	289.901	25.412	424.668	245.380		80.397	150.281	2.045.270	8,34%	
Outubro	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657		65.188	102.344	1.801.633	7,35%	
Novembro	312.204	97.065		313.979	377.055	21.747	406.408	212.223		88.664	64.436	1.893.781	7,72%	
Dezembro	274.183	87.665		298.275	423.771	23.745	355.043	210.627		81.418	106.357	1.861.084	7,59%	
Janeiro	307.320	73.758		311.258	512.528	23.125	319.465	214.230		85.062	95.060	1.941.806	7,92%	
Fevereiro	185.857	76.621		318.750	466.274	18.840	304.392	260.519		86.146	83.786	1.801.185	7,34%	
Março	350.651	98.604		324.501	468.908	21.326	376.058	277.185		105.557	205.936	2.228.726	9,09%	
Abril	315.291	79.912		329.661	517.218	22.338	319.769	234.808		97.877	248.696	2.165.570	8,83%	
Maió	402.496	103.319		372.663	521.160	50.746	395.118	388.789		124.632	119.797	2.478.720	10,11%	
Junho	348.765	91.666		464.472	436.156	16.788	351.046	230.165		125.777	199.853	2.264.688	9,23%	
Julho	172.372	93.635		469.652	435.910	28.038	345.516	432.263		132.318	116.353	2.228.057	9,08%	
Total	3.579.663	1.124.116	0	4.129.992	5.046.768	299.929	4.309.155	3.269.766	0	1.137.345	1.630.423	24.527.177	100,00%	
%	14,59%	4,58%	0,00%	16,84%	20,58%	1,22%	17,57%	13,33%	0,00%	4,64%	6,65%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

(1) Mudança de metodologia da SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Reproado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Jul 2005 - Jun 2006

	Previdenciários						Acidentários						Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado(1)	Reproado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido (1)	Indeferido	AguardaP(2)			
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	5,07%	
Agosto	299.172	71.640		288.962	252.585	21.982	332.663	349.920		64.309	137.524	1.818.657	7,41%	
Setembro	332.057	181.268		315.906	289.901	25.412	424.668	245.380		80.397	150.281	2.045.270	8,34%	
Outubro	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657		65.188	102.344	1.801.633	7,35%	
Novembro	312.204	97.065		313.979	377.055	21.747	406.408	212.223		88.664	64.436	1.893.781	7,72%	
Dezembro	274.183	87.665		298.275	423.771	23.745	355.043	210.627		81.418	106.357	1.861.084	7,59%	
Janeiro	307.320	73.758		311.258	512.528	23.125	319.465	214.230		85.062	95.060	1.941.806	7,92%	
Fevereiro	185.857	76.621		318.750	466.274	18.840	304.392	260.519		86.146	83.786	1.801.185	7,34%	
Março	350.651	98.604		324.501	468.908	21.326	376.058	277.185		105.557	205.936	2.228.726	9,09%	
Abril	315.291	79.912		329.661	517.218	22.338	319.769	234.808		97.877	248.696	2.165.570	8,83%	
Maió	402.496	103.319		372.663	521.160	50.746	395.118	388.789		124.632	119.797	2.478.720	10,11%	
Junho	348.765	91.666		464.472	436.156	16.788	351.046	230.165		125.777	199.853	2.264.688	9,23%	
Total	3.527.069	1.128.489	258	3.896.328	4.855.462	290.622	4.170.826	3.005.262	76.299	1.040.727	1.553.665	23.544.927	100,00%	
%	14,96%	4,79%	0,00%	16,55%	20,62%	1,23%	17,71%	12,76%	0,32%	4,42%	6,80%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

(1) Mudança de metodologia da SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Reproado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Jun 2005 - Mai 2006 (1) (2)

	Previdenciários						Acidentários						Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado(1)	Reproado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido (1)	Indeferido	AguardaP(2)			
Junho	140.897	130.594	369	259.747	288.473	21.255	284.757	165.865	64.195	29.008	55.151	1.420.301	6,26%	
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	5,48%	
Agosto	299.172	71.640		288.962	252.585	21.982	332.663	349.920		64.309	137.524	1.818.657	8,01%	
Setembro	332.057	181.268		315.906	289.901	25.412	424.668	245.380		80.397	150.281	2.045.270	9,01%	
Outubro	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657		65.188	102.344	1.801.633	7,94%	
Novembro	312.204	97.065		313.979	377.055	21.747	406.408	212.223		88.664	64.436	1.893.781	8,34%	
Dezembro	274.183	87.665		298.275	423.771	23.745	355.043	210.627		81.418	106.357	1.861.084	8,20%	
Janeiro	307.320	73.758		311.258	512.528	23.125	319.465	214.230		85.062	95.060	1.941.806	8,55%	
Fevereiro	185.857	76.621		318.750	466.274	18.840	304.392	260.519		86.146	83.786	1.801.185	7,93%	
Março	350.651	98.604		324.501	468.908	21.326	376.058	277.185		105.557	205.936	2.228.726	9,92%	
Abril	315.291	79.912		329.661	517.218	22.338	319.769	234.808		97.877	248.696	2.165.570	9,64%	
Maió	402.496	103.319		372.663	521.160	50.746	395.118	388.789		124.632	119.797	2.478.720	10,92%	
Total	3.319.221	1.167.417	627	3.691.603	4.707.779	295.089	4.084.537	2.940.952	140.494	943.958	1.408.883	22.700.540	100,00%	
%	14,62%	5,14%	0,00%	16,26%	20,74%	1,90%	17,99%	12,96%	0,62%	4,16%	6,21%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

(1) Mudança de metodologia da SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Reproado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Mai 2005 - Abr 2006 (1) (2)

	Previdenciários						Acidentários						Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado(1)	Reproado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido (1)	Indeferido	AguardaP(2)			
Maió	271.895	170.278	812	311.939	313.034	24.163	377.795	269.463	88.160	43.185	118.119	1.988.644	8,95%	
Junho	140.897	130.594	369	259.747	288.473	21.255	284.757	165.865	64.195	29.008	55.151	1.420.301	6,39%	
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	5,60%	
Agosto	299.172	71.640		288.962	252.585	21.982	332.663	349.920		64.309	137.524	1.818.657	8,19%	
Setembro	332.057	181.268		315.906	289.901	25.412	424.668	245.380		80.397	150.281	2.045.270	9,21%	
Outubro	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657		65.188	102.344	1.801.633	8,11%	
Novembro	312.204	97.065		313.979	377.055	21.747	406.408	212.223		88.664	64.436	1.893.781	8,53%	
Dezembro	274.183	87.665		298.275	423.771	23.745	355.043	210.627		81.418	106.357	1.861.084	8,38%	
Janeiro	307.320	73.758		311.258	512.528	23.125	319.465	214.230		85.062	95.060	1.941.806	8,74%	
Fevereiro	185.857	76.621		318.750	466.274	18.840	304.392	260.519		86.146	83.786	1.801.185	8,11%	
Março	350.651	98.604		324.501	468.908	21.326	376.058	277.185		105.557	205.936	2.228.726	10,03%	
Abril	315.291	79.912		329.661	517.218	22.338	319.769	234.808		97.877	248.696	2.165.570	9,75%	
Total	3.188.620	1.234.376	1439	3.630.679	4.499.853	268.508	4.067.215	2.821.626	228.654	862.911	1.407.185	22.210.684	100,00%	
%	14,36%	5,56%	0,01%	16,35%	20,26%	1,21%	18,31%	12,70%	1,03%	3,86%	6,34%		100,00%	

Fonte: DatANASPS

(1) Mudança de metodologia da SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Reproado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Abr 2005 - Mar 2006 (1) (2)

	Previdenciários							Acidentários					Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado(1)	Repressado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido (1)	Indeferido	AguardaP(2)			
Abril	258.039	149.498	727	347.936	282.717	21.386	305.354	240.140	74.028	34.972	111.129	1.825.926	8,36%	
Maió	271.895	170.278	812	311.939	313.034	24.163	377.796	269.463	88.160	43.185	118.119	1.988.844	9,09%	
Junho	140.887	130.594	369	259.747	288.473	21.255	264.757	165.865	64.195	29.008	55.151	1.420.301	6,49%	
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	5,69%	
Agosto	299.172	71.640		288.862	252.585	21.982	332.663	349.920		64.309	137.524	1.818.657	8,32%	
Setembro	332.057	181.268		315.906	289.901	25.412	424.668	245.380		80.397	150.281	2.045.270	9,35%	
Outubro	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657		65.188	102.344	1.801.633	8,24%	
Novembro	312.204	97.065		313.979	377.055	21.747	406.408	212.223		88.664	64.436	1.893.781	8,66%	
Dezembro	274.183	87.665		298.275	423.771	23.745	355.043	210.627		81.418	106.357	1.861.084	8,51%	
Janeiro	307.320	73.758		311.258	512.528	23.125	319.465	214.230		85.082	95.060	1.941.806	8,86%	
Fevereiro	185.857	76.621		318.750	468.274	18.840	304.392	280.519		86.146	83.786	1.801.185	8,24%	
Março	350.651	96.804		324.501	468.908	21.328	378.058	277.185		105.557	205.936	2.228.728	10,19%	
Total	3.131.368	1.303.962	2166	3.649.154	4.265.152	267.554	4.059.800	2.826.958	302.682	799.606	1.269.618	21.671.020	100,00%	
%	14,32%	5,96%	0,01%	16,68%	19,50%	1,22%	18,53%	12,93%	1,38%	3,66%	5,81%		344889600,00%	

Fonte: DataNASPS

(1) Mudança de metodologia de SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Repressado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Mar 2005 - Fev 2006 (1) (2)

	Previdenciários							Acidentários					Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado(1)	Repressado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido (1)	Indeferido	AguardaP(2)			
Março	212.815	109.367	532	347.420	261.294	20.254	362.045	210.388	60.042	24.095	115.216	1.723.448	8,07%	
Abri	258.039	149.498	727	347.936	282.717	21.386	305.354	240.140	74.028	34.972	111.129	1.825.926	8,55%	
Maió	271.895	170.278	812	311.939	313.034	24.163	377.796	269.463	88.160	43.185	118.119	1.988.844	9,31%	
Junho	140.887	130.594	369	259.747	288.473	21.255	264.757	165.865	64.195	29.008	55.151	1.420.301	6,65%	
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	6,82%	
Agosto	299.172	71.640		288.862	252.585	21.982	332.663	349.920		64.309	137.524	1.818.657	8,51%	
Setembro	332.057	181.268		315.906	289.901	25.412	424.668	245.380		80.397	150.281	2.045.270	9,57%	
Outubro	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657		65.188	102.344	1.801.633	8,43%	
Novembro	312.204	97.065		313.979	377.055	21.747	406.408	212.223		88.664	64.436	1.893.781	8,86%	
Dezembro	274.183	87.665		298.275	423.771	23.745	355.043	210.627		81.418	106.357	1.861.084	8,71%	
Janeiro	307.320	73.758		311.258	512.528	23.125	319.465	214.230		85.082	95.060	1.941.806	9,09%	
Fevereiro	185.857	76.621		318.750	468.274	18.840	304.392	280.519		86.146	83.786	1.801.185	8,43%	
Total	2.993.532	1.314.725	2698	3.672.073	4.057.538	266.482	4.038.787	2.760.141	362.724	716.144	1.178.898	21.365.742	100,00%	
%	14,01%	6,18%	0,01%	17,19%	18,99%	1,25%	18,80%	12,92%	1,70%	3,36%	5,52%		0,00%	

Fonte: DataNASPS

(1) Mudança de metodologia de SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Repressado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Fev 2005 - Jan 2006 (1) (2)

	Previdenciários							Acidentários					Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado(1)	Repressado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido (1)	Indeferido	AguardaP(2)			
Fevereiro	283.046	160.107	637	338.712	263.135	24.329	259.428	269.905	88.351	38.465	124.199	1.850.314	8,64%	
Março	212.815	109.367	532	347.420	261.294	20.254	362.045	210.388	60.042	24.095	115.216	1.723.448	8,05%	
Abri	258.039	149.498	727	347.936	282.717	21.386	305.354	240.140	74.028	34.972	111.129	1.825.926	8,53%	
Maió	271.895	170.278	812	311.939	313.034	24.163	377.796	269.463	88.160	43.185	118.119	1.988.844	9,29%	
Junho	140.887	130.594	369	259.747	288.473	21.255	264.757	165.865	64.195	29.008	55.151	1.420.301	6,53%	
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	5,81%	
Agosto	299.172	71.640		288.862	252.585	21.982	332.663	349.920		64.309	137.524	1.818.657	8,49%	
Setembro	332.057	181.268		315.906	289.901	25.412	424.668	245.380		80.397	150.281	2.045.270	9,55%	
Outubro	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657		65.188	102.344	1.801.633	8,41%	
Novembro	312.204	97.065		313.979	377.055	21.747	406.408	212.223		88.664	64.436	1.893.781	8,84%	
Dezembro	274.183	87.665		298.275	423.771	23.745	355.043	210.627		81.418	106.357	1.861.084	8,69%	
Janeiro	307.320	73.758		311.258	512.528	23.125	319.465	214.230		85.082	95.060	1.941.806	9,07%	
Total	3.090.721	1.398.211	3336	3.692.035	3.854.399	271.971	3.993.823	2.769.527	451.076	670.463	1.219.311	21.414.871	100,00%	
%	14,43%	6,53%	0,02%	17,24%	18,00%	1,27%	18,65%	12,93%	2,11%	3,13%	5,69%			

Fonte: DataNASPS

(1) Mudança de metodologia de SPS, do MPS; (2) Aguardando Perícia Médica (Repressado)

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários em 2005 (1) (2) (3)

	Previdenciários							Acidentários					Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado	Repressado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido	Indeferido	AguardaP(2)			
Janeiro	221.184	117.741	507	338.280	311.552	25.561	281.365	214.455	70.621	32.294	94.623	1.708.193	8,06%	
Fevereiro	283.046	160.107	637	338.712	263.135	24.329	259.428	269.905	88.351	38.465	124.199	1.850.314	8,74%	
Março	212.815	109.367	532	347.420	261.294	20.254	362.045	210.388	60.042	24.095	115.216	1.723.448	8,14%	
Abri	258.039	149.498	727	347.936	282.717	21.386	305.354	240.140	74.028	34.972	111.129	1.825.926	8,62%	
Maió	271.895	170.278	812	311.939	313.034	24.163	377.796	269.463	88.160	43.185	118.119	1.988.844	9,39%	
Junho	140.887	130.594	369	259.747	288.473	21.255	264.757	165.865	64.195	29.008	55.151	1.420.301	6,71%	
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	5,87%	
Agosto (3)	299.172	71.640		288.862	252.585	21.982	332.663	349.920		64.309	137.524	1.818.657	8,59%	
Setembro (3)	332.057	181.268		315.906	289.901	25.412	424.668	245.380		80.397	150.281	2.045.270	9,66%	
Outubro	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657		65.188	102.344	1.801.633	8,51%	
Novembro	312.204	97.065		313.979	377.055	21.747	406.408	212.223		88.664	64.436	1.893.781	8,94%	
Dezembro	274.183	87.665		298.275	423.771	23.745	355.043	210.627		81.418	106.357	1.861.084	8,79%	
Total	3.004.595	1.442.194	3842	3.719.057	3.653.423	274.407	3.955.723	2.768.752	521.686	617.695	1.218.874	21.181.288	100,00%	
%	14,19%	6,81%	0,02%	17,56%	17,25%	1,30%	18,68%	13,08%	2,46%	2,92%	5,75%			

Fonte: DataNASPS

(1) jan-dez de 2005 (2) Aguardando Perícia Médica (3) Mudança de metodologia pela SPS, do MPS

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Jan-Nov de 2005 (1) (2) (3)

	Previdenciários							Acidentários					Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado	Represado	Cassado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido	Indeferido	AguardaP(2)			
Janeiro	221.194	117.741	507	338.280	311.552	25.561	281.365	214.455	70.621	32.294	94.623	1.708.193	8,84%	
Fevereiro	283.046	160.107	637	338.712	263.135	24.329	259.428	269.905	88.351	38.465	124.199	1.850.314	9,58%	
Março	212.815	109.367	532	347.420	261.294	20.254	362.045	210.368	60.042	24.095	115.216	1.723.448	8,92%	
Abril	259.039	149.498	727	347.936	282.717	21.386	305.354	240.140	74.028	34.972	111.129	1.825.926	9,45%	
Mai	271.895	170.278	812	311.939	313.034	24.163	377.796	269.463	88.160	43.185	118.119	1.988.844	10,29%	
Junho	140.887	130.594	369	259.747	288.473	21.255	264.757	165.865	64.195	29.008	55.151	1.420.301	7,35%	
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	6,44%	
Agosto (3)	299.172	71.640		288.862	252.585	21.982	332.663	349.920	64.309	137.524	1.818.657	9,41%		
Setembro (3)	332.057	181.288		315.906	289.901	25.412	424.668	245.380	80.397	150.281	2.045.270	10,59%		
Outubro	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657	65.188	102.344	1.801.633	9,33%		
Novembro	312.204	97.065		313.979	377.055	21.747	406.408	212.223	88.564	64.436	1.893.781	9,80%		
Total	2.418.208	1.257.464	3842	3.105.803	2.852.597	228.915	3.194.272	2.346.902	521.696	447.613	1.048.081	19.320.174	100,00%	
%	12,52%	6,51%	0,02%	16,08%	14,76%	1,18%	16,53%	12,19%	2,70%	2,32%	5,42%			

Fonte: DatANASPS

(1) jan-ago de 2005; (2) aguardando pericia (3) mudança da metodologia pela SPS

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos mês, por servidor - Fev 2005 - Fev 2006

Fevereiro	61,67
Março	57,44
Abril	60,86
Mai	66,29
Junho	47,34
Julho	41,66
Agosto	60,62
Setembro	68,18
Outubro	60,05
Novembro	63,12
Dezembro	62,04
Janeiro	64,74
Fevereiro	60,00

Fonte: DatANASPS

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Ago 2004 - Jul 2005 (1) (2)

	Previdenciários							Acidentários					Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado	Represado	Cassado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido	Indeferido	AguardaP(2)			
Agosto	334.263	184.708	862	390.524	274.805	26.473	395.445	239.659	87.331	32.581	101.350	2.057.901	9,12%	
Setembro	390.704	172.094	908	363.327	264.148	25.195	378.748	225.561	73.745	28.949	90.886	1.924.365	9,12%	
Outubro	249.253	149.487	714	351.084	289.813	26.246	343.153	217.389	80.254	30.345	72.661	1.810.399	8,58%	
Novembro	245.095	143.687	593	347.168	308.962	27.216	330.023	214.383	74.124	27.057	68.199	1.786.497	8,47%	
Dezembro	247.438	135.644	569	335.302	276.952	24.355	321.166	220.764	77.042	31.200	84.451	1.754.682	8,32%	
Janeiro	221.194	117.741	507	338.280	311.552	25.561	281.365	214.455	70.621	32.294	94.623	1.708.193	8,19%	
Fevereiro	283.046	160.107	637	338.712	263.135	24.329	259.428	269.905	88.351	38.465	124.199	1.850.314	8,77%	
Março	212.815	109.367	532	347.420	261.294	20.254	362.045	210.368	60.042	24.095	115.216	1.723.448	8,17%	
Abril	259.039	149.498	727	347.936	282.717	21.386	305.354	240.140	74.028	34.972	111.129	1.825.926	8,66%	
Mai	271.895	170.278	812	311.939	313.034	24.163	377.796	269.463	88.160	43.185	118.119	1.988.844	9,43%	
Junho	140.887	130.594	369	259.747	288.473	21.255	264.757	165.865	64.195	29.008	55.151	1.420.301	6,73%	
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	5,90%	
Total	2.884.427	1.721.213	7487	3.957.427	3.379.469	285.164	3.826.467	2.658.601	914.192	387.861	1.075.579	21.094.877	100	
%	13,67%	8,16%	0,04%	16,76%	16,02%	1,35%	18,14%	12,59%	4,33%	1,84%	5,10%			

Fonte: DatANASPS

(1) Ago de 2004 e Jul de 2005; (2) Aguardando pericia

Produtividade dos Servidores do INSS
Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Set 2004 - Ago 2005 (1) (2) (3)

	Previdenciários							Acidentários					Total	%
	Entrada	Indeferido	Encerrado	Represado	Cassado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido	Indeferido	AguardaP(2)			
Setembro	300.704	184.708	908	363.327	264.148	25.195	378.748	225.561	73.745	28.949	90.886	1.936.979		
Outubro	249.253	149.487	714	351.084	289.813	26.246	343.153	217.389	80.254	30.345	72.661	1.810.399	8,68%	
Novembro	245.095	143.687	593	347.168	308.962	27.216	330.023	214.383	74.124	27.057	68.199	1.786.497	8,56%	
Dezembro	247.438	135.644	569	335.302	276.952	24.355	321.166	220.764	77.042	31.200	84.451	1.754.882	8,41%	
Janeiro	221.194	117.741	507	338.280	311.552	25.561	281.365	214.455	70.621	32.294	94.623	1.708.193	8,19%	
Fevereiro	283.046	160.107	637	338.712	263.135	24.329	259.428	269.905	88.351	38.465	124.199	1.850.314	8,87%	
Março	212.815	109.367	532	347.420	261.294	20.254	362.045	210.368	60.042	24.095	115.216	1.723.448	8,26%	
Abril	259.039	149.498	727	347.936	282.717	21.386	305.354	240.140	74.028	34.972	111.129	1.825.926	8,75%	
Mai	271.895	170.278	812	311.939	313.034	24.163	377.796	269.463	88.160	43.185	118.119	1.988.844	9,53%	
Junho	140.887	130.594	369	259.747	288.473	21.255	264.757	165.865	64.195	29.008	55.151	1.420.301	6,81%	
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	5,96%	
Agosto (3)	299.172	71.640		288.862	252.585	21.982	332.663	349.920	64.309	137.524	1.818.657	8,71%		
Total	2.548.632	1.436.061	5717	3.502.438	3.093.101	255.478	3.384.937	2.540.401	753.116	390.630	1.020.767	20.868.247	100,00%	
%	12,21%	6,88%	0,03%	16,78%	14,82%	1,22%	16,22%	12,17%	3,61%	1,87%	4,89%			

Fonte: DatANASPS

(1) Set 2004 a Ago de 2005; (2) Aguardando Pericia (3) Mudança de metodologia de SPS do MPS

Produtividade dos Servidores do INSS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Out de 2004 - Set 2005 (1) (2) (3)

	Previdenciários							Acidentários					
	Entrada	Indeferido	Encerrado	Repassado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido	Indeferido	Aguarda(F)2	Total	%
Outubro	249.263	149.467	714	351.084	269.813	26.246	378.748	217.389	80.254	30.345	72.661	1.810.399	
Novembro	245.065	143.687	590	347.168	306.962	27.216	330.023	214.383	74.124	27.057	68.199	1.786.497	8,52%
Dezembro	247.438	135.644	568	335.302	276.952	24.355	321.166	220.764	77.042	31.200	84.451	1.754.882	8,37%
Janeiro	221.194	117.741	507	338.280	311.552	25.581	281.365	214.455	70.621	32.294	94.623	1.708.193	8,14%
Fevereiro	283.046	160.107	637	338.712	263.135	24.329	259.428	269.905	88.351	38.465	124.199	1.850.314	8,82%
Março	212.815	109.367	532	347.420	261.294	20.254	362.045	210.389	60.042	24.095	115.216	1.723.448	8,22%
Abril	258.039	149.498	727	347.936	282.717	21.386	305.354	240.140	74.028	34.972	111.129	1.825.926	8,70%
Maió	271.895	170.278	812	311.939	313.034	24.163	377.796	269.463	88.160	43.185	118.119	1.988.844	9,49%
Junho	140.887	130.594	369	259.747	288.473	21.255	264.757	165.865	64.195	29.008	55.151	1.420.301	6,77%
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	5,93%
Agosto (3)	299.172	71.640		288.862	252.585	21.982	332.663	349.920		64.309	137.524	1.818.657	8,67%
Setembro (3)	332.057	181.268		315.906	289.901	25.412	424.688	245.380		80.397	150.281	2.045.270	9,75%
Total	2.880.689	1.817.319	5.717	3.818.344	3.383.002	280.890	3.845.200	2.785.781	672.862	471.027	1.171.048	20.978.538	100,00%
%	13,73%	7,71%	0,03%	18,20%	16,13%	1,34%	18,33%	13,28%	3,21%	2,25%	5,58%		

Fonte: DatANASPS

(1) Out de 2004 a Set de 2005; (2) Aguardando Perícia; (3) Mudança de metodologia da SPS do MPS

Produtividade dos Servidores do INSS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Nov de 2004 - Out 2005 (1) (2) (3)

	Previdenciários							Acidentários					
	Entrada	Indeferido	Encerrado	Repassado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido	Indeferido	Aguarda(F)2	Total	%
Novembro	245.065	143.687	593	347.168	306.962	27.216	330.023	214.383	74.124	27.057	68.199	1.786.497	8,52%
Dezembro	247.438	135.644	568	335.302	276.952	24.355	321.166	220.764	77.042	31.200	84.451	1.754.882	8,37%
Janeiro	221.194	117.741	507	338.280	311.552	25.581	281.365	214.455	70.621	32.294	94.623	1.708.193	8,15%
Fevereiro	283.046	160.107	637	338.712	263.135	24.329	259.428	269.905	88.351	38.465	124.199	1.850.314	8,82%
Março	212.815	109.367	532	347.420	261.294	20.254	362.045	210.389	60.042	24.095	115.216	1.723.448	8,22%
Abril	258.039	149.498	727	347.936	282.717	21.386	305.354	240.140	74.028	34.972	111.129	1.825.926	8,71%
Maió	271.895	170.278	812	311.939	313.034	24.163	377.796	269.463	88.160	43.185	118.119	1.988.844	9,49%
Junho	140.887	130.594	369	259.747	288.473	21.255	264.757	165.865	64.195	29.008	55.151	1.420.301	6,77%
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	5,93%
Agosto (3)	299.172	71.640		288.862	252.585	21.982	332.663	349.920		64.309	137.524	1.818.657	8,67%
Setembro (3)	332.057	181.268		315.906	289.901	25.412	424.688	245.380		80.397	150.281	2.045.270	9,75%
Outubro (3)	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657		65.188	102.344	1.801.633	8,59%
Total	2.810.731	1.536.795	5.003	3.789.273	3.438.511	280.486	3.845.461	2.782.049	672.862	505.870	1.200.731	20.967.772	100,00%
%	13,88%	7,33%	0,02%	18,07%	16,40%	1,34%	18,34%	13,27%	3,21%	2,41%	5,73%		

Fonte: DatANASPS

(1) Nov de 2004 a Out de 2005; (2) Aguardando Perícia; (3) Mudança de metodologia da SPS do MPS

Produtividade dos Servidores do INSS

Movimentação de processos de benefícios previdenciários e acidentários - Dez 2004 - Nov 2005 (1) (2) (3)

	Previdenciários							Acidentários					
	Entrada	Indeferido	Encerrado	Repassado	Cessado	Suspensão	Concedido	Entrada	Deferido	Indeferido	Aguarda(F)2	Total	%
Dezembro	247.438	135.644	568	335.302	276.952	24.355	321.166	220.764	77.042	31.200	84.451	1.754.882	8,33%
Janeiro	221.194	117.741	507	338.280	311.552	25.581	281.365	214.455	70.621	32.294	94.623	1.708.193	8,11%
Fevereiro	283.046	160.107	637	338.712	263.135	24.329	259.428	269.905	88.351	38.465	124.199	1.850.314	8,78%
Abril	258.039	149.498	727	347.936	282.717	21.386	305.354	240.140	74.028	34.972	111.129	1.825.926	8,66%
Maió	271.895	170.278	812	311.939	313.034	24.163	377.796	269.463	88.160	43.185	118.119	1.988.844	9,44%
Junho	140.887	130.594	369	259.747	288.473	21.255	264.757	165.865	64.195	29.008	55.151	1.420.301	6,74%
Julho	119.808	98.008	258	235.988	244.584	18.731	207.187	167.749	76.299	35.700	39.495	1.243.807	5,90%
Agosto (3)	299.172	71.640		288.862	252.585	21.982	332.663	349.920		64.309	137.524	1.818.657	8,63%
Setembro (3)	332.057	181.268		315.906	289.901	25.412	424.688	245.380		80.397	150.281	2.045.270	9,70%
Outubro (3)	279.295	68.963		322.013	345.322	25.842	379.009	213.657		65.188	102.344	1.801.633	8,56%
Novembro (3)	312.204	97.065		313.979	377.065	21.747	406.408	212.223		88.664	64.436	1.893.781	8,99%
Total	2.865.646	1.393.108	4.410	3.442.105	3.129.549	253.270	3.515.438	2.567.686	598.738	478.813	1.132.532	21.075.056	100,00%
%	12,85%	6,61%	0,02%	16,33%	14,85%	1,20%	16,68%	12,18%	2,84%	2,27%	5,37%		

Fonte: DatANASPS

(1) Nov de 2004 a Out de 2005; (2) Aguardando Perícia; (3) Mudança de metodologia da SPS do MPS

Produtividade dos Servidores do INSS II

Elaborado pelo Prof. JB Serra e Gurgel para o DatANASPS Mar /09

Produtividade dos Servidores do INSS Benefícios Cessados, Suspensos e Concedidos 2004/2005/2006/2007/2008/2009

2004

Mês	Cessados	Valor em R\$ (mil)	Suspensos	Concedidos	Valor em R\$ (mil)
Janeiro	167.216	74.244	30.590	248.030	104.883
Fevereiro	201.815	92.208	27.969	233.876	101.873
Março	227.172	103.986	32.254	424.702	193.191
Abril	239.806	109.516	33.787	345.092	158.496
Mai	238.676	113.299	26.674	280.930	140.058
Junho	272.499	132.926	25.706	344.186	167.093
Julho	274.805	128.188	26.473	348.177	165.018
Agosto	264.148	124.722	25.195	395.445	190.492
Setembro	289.813	141.785	26.246	378.749	181.619
Outubro	308.962	153.351	27.216	343.153	166.891
Novembro	276.952	134.206	24.355	330.023	158.989
Dezembro	311.552	153.755	25.561	321.166	154.936
	3.073.416	1.462.186	332.026	3.993.529	1.883.543
Fonte: DatANASPS					

2005

Mês	Cessados	Valor em R\$ (mil)	Suspensos	Concedidos	Valor em R\$ (mil)
Janeiro	261.294	133.352	20.254	281.365	140.526
Fevereiro	263.135	131.613	24.329	259.428	131.020
Março	282.717	144.437	21.386	362.045	182.039
Abril	313.034	155.951	24.163	305.354	149.009
Mai	288.473	152.744	21.225	377.796	199.150
Junho	244.584	127.584	18.731	264.757	143.145
Julho	252.585	130.396	21.982	207.187	112.412
Agosto	289.901	149.515	25.412	332.663	182.261
Setembro	345.322	179.718	25.842	424.668	225.958
Outubro	377.055	205.211	21.747	379.009	203.157
Novembro	423.771	236.470	23.745	406.408	216.841
Dezembro	512.528	289.830	23.125	355.043	190.034
	3.854.399	2.036.821	271.941	3.955.723	2.075.559
Fonte: DatANASPS					

2006

Mês	Cessados	Valor em R\$ (mil)	Suspensos	Concedidos	Valor em R\$ (mil)
Janeiro	466.205	274.192	18.840	319.465	175.590
Fevereiro	468.908	275.757	21.326	304.392	166.963
Março	517.218	308.100	22.338	376.058	201.286
Abril	521.160	317.847	50.746	329.769	195.496
Mai	436.156	264.851	16.788	395.118	234.025
Junho	435.345	255.345	28.038	351.046	208.318
Julho	440.918	263.323	23.451	345.516	202.237
Agosto	425.932	256.623	22.782	427.055	251.032
Setembro	503.329	304.483	22.608	348.131	202.276
Outubro	494.447	304.408	25.367	385.515	226.057
Novembro	450.578	276.125	26.761	350.830	205.232
Dezembro	521.423	342.922	28.375	315.921	187.201
Subtotal	5.681.619	3.443.976	307.420	4.248.816	2.455.713
Fonte: DatANASPS					

Produtividade dos Servidores do INSS
Benefícios Cessados, Suspensos e Concedidos 2004/2005/2006/2007/2008/2009

2007

Mês	Cessados	Valor em R\$ mil	Suspensos	Concedidos	Valor em R\$ mil
Janeiro	483.797	307.377	23.882	315.959	189.621
Fevereiro	440.239	278.721	21.900	283.740	170.384
Março	519.700	324.899	23.774	384.459	230.425
Abril	422.017	269.908	24.130	342.606	216.427
Maiο	461.549	296.625	21.637	378.855	236.844
Junho	483.909	310.315	25.726	337.182	209.492
Julho	476.078	307.543	24.436	343.360	211.291
Agosto	446.208	285.369	23.397	399.934	245.784
Setembro	485.409	314.570	23.360	336.280	205.946
Outubro	474.088	310.694	23.119	400.804	245.316
Novembro	473.047	312.980	22.747	343.196	211.538
Dezembro	496.169	326.887	19.927	306.975	192.541
	5.662.210	3.645.888	278.035	4.173.350	2.565.609
Fonte: DatANASPS					

2008

Mês	Cessados	Valor em R\$ mil	Suspensos	Concedido	Valor em R\$ mil
Janeiro	496.169	326.887	19.927	326.902	207.637
Fevereiro	424.127	280.849	24.839	320.337	204.693
Março	439.232	300.372	21.357	362.232	248.737
Abril	460.600	292.149	18.813	398.559	264.596
Maiο	520.363	348.015	21.043	373.243	246.232
Junho	480.748	327.715	15.733	384.678	254.114
Julho	492.053	334.457	16.202	384.130	251.723
Agosto	467.587	318.867	17.579	369.419	247.457
Setembro	513.723	345.941	19.249	417.260	274.231
Outubro	482.290	328.275	18.383	410.310	269.709
Novembro	460.825	317.043	15.345	371.017	243.487
Dezembro	528.442	359.156	21.636	343.762	226.987
	5.766.159	3.879.726	230.106	4.461.849	2.939.603
Fonte: DatANASPS					

2009

Mês	Cessados	Valor em R\$ mil	Suspensο	Concedido	Valor em R\$ mil
Janeiro'	445.953	314.517	13.311	324.225	218.031
Fevereiro	382.658	282.858	15.222	320.393	236.016
Março				429.444	307.222
	828.611	597.375		1.074.062	761.269
Fonte: DatANASPS					

Arrecadação e Benefícios da Previdência Social

Elaborado pelo Prof. JB Serra e Gurgel para o DatANASPS Mar /09

Arrecadação Líquida, % PIB, Benefícios Previdenciários, % PIB, deficit, benefícios concedidos, mantidos, contribuintes 1999/2008

ano	arrecadação	% PIB	benefícios	% PIB	deficit	benefícios	benefícios	segurados
	liquida		previdenciários			concedidos	mantidos	contribuintes
1999	49.129	4,86	58.540	5,8	9.411	2.250.730	18.834.584	26.720.890
2000	55.715	5,11	65.787	6,04	7.967	2.949.149	19.572.748	
2001	62.491	5,27	75.328	6,36	12.863	2.856.334	20.032.858	29.883.440
2002	71.027	5,37	88.026	6,66	16.998	3.867.564	21.125.512	28.851.106
	238.362		287.681		37.828	11.923.777		
2003	80.730	5,19	107.134	6,88	26.404	3.345.374	21.851.685	30.219.463
2004	93.765	5,31	125.750	7,12	31.985	3.993.529	23.146.971	30.875.570
2005	108.434	5,58	146.010	7,54	37.576	3.955.723	23.951.338	31.241.490
2006	123.520	5,32	165.585	7,13	42.065	4.238.816	24.593.390	33.604.137
2007	140.411	5,41	185.293	7,13	44.881	4.173.350	25.170.283	36.421.009
2008	163.355		199.562		36.206	4.461.842	26.095.625	36.421.009
Total	710.215		929.334		219.117	24.168.634		

Fonte: Boletim Estatístico, MPS, elaboração DatANASPS, preços correntes

Total clientela e despesa urbana e rural 1999-2008

ano	clientela	clientela	clientela	despesa	despesa	despesa
	total	urbana	rural	total	urbana	rural
1999	18.834.587	15.556.235	6.278.352	58.540		
2000	19.572.748	13.078.876	6.493.872	65.787		
2001	20.032.858	13.411.599	6.621.259	75.328		
2002	21.125.512	14.255.920	6.869.592	88.845	71.614	17.231
2003	21.851.685	14.822.661	7.029.024	108.764	87.852	20.911
2004	23.146.969	15.956.087	7.190.882	126.741	103.236	23.505
2005	23.951.338	16.599.421	7.351.917	142.439	115.724	26.714
2006	24.593.390	17.088.587	7.504.900	165.585	133.216	32.369
2007	25.170.283	17.493.668	7.676.615	185.293	148.611	36.683
2008	26.095.625	18.193.777	7.901.848	199.562	159.565	39.997

Fonte: Boletim Estatístico MPS, elaboração DatANASPS, preços correntes

Renúncias contributivas da Previdência Social

ano	previsão	%Arrecadação	%PIB
1999			
2000	4.501		
2001	6.074		
2002	8.101		
	18.676		
2003	9.575		
2004	11.083		
2005	12.789		
2006	14.043	11,82	0,66
2007	12.663	9,64	0,55
2008	14.767	9,55	0,6
2009	17.132	9,45	0,55
Total	92.052		

Fonte: SPS/MPS, SQF/MP, elaboração DatANASPS

Previdência Rural: Arrecadação x Despesa 2006/2008

ano	arrecadação	despesa	déficit
2004	3.159	23.321	20.163
2005	3.685	30.126	26.441
2006	3.805	32.369	28.564
2007	4.245	36.683	32.438
2008	4.972	39.997	35.025
Total	16.710	162.496	142.631

Fonte: Boletim Estatístico do MPS, elaboração DatANASPS, preços correntes

Transferências Fiscais para a Previdência Social 2003/2008

ano	Cofins e PSSS	CofinsLoas	CSLL	CofinsEPU	CPMF	RecOrd.Cofins/TRF	Transferencias
2001	11.132.576	2.712.248	264.865	713.848	3.550.000		20.541.869
2002	13.035.393	3.438.782	1.426.947	622.154	2.303.928		25.653.199
2003	19.752.315	4.450.752	3.758.235	615.043	4.999.596		38.275.673
2004	30.791.398	6.190.399	1.540.087	782.982	5.946.054	3.017.156	49.379.674
2005	25.193.727	9.361.487	130.293	798.695	5.821.610	4.088.101	45.193.727
2006	42.801.423	12.067.954	619.541	627.500	6.572.516	3.986.554	67.730.476
2007	31.802.898	12.925.967	3.174.508	1.385.905	7.572.119	4.718.049	61.758.389
2008	28.686.035	15.464.638	10.212.144	1.025.300		4.979.103	62.369.442
	179.027.796	60.461.197	19.434.808	5.235.425		20.788.963	324.707.381

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS, elaboração DatANASPS, preços correntes

Grandes Números da Previdência Social

Elaborado pelo Prof. JB Serra e Gurgel para o DatANASPS, Mar/09

População (2007)	189,8 milhões
Urbana	158,4 milhões
Rural	31,3 milhões
Expectativa de vida ao nascer , ambos os sexos (em anos) 1991	67,0 anos
Expectativa de vida ao nascer , homem (em anos)	63,2 anos
Expectativa de vida ao nascer, mulher (em anos)	70,9 anos
Expectativa de vida ao nascer , ambos os sexos (em anos) 2007	72,5 anos
Expectativa de vida ao nascer , homem (em anos)	66,8 anos
Expectativa de vida ao nascer, mulher (em anos)	76,4 anos
Produto Interno Bruto (2009) (1)	R\$ 3.113 trilhões
Produto Interno Bruto (2008) (2)	R\$ 2.889 trilhões
Crescimento	5,1%
Produto Interno Bruto (2007)(2)	R\$ 2.597 trilhões
Produto Interno Bruto (2006) (2)	R\$ 2.322 trilhões
Em US\$	US\$ 944 bilhões
Variação em relação a 2005	2,9%
Produto Interno Bruto (2005)	
Em US\$	US\$ 795,6 bilhões
Variação em relação a 2004	2,3%
Produto Interno Bruto (2004)	
Em US\$	603,0 bilhões
Variação em relação a 2003	5,2%
Arrecadação Federal (2009) (13)	R\$ 808,9 bilhões
% PIB	25,38
Arrecadação Federal (2008) (1)	R\$ 701,4 bilhões
Arrecadação Federal (2007) (1)	R\$ 651,3 bilhões
Arrecadação Federal (2006)	R\$ 397,611 bilhões
Arrecadação Federal (2005)	R\$ 364,1 bilhões
Arrecadação Federal (2004)	R\$ 322,5 bilhões
Arrecadação Federal (2003)	R\$ 328,940 bilhões
Arrecadação Federal (2002) (3)	R\$ 334,916 bilhões
Variação 1995/1998 (4)	44,30%
Variação 1999/2002	34,19%
Variação 2003/2006	20,95%
Carga Tributária/PIB (2008)	35,15%
Carga Tributária/PIB (2007)	34,79%
Carga Tributária/PIB (2006)	36,84%
Carga tributária /PIB (2005)	37,5% %
Carga tributária/PIB (2004)	35,91%
Carga tributária/PIB (2003)	35,23%
Carga tributária/PIB (2002)	35,80%
População Economicamente Ativa (2007) (5)	98,8 milhões
Ocupada	90,7 milhões
Desocupada	8,0 milhões
População Não Economicamente Ativa	60,5 milhões
População Ocupada Segundo Posição no Trabalho Principal	90,7 milhões
Empregados	52,0 milhões
Com carteira de trabalho assinada	30,1 milhões
Funcionários públicos estatutários e militares	6,1 milhões
Outros e sem declaração	15,6 milhões
Trabalhador doméstico	6,7 milhões
Com carteira de trabalho assinada	1,8 milhão
Sem carteira de trabalho assinada	4,8 milhões
Conta própria	19,2 milhões
Empregador	3,4 milhões
Trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	4,0 milhões
Não remunerados e sem declaração	5,3 milhões
Contribuintes para Instituto de Previdência em qualquer trabalho	46,0 milhões
Contribuintes para o Regime Geral de Previdência (2007)	36,4 milhões
Empregados	29,0 milhões
Trabalhador Doméstico	1,3 milhão

<i>Contribuinte individual</i>	<i>5,4 milhões</i>
<i>Facultativo</i>	<i>506,2 mil</i>
<i>Segurado especial</i>	<i>3.849</i>
<i>Ignorado</i>	<i>128</i>
Arrecadação Líquida estimada RGPS (2009) (13)	R\$ 187,8 bilhões
<i>% PIB</i>	<i>5,89%</i>
Arrecadação Líquida estimada 2008 (1)	R\$ 157,1 bilhões
<i>% PIB</i>	<i>5,72%</i>
Déficit estimado pela SOF (2008) (1)	R\$ 41,6 bilhões
Arrecadação Líquida (jan-mar, 2009)	R\$ 39,8 bilhões
Déficit	R\$ 8,4 bilhões
Arrecadação Líquida (2008)	R\$ 163,3 bilhões
Déficit	R\$ 36,2 bilhões
Arrecadação Líquida (2007)	R\$ 140,4 bilhões
Déficit	R\$ 44,8 bilhões
<i>% PIB</i>	<i>5,41%</i>
Arrecadação Líquida 2006	R\$ 123,5 bilhões
<i>% do PIB</i>	<i>5,41%</i>
Déficit (2006) INPC - 2007	R\$ 42,7 bilhões
<i>% do PIB</i>	
Arrecadação Líquida (2005)	R\$ 108,4 bilhões
<i>% do PIB</i>	<i>5,58%</i>
Déficit (2005) INPC-2007	R\$ 40,7 bilhões
Arrecadação Líquida (2004)	R\$ 93,7 bilhões
<i>% no PIB</i>	<i>5,31%</i>
Déficit (2004) INPC -2007	R\$ 36,6 bilhões
Arrecadação Líquida (2003)	R\$ 80,7 bilhões
<i>% no PIB</i>	<i>5,19%</i>
Déficit (2003) INPC-2007	R\$ 29,9 bilhões
Arrecadação Total (2008)	R\$ 180,3 bilhões
Arrecadação Total (2007)	R\$ 150,5 bilhões
Arrecadação Total (2006)	R\$ 132,2 bilhões
Arrecadação Total (2005)	R\$ 115,2 bilhões
Arrecadação Total (2003)	R\$ 122,2 bilhões
Arrecadação Total (2004)	R\$ 160,0 bilhões
Sonegação estimada 2003 (30% da receita líquida)	R\$ 24,0 bilhões
Sonegação estimada 2004 (30% da receita líquida)	R\$ 27,9 bilhões
Sonegação estimada 2005 (30% da receita líquida)	R\$ 32,4 bilhões
Sonegação estimada 2006 (30% da receita líquida)	R\$ 32,4 bilhões
Sonegação estimada 2007 (30% da receita líquida)	R\$ 42,1 bilhões
Sonegação estimada 2008 (30% da receita líquida)	R\$ 47,1 bilhões
Renúncia contributiva (2009)	R\$ 17,1 bilhões
Renúncia contributiva (2008) (6)	R\$ 14,7 bilhões
Renúncia contributiva (2007) (6)	R\$ 12,6 bilhões
Renúncia contributiva (2006)	R\$ 11,4 bilhões
Renúncia contributiva (2005)	R\$ 12,7 bilhões
Renúncia contributiva (2004)	R\$ 11,0 bilhões
Renúncia contributiva (2003)	R\$ 9,5 bilhões
Renúncia contributiva (2002)	R\$ 8,1 bilhões
Renúncia contributiva (2001)	R\$ 6,0 bilhões
Renúncia contributiva (2000)	R\$ 4,5 bilhões
Créditos a receber (2007) (7)	R\$ 300,0 bilhões
Créditos em dívida ativa (2006)	R\$ 156,1 bilhões
Devedores	251.250
Créditos	767,2 mil
Recuperação de crédito na dívida ativa (2003)	R\$ 1,2 bilhão
Recuperação de crédito na dívida ativa (2004)	R\$ 1,4 bilhão
Recuperação de crédito na dívida ativa (2005)	R\$ 2,5 bilhões
Recuperação de crédito na dívida ativa (2006)	R\$ 4,3 bilhões
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (jan-mar 2009)	R\$ 44,0 bilhões
Empresas e entidades equiparadas	R\$ 38,1 bilhões
Contribuintes individuais	R\$ 1,4 bilhão
Outros	R\$ 4,3 bilhões
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2008)	R\$ 180,3 bilhões
Empresas e entidades equiparadas	R\$ 155,2 bilhões
Contribuintes Individuais	R\$ 5,7 bilhões
Outros	R\$ 19,4 bilhões
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2006)	R\$ 132,34 bilhões
Variação sobre 2005	13,91%
Empresas e entidades equiparadas	R\$ 111,9 bilhões
Contribuintes individuais	R\$ 4,7 bilhões
Outros	R\$ 14,0 bilhões
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2005)	R\$ 115,2 bilhões
Variação sobre 2004	14,55%
Empresas e entidades equiparadas	R\$ 99,2 bilhões
Contribuintes individuais	R\$ 4,1 bilhões
Outros	R\$ 11,0 bilhões
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2004))	R\$ 114,5 bilhões
Variação sobre 2003	15,54%

<i>Empresas e entidades equiparadas</i>	<i>R\$ 86,5 bilhões</i>
<i>Contribuintes individuais</i>	<i>R\$ 3,7 bilhão</i>
<i>Outros</i>	<i>R\$ 9,6 bilhões</i>
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2003)	R\$ 86,5 bilhões
<i>Variação sobre 2002</i>	<i>14,55%</i>
<i>Empresas e entidades equiparadas</i>	<i>R\$74,7 bilhões</i>
<i>Contribuintes individuais</i>	<i>R\$ 3,7 bilhões</i>
<i>Outros</i>	<i>R\$ 8,2 bilhões</i>
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2007)	R\$ 150,5 bilhões
<i>Variação sobre 2006</i>	<i>15,44%</i>
<i>Empresas e entidades equiparadas</i>	<i>R\$ 129,7 bilhões</i>
<i>Contribuintes Individuais</i>	<i>R\$ 5,0 bilhões</i>
<i>Outros</i>	<i>R\$ 15,7 bilhões</i>
Valor dos recolhimentos por atividade econômica (mar2009) (5)	R\$ 13,4 bilhões
<i>Agricultura</i>	<i>R\$ 185,5 milhões – 1,38%</i>
<i>Indústria</i>	<i>R\$ 4,4 bilhões – 32,92 %</i>
<i>Transformação</i>	<i>R\$ 2,9 bilhões – 22,06%</i>
<i>Serviços</i>	<i>R\$ 8,5 bilhões – 63,66%</i>
<i>Ignorado</i>	<i>R\$ 274,0 milhões – 2,04%</i>
Pagamento de Benefícios (2003)	R\$ 82,5 bilhões
<i>Variação em relação a 2002</i>	<i>22,42%</i>
<i>% no PIB</i>	<i>7,07</i>
Déficit (2003)	R\$ 26,4 bilhões
<i>% no PIB</i>	<i>1,69</i>
<i>Valor médio do benefício</i>	<i>R\$ 415,71</i>
<i>Benefícios em manutenção</i>	<i>21,8 milhões</i>
Pagamento de Benefícios (2004)	R\$ 125,7 bilhões
<i>% no PIB</i>	<i>7,11</i>
<i>Valor médio</i>	<i>R\$ 449,63</i>
<i>Pagamento Benefícios urbanos</i>	<i>R\$ 103,2 bilhões</i>
<i>Valor médio do benefício</i>	<i>R\$ 534,56</i>
<i>Benefícios em manutenção</i>	<i>23,1 milhões</i>
Pagamento de Benefícios (2005)	R\$ 146,0 bilhões
<i>% no PIB</i>	<i>7,54%</i>
<i>Variação sobre 2004</i>	<i>12,39 %</i>
<i>Valor médio do benefício</i>	<i>R\$ 473,51</i>
<i>Benefícios em manutenção</i>	<i>23,9 milhões</i>
<i>Pagamento Benefícios urbanos</i>	<i>R\$ 115,7 bilhões</i>
<i>Valor médio</i>	<i>R\$ 555,38</i>
<i>Pagamento de Benefícios rurais</i>	<i>R\$ 26,7 bilhões</i>
<i>Valor médio</i>	<i>R\$ 288,66</i>
Pagamento de Benefícios (2006)	R\$ 167,9 bilhões
<i>Valor médio</i>	<i>R\$ 582,25</i>
<i>% do PIB</i>	<i>7,13%</i>
Pagamento de Benefícios (2007) estimado pela SOF	162,2 bilhões
<i>% do PIB</i>	<i>7,23%</i>
Pagamento de Benefícios (2007) (5)	R\$ 185,25 bilhões
<i>Valor médio (dez,2007)</i>	<i>R\$ 540,34</i>
Pagamento de Benefícios (2008) estimado pela SOF	198,7 bilhões
<i>% PIB</i>	<i>7,24%</i>
Pagamento de Benefícios (2008)	R\$ 199,5 bilhões
Valor médio (2008)	R\$ 582,69
Pagamento de Benefícios (jan-mar 2009)	48,8 bilhões
Valor médio	R\$ 641,84
Benefícios com o valor do piso/salário mínimo (mar 2009)	16,2 milhões
<i>Participação</i>	<i>69,38%</i>
<i>Benefícios assistenciais</i>	<i>3,3 milhões</i>
<i>Benefícios rurais</i>	<i>7,9 milhões</i>
<i>Benefícios urbanos</i>	<i>7,0 milhões</i>
Benefícios com o valor do piso/salário mínimo (2008)	17,8 milhões
<i>Participação</i>	<i>68,2%</i>
<i>Benefícios assistenciais</i>	<i>3,2 milhões</i>
<i>Benefícios rurais</i>	<i>7,8 milhões</i>
<i>Benefícios urbanos</i>	<i>6,8 ,milhões</i>
Benefícios com o valor do piso/salário mínimo (2007)	17,0 milhões
<i>Participação</i>	<i>70,18%</i>
<i>Benefícios assistenciais</i>	<i>3,0 milhões</i>
<i>Benefícios rurais</i>	<i>7,8 milhões</i>
<i>Benefícios urbanos</i>	<i>6,4 milhões</i>
Benefícios com o valor do piso/salário mínimo (2006)	16,5 milhões
<i>Participação</i>	<i>67,00%</i>
<i>Benefícios assistenciais</i>	<i>2,9 milhões</i>
<i>Benefícios rurais</i>	<i>7,2 milhões</i>
<i>Benefícios urbanos</i>	<i>6,4 milhões</i>
Benefícios com o valor do piso/salário mínimo (2005)	16,3 milhões
<i>Participação</i>	<i>67,88%</i>
<i>Benefícios assistenciais</i>	<i>2,9 milhões</i>
<i>Benefícios rurais</i>	<i>7,0 milhões</i>
<i>Benefícios urbanos</i>	<i>5,4 milhões</i>
Benefícios com o valor do piso/salário mínimo (2004)	14,9 milhões

<i>Participação</i>	64,6%
<i>Benefícios assistenciais</i>	2,6 milhões
<i>Benefícios rurais</i>	6,8 milhões
<i>Benefícios urbanos</i>	5,5 milhões
Cobertura de Financiamento de Benefícios (2004)	
<i>Arrecadação Líquida Urbana</i>	R\$ 100,2 bilhões (5)
<i>Pagamento de Benefícios Urbanos</i>	R\$ 113,2 bilhões
<i>Déficit</i>	R\$ 13,0 bilhões
<i>Arrecadação Rural</i>	R\$ 3,4 bilhões
<i>Pagamento de Benefícios Rurais</i>	R\$ 25,7 bilhões
<i>Déficit</i>	R\$ 22,2 bilhões
Cobertura de Financiamento de Benefícios (2005)	
<i>Arrecadação Líquida Urbana</i>	R\$ 109,9 bilhões (5)
<i>Pagamento de Benefícios Urbanos</i>	R\$ 124,1 bilhões
<i>Déficit</i>	R\$ 14,1 bilhões
<i>Arrecadação Rural</i>	R\$ R\$ 3,5 bilhões
<i>Pagamento de Benefícios Rurais</i>	R\$ 28,6 bilhões
<i>Déficit</i>	R\$ 25,1 bilhões
Cobertura do Financiamento de Benefícios (2006)	
<i>Arrecadação Urbana</i>	R\$ 121,3 bilhões
<i>Pagamento de Benefícios Urbanos</i>	R\$ 135,1 bilhões
<i>Déficit</i>	R\$ 13,7 bilhões
<i>Arrecadação Rural</i>	R\$ 3,8 bilhões
<i>Pagamento de Benefícios Rurais</i>	R\$ 32,8 bilhões
<i>Déficit</i>	R\$ 28,9 bilhões
Benefícios em manutenção (mar 2009)	26,3 milhões
<i>Benefícios do RGPS</i>	22,9 milhões
<i>Previdenciários</i>	22,1 milhões
<i>Acidentários</i>	804,0 mil
<i>Assistenciais</i>	3,3 milhões
Benefícios em manutenção urbanos (mar 2009)	18,3 milhões
<i>Benefícios do RGPS</i>	15,1 milhões
<i>Previdenciários</i>	14,3 milhões
<i>Acidentários</i>	775,2 mil
<i>Assistenciais</i>	3,2 milhões
Benefícios em manutenção rurais (fev 2009)	7,9 milhões
<i>Benefícios do RGPS</i>	7,7 milhões
<i>Previdenciários</i>	7,7 milhões
<i>Acidentários</i>	28,7 mil
<i>Assistenciais</i>	159,9 mil
Benefícios em manutenção (2008)	26,0 milhões
<i>Benefícios do RGPS</i>	22,7 milhões
<i>Benefícios Previdenciários</i>	21,9 milhões
<i>Benefícios Acidentários</i>	804,3 mil
<i>Benefícios Assistenciais</i>	3,2 milhões
Benefícios em manutenção (2007)	25,1 milhões
<i>Benefícios do RGPS</i>	22,0 milhões
<i>Benefícios Previdenciários</i>	21,2 milhões
<i>Benefícios Acidentários</i>	768,6 mil
<i>Benefícios Assistenciais</i>	3,0 milhões
Benefícios em manutenção (2006)	24,5 milhões
<i>Benefícios do RGPS</i>	21,6 milhões
<i>Benefícios Previdenciários</i>	20,9 milhões
<i>Benefícios Acidentários</i>	732,8 mil
<i>Benefícios Assistenciais</i>	2,9 milhões
Benefícios em manutenção (2005)	23,9 milhões
<i>Benefícios do RGPS</i>	21,1 milhões
<i>Benefícios Previdenciários</i>	20,3 milhões
<i>Benefícios Acidentários</i>	755,8 mil
<i>Benefícios Assistenciais</i>	2,7 milhões
Benefícios em manutenção (2004)	23,1 milhões
<i>Benefícios do RGPS</i>	20,5 milhões
<i>Benefícios Previdenciários</i>	19,7 milhões
<i>Benefícios Acidentários</i>	756,9 mil
<i>Benefícios Assistenciais</i>	2,6 milhões
Benefícios Concedidos (jan-mar 2009)	1,0 milhão
Benefícios concedidos (2008)	4,4 milhões
Benefícios concedidos (2007)	4,1 milhões
Benefícios concedidos (2006)	4,2 milhões
Benefícios concedidos (2005)	3,9 milhões
Benefícios concedidos (2004)	3,9 milhões
Benefícios concedidos (2003)	3,5 milhões
Tempo médio de concessão (jan, 2009)	22 dias
Produção dos servidores (2008)	22,5 milhões de processos movimentados
Produção dos servidores (2007)	23,7 milhões de processos movimentados
Produção dos servidores (2006)	26,1 milhões de processos movimentados
Produção dos servidores (mar 2009)	2.054.577 processos movimentados
<i>Benefícios concedidos</i>	429.440
<i>Benefícios cessados</i>	382.635
<i>Benefícios suspensos</i>	15.222

<i>Entrada de benefícios previdenciários</i>	227.705
<i>Indeferidos</i>	108.622
<i>Represados</i>	116.084
<i>Entrada de processos acidentários</i>	395.139
<i>Indeferidos</i>	219.322
<i>Represados</i>	160.428
Relação Concessão/servidor (2008)	
<i>Concessão</i>	4,6 milhões
<i>Servidores</i>	30,0
<i>Concessão/servidor</i>	148,72
<i>Aguardando perícia médica</i>	141.007
Relação concessão /servidor (2007)	
<i>Concessão</i>	4,1 milhões
<i>Servidores</i>	30,0 mil
<i>Concessão/servidor</i>	136,66
Relação concessão/servidor (2006)	
<i>Concessão</i>	4,2 milhões
<i>Servidores</i>	30,0 mil
<i>Concessão/servidor</i>	140 benefícios
Relação concessão/servidor (2005)	
<i>Concessão</i>	3,9 milhões
<i>Servidores</i>	30,0 mil
<i>Concessão/Servidor</i>	131,85 benefícios
Relação concessão/servidor (2004)	
<i>Concessão</i>	3,9 milhões
<i>Servidores</i>	40,0 mil
<i>Concessão/servidor</i>	99,7 benefícios
Relação Manutenção/servidor (2008)	
<i>Manutenção</i>	26,0 milhões
<i>Servidores</i>	30,0 mil
<i>Manutenção/servidor</i>	866,6
Relação Manutenção servidor (2007)	
<i>Manutenção</i>	25,1 milhões
<i>Servidores</i>	30,0 mil
<i>Manutenção/servidor</i>	836,6
Relação Manutenção/servidor (2006)	
<i>Manutenção</i>	24,5 milhões
<i>Servidores</i>	30,0 mil
<i>Manutenção/servidor</i>	833,3
Relação Manutenção servidor (2005)	
<i>Manutenção</i>	23,9 milhões
<i>Servidores</i>	30,0 mil
<i>Relação Manutenção/servidor</i>	796,6
Relação Manutenção servidor (2004)	
<i>Manutenção</i>	23,1 milhões
<i>Servidores</i>	40,0 mil
<i>Manutenção/servidor</i>	577,5
Relação Manutenção/servidor (2003)	
<i>Manutenção</i>	21,8 milhões
<i>Servidores</i>	41,1 mil
<i>Manutenção/servidor</i>	535 benefícios
Previdência Complementar Privada Aberta (9)	
<i>Empresas</i>	44
<i>Aplicações 1996</i>	R\$ 71,6 bilhões
<i>Aplicações 2000</i>	R\$ 130,0 bilhões
<i>Aplicações 2003</i>	R\$ 216,1 bilhões
<i>Aplicações 2006</i>	R\$ 342,8 bilhões
<i>Captação 2005</i>	R\$ 19,4 bilhões
<i>Captação 2006</i>	R\$ 22,9 bilhões
<i>Varição 2006/2005</i>	17,69%
<i>Captação 2007</i>	R\$ 32,32 bilhões
<i>Varição 2007/2006</i>	22,73%
<i>Provisões ou reservas técnicas 2005</i>	R\$ 77,2 bilhões
<i>Provisões ou reservas técnicas 2006</i>	R\$ 96,6 bilhões
<i>Provisões ou reservas técnicas 2007 até out</i>	R\$ 114,8 bilhões
<i>Provisões ou reservas técnicas 2008 (10)</i>	R\$ 132,5 bilhões
<i>Crescimento entre 2004/2005</i>	23,45%
<i>Varição 2006/2005</i>	25,20%
<i>Carteira de Investimentos</i>	R\$ 100 bilhões
<i>Varição 2006/2005</i>	25,32%
<i>Participantes individuais (2004)</i>	6,7 milhões
<i>Participantes individuais (2005)</i>	7,3 milhões
<i>Participantes individuais (2006)</i>	7,8 milhões
<i>Participantes individuais (2008) (10)</i>	7,6 milhões
<i>Varição 2006/20005</i>	6,6%
<i>Beneficiários 2005</i>	325.204
<i>Beneficiários 2006</i>	201.330
<i>Beneficiários 2008 (10)</i>	289,6 mil
<i>Varição 2006/2005</i>	-38,10%
<i>Planos empresariais 2005</i>	147.885

Planos empresariais 2006	162.669
Varição 2006/2005	10,01%
Previdência Complementar Fechada (dez 2008) (12)	
Entidades fechadas	371
Patrocinados por empresas privadas	288
Patrocinados por empresas estatais	83
Patrocinadores	2.555
Planos assistenciais	49
Planos previdenciários	1.030
População abrangida	6,7 milhões
População abrangida públicos	2,8 milhões
População abrangida privados	3,9 milhões
Participantes	2,0 milhões
Participantes públicos	706,9 mil
Participantes privados	1,3 milhão
Assistidos	461,8 mil
Assistidos públicos	249,4 mil
Assistidos privados	212,3 mil
Beneficiários de pensão	169,9 mil
Beneficiários de pensão públicos	110,4 mil
Beneficiários de pensão privados	59,4 mil
Designados	4,0 milhões
Designados públicos	1,7 milhão
Designados privados	2,3 milhões
Patrimônio dos fundos (2004) (13)	R\$ 281,8 bilhões
Patrimônio dos fundos (2005)	R\$ 321,8 bilhões
Patrimônio dos fundos (2006)	R\$ 377,5 bilhões
Patrimônio dos fundos (2007)	R\$ 457,6 bilhões
Patrimônio dos fundos (2008)	R\$442,8 bilhões
Patrimônio dos fundos públicos	R\$ 283,0 bilhões – 63,91%
Patrimônio dos fundos privados	R\$ 159,8 bilhões – 36,09%
Maior EFPC por população total	Previ 169,3 mil
Maior EFPC por participantes	Postalis 94,1 mil
Maior EFPC por assistidos	Previ 63,5 mil
Maior EFPC por beneficiários de pensão	Refer 20,8 mil
Maior EFPC por ativo de investimentos	Previ R\$ 116,7 bilhões
Servidores do INSS (2001)	79.672
Ativos	39.574
Inativos	40.090
Procuradores	1.037
Advogados Constituídos	527
Auditores Fiscais	3.703
Servidores do INSS (2002)	79,0 mil
Ativos	39,0 mil
Inativos	40, mil
Procuradores	1.420
Advogados constituídos	443
Auditores Fiscais	3.702
Servidores do INSS (2003)	82,3 mil
Ativos	41,2 mil
Inativos	41,1 mil
Procuradores	1.641
Advogados Constituídos	398
Auditores Fiscais	3.601
Servidores do INSS (2004)	81,9 mil
Ativos	40,8 mil
Inativos	41,0 mil
Procuradores	1.641
Advogados Constituídos	398
Auditores Fiscais	4.239
Servidores do INSS (2005)	82,6 mil
Ativos	41,9 mil
Inativos	40,6 mil
Procuradores	1.035
Auditores Fiscais	4.212
Servidores do INSS (2006) (14)	83,7 mil
Ativos	43,6 mil
Inativos	40,1 mil
Procuradores	1.332
Auditores Fiscais	4.184
Servidores do INSS (2007) (14)	79.097
Ativos	39.423
Inativos	39.674
Lotação Ideal do INSS (2003)	57,0 mil
Servidores da DATAPREV (2007)	3.163
Servidores da DATAPREV (2006)	3.197
Servidores da DATAPREV (2004)	3.088
Servidores da DATAPREV (2005)	3.047
Servidores da DATAPREV (2003)	3.146
Servidores do MPS (2007)	2.698

Ativos	666
<i>Inativos</i>	<i>1.730</i>
<i>Requisitados</i>	<i>176</i>
<i>Comissionados</i>	<i>266</i>
<i>Pensionistas</i>	<i>1.293</i>
Servidores do MPS (2006) (14)	4.845
<i>Ativos</i>	<i>681</i>
<i>Inativos</i>	<i>1.779</i>
<i>Requisitados</i>	<i>2.171</i>
<i>Comissionados</i>	<i>607</i>
<i>Pensionistas</i>	<i>1295</i>
Servidores do MPS (2005)	4.661
<i>Ativos</i>	<i>693</i>
<i>Inativos</i>	<i>1.803</i>
<i>Requisitados</i>	<i>2.069</i>
<i>Comissionados</i>	<i>67</i>
<i>Pensionistas</i>	<i>945</i>
Servidores do MPS (2004)	3.159
<i>Ativos</i>	<i>701</i>
<i>Inativos</i>	<i>1.843</i>
<i>Requisitados</i>	<i>526</i>
Servidores do MPS (2003)	3.290
<i>Ativos</i>	<i>1.405</i>
<i>Inativos</i>	<i>1.895</i>
<i>Requisitados</i>	<i>550</i>
Custo do INSS (jan-mar 2009) (11)	
<i>Pessoal</i>	<i>R\$ 1,6 bilhão</i>
<i>Custeio</i>	<i>R\$ 316,2 milhões</i>
Custo do INSS (2008) (11)	
<i>Pessoal</i>	<i>6,1 bilhões</i>
<i>Custeio (11)</i>	<i>R\$ 2,0 bilhões</i>
<i>Custeio</i>	<i>R\$ 75,4 milhões</i>
Custo do INSS (2007)	
<i>Pessoal</i>	<i>R\$ 6,6 bilhões</i>
<i>Custeio (11)</i>	<i>R\$ 2,2 bilhões</i>
Custo do INSS (2006)	
<i>Pessoal</i>	<i>R\$ 5,8 bilhões</i>
Custo do INSS (2005)	
<i>Pessoal</i>	<i>R\$ 4,5 bilhões</i>
<i>Custeio</i>	<i>R\$ 3,7 bilhões</i>
<i>Custeio</i>	<i>R\$ 7,2 bilhões</i>
Custo do INSS (2004)	
<i>Pessoal</i>	<i>R\$ 6,9 bilhões</i>
<i>Custeio</i>	<i>R\$ 3,4 bilhões</i>
Unidades de Atendimento do INSS (2003) (14)	1.351
Unidades de Atendimento do INSS (2004)	1.353
Unidades de Atendimento do INSS (2005)	1.528
Unidades de Atendimento do INSS (2006)	1.695
Unidades de Atendimento do INSS (2007)	1.674
<i>Gerências Regionais</i>	<i>5</i>
<i>Gerências Executivas</i>	<i>100</i>
<i>Agências fixas</i>	<i>1.145</i>
<i>Agências móveis</i>	<i>74</i>
<i>Previdade</i>	<i>238</i>
<i>Unidade Técnica de Reabilitação Profissional</i>	<i>46</i>
<i>Auditorias Regionais</i>	<i>8</i>
<i>Procuradorias dos Tribunais</i>	<i>5</i>
<i>Procuradorias Seccionais</i>	<i>91</i>
<i>Corregedorias Regionais</i>	<i>8</i>

Fontes: : (1) SRF; (2) Estimado pelo IBGE, PIB corrente a preço de mercado; (3) Ajustada pela inflação do IPCA ; (4) Ajustada pela Inflação do IPCA, a preços de dez de 2006; (5) MPS, jul 2007; (6) SPS/MPS Exclusive segurado especial, empregador rural, empregador doméstico e clubes de Futebol. (7) DATA-ANASPS; (8) MPS, jul 2007; (9) ANAPP; (10) Valor Econômico, 29.08.08; (11) SPC,MPS , Informe Estatístico dez 2007;; (12) Dados inconsistentes no fluxo de caixa do INSS, de dez 2007 e jan-nov 2008; (13) valores nominais; (14) Anuário Estatístico do MPS

Grandes Números da Previdência Social

Elaborado pelo Prof. JB Serra e Gurgel para o DatANASPS, Abr/09

População (2007)	189,8 milhões
Urbana	158,4 milhões
Rural	31,3 milhões
Expectativa de vida ao nascer , ambos os sexos (em anos) 1991	67,0 anos
Expectativa de vida ao nascer , homem (em anos)	63,2 anos
Expectativa de vida ao nascer , mulher (em anos)	70,9 anos
Expectativa de vida ao nascer , ambos os sexos (em anos) 2007	72,5 anos
Expectativa de vida ao nascer , homem (em anos)	68,8 anos
Expectativa de vida ao nascer , mulher (em anos)	76,4 anos
Produto Interno Bruto (2009) (1)	R\$ 3.113 trilhões
Produto Interno Bruto (2008) (2)	R\$ 2.889 trilhões
Crescimento	5,1%
Produto Interno Bruto (2007)(2)	R\$ 2.597 trilhões
Produto Interno Bruto (2006) (2)	R\$ 2.322 trilhões
Em US\$	US\$ 944 bilhões
Varição em relação a 2005	2,9%
Produto Interno Bruto (2005)	
Em US\$	US\$ 795,6 bilhões
Varição em relação a 2004	2,3%
Produto Interno Bruto (2004)	
Em US\$	603,0 bilhões
Varição em relação a 2003	5,2%
Arrecadação Federal (2009) (13)	R\$ 808,9 bilhões
% PIB	25,38
Arrecadação Federal (2008) (1)	R\$ 701,4 bilhões
Arrecadação Federal (2007) (1)	R\$ 651,3 bilhões
Arrecadação Federal (2006)	R\$ 397,611 bilhões
Arrecadação Federal (2005)	R\$ 364,1 bilhões
Arrecadação Federal (2004)	R\$ 322,5 bilhões
Arrecadação Federal (2003)	R\$ 328,940 bilhões
Arrecadação Federal (2002) (3)	R\$ 334,916 bilhões
Varição 1995/1998 (4)	44,30%
Varição 1999/2002	34,19%
Varição 2003/2006	20,95%
Carga Tributária/PIB (2008)	35,15%
Carga Tributária/PIB (2007)	34,79%
Carga Tributária/PIB (2006)	38,84%
Carga tributária /PIB (2005)	37,5%
Carga tributária/PIB (2004)	35,91%
Carga tributária/PIB (2003)	35,23%
Carga tributária/PIB (2002)	35,80%
População Economicamente Ativa (2007) (5)	98,6 milhões
Ocupada	90,7 milhões
Desocupada	8,0 milhões
População Não Economicamente Ativa	60,5 milhões
População Ocupada Segundo Posição no Trabalho Principal	90,7 milhões
Empregados	52,0 milhões
Com carteira de trabalho assinada	30,1 milhões
Funcionários públicos estatutários e militares	6,1 milhões
Outros e sem declaração	15,6 milhões
Trabalhador doméstico	6,7 milhões
Com carteira de trabalho assinada	1,8 milhão
Sem carteira de trabalho assinada	4,8 milhões
Conta própria	19,2 milhões
Empregador	3,4 milhões
Trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	4,0 milhões
Não remunerados e sem declaração	5,3 milhões
Contribuintes para instituto da previdência em qualquer trabalho	46,0 milhões
Contribuintes para o Regime Geral de Previdência (2007)	36,4 milhões
Empregados	29,0 milhões
Trabalhador Doméstico	1,3 milhão
Contribuinte individual	5,4 milhões
Facultativo	506,2 mil
Segurado especial	3.849
Ignorado	128
Arrecadação Líquida estimada RGPS (2009) (13)	R\$ 167,8 bilhões
% PIB	5,89%
Arrecadação Líquida estimada 2008 (1)	R\$ 157,1 bilhões
% PIB	5,72%
Déficit estimado pela SOF (2008) (1)	R\$ 41,6 bilhões
Arrecadação Líquida (jan-abr, 2009)	R\$ 53,5 bilhões
Déficit	R\$ 15,1 bilhões
Arrecadação Líquida (2008)	R\$ 163,3 bilhões
Déficit	R\$ 36,2 bilhões
Arrecadação Líquida (2007)	R\$ 140,4 bilhões
Déficit	R\$ 44,8 bilhões
% PIB	5,41%
Arrecadação Líquida 2006	R\$ 123,5 bilhões
% do PIB	5,41%
Déficit (2006) INPC – 2007	R\$ 42,7 bilhões
% do PIB	
Arrecadação Líquida (2005)	R\$ 108,4 bilhões
% do PIB	5,58%
Déficit (2005) INPC-2007	R\$ 40,7 bilhões
Arrecadação Líquida (2004)	R\$ 93,7 bilhões
%no PIB	5,31%
Déficit (2004) INPC -2007	R\$ 36,6 bilhões
Arrecadação Líquida (2003)	R\$ 80,7 bilhões
% no PIB	5,19%
Déficit (2003) INPC-2007	R\$ 29,9 bilhões
Arrecadação Total (2009)	R\$ 180,3 bilhões
Arrecadação Total (2007)	R\$ 150,5 bilhões
Arrecadação Total (2006)	R\$ 132,2 bilhões
Arrecadação Total (2005)	R\$ 115,2 bilhões
Arrecadação Total (2003)	R\$ 122,2 bilhões
Arrecadação Total (2004)	R\$ 160,0 bilhões
Sonegação estimada 2003 (30% da receita líquida)	R\$ 24,0 bilhões

Sonegação estimada 2004 (30% da receita líquida)	R\$ 27,9 bilhões
Sonegação estimada 2005 (30% da receita líquida)	R\$ 32,4 bilhões
Sonegação estimada 2006 (30% da receita líquida)	R\$ 32,4 bilhões
Sonegação estimada 2007 (30% da receita líquida)	R\$ 42,1 bilhões
Sonegação estimada 2008 (30% da receita líquida)	R\$ 47,1 bilhões
Renúncia contributiva (2009)	R\$ 17,1 bilhões
Renúncia contributiva (2008) (6)	R\$ 14,7 bilhões
Renúncia contributiva (2007) (6)	R\$ 12,6 bilhões
Renúncia contributiva (2006)	R\$ 11,4 bilhões
Renúncia contributiva (2005)	R\$ 12,7 bilhões
Renúncia contributiva (2004)	R\$ 11,0 bilhões
Renúncia contributiva (2003)	R\$ 9,5 bilhões
Renúncia contributiva (2002)	R\$ 8,1 bilhões
Renúncia contributiva (2001)	R\$ 6,0 bilhões
Renúncia contributiva (2000)	R\$ 4,5 bilhões
Créditos a receber (2007) (7)	R\$ 300,0 bilhões
Créditos em dívida ativa (2006)	R\$ 156,1 bilhões
Devedores	251.250
Créditos	767,2 mil
Recuperação de crédito na dívida ativa (2003)	R\$ 1,2 bilhão
Recuperação de crédito na dívida ativa (2004)	R\$ 1,4 bilhão
Recuperação de crédito na dívida ativa (2005)	R\$ 2,5 bilhões
Recuperação de crédito na dívida ativa (2006)	R\$ 4,3 bilhões
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (jan-abr 2009)	R\$ 59,9 bilhões
Empresas e entidades equiparadas	R\$ 51,3 bilhões
Contribuintes Individuais	R\$ 2,0 bilhão
Outros	R\$ 6,5 bilhões
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2008)	R\$ 160,3 bilhões
Varição sobre 2007	19,80%
Empresas e entidades equiparadas	155,2 bilhões
Contribuintes Individuais	R\$ 5,7 bilhões
Outros	R\$ 19,4 bilhões
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2007)	R\$ 150,5 bilhões
Varição sobre 2006	13,60%
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2006)	R\$ 132,34 bilhões
Varição sobre 2005	13,91%
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2005)	R\$ 115,2 bilhões
Varição sobre 2004	14,55%
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2004))	R\$ 114,5 bilhões
Varição sobre 2003	15,54%
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2003)	R\$ 86,5 bilhões
Varição sobre 2002	14,55%
Evolução do Valor Arrecadado pelo INSS (2007)	R\$ 150,5 bilhões
Varição sobre 2006	15,44%
Valor dos recolhimentos por atividade econômica (abr. 2009) (5)	R\$ 13,1 bilhões
Agricultura	R\$ 189,4 milhões – 1,44%
Indústria	R\$ 4,3 bilhões – 33,19 %
Transformação	R\$ 2,9 bilhões – 22,55%
Serviços	R\$ 8,3 bilhões – 63,03%
Ignorado	R\$ 305,0 milhões – 2,31%
Pagamento de Benefícios (2003)	R\$ 82,5 bilhões
Varição em relação a 2002	22,42%
% no PIB	7,07
Déficit (2003)	R\$ 26,4 bilhões
% no PIB	1,69
Valor médio do benefício	R\$ 415,71
Benefícios em manutenção	21,8 milhões
Pagamento de Benefícios (2004)	R\$ 125,7 bilhões
% no PIB	7,11
Valor médio	R\$ 449,63
Pagamento Benefícios urbanos	R\$ 103,2 bilhões
Valor médio do benefício	R\$ 534,56
Benefícios em manutenção	23,1 milhões
Pagamento de Benefícios (2005)	R\$ 146,0 bilhões
% no PIB	7,54%
Varição sobre 2004	12,39 %
Valor médio do benefício	R\$ 473,51
Benefícios em manutenção	23,9 milhões
Pagamento Benefícios urbanos	R\$ 115,7 bilhões
Valor médio	R\$ 555,38
Pagamento de Benefícios rurais	R\$ 26,7 bilhões
Valor médio	R\$ 288,66
Pagamento de Benefícios (2006)	R\$ 167,9 bilhões
Valor médio	R\$ 562,25
% do PIB	7,13%
Pagamento de Benefícios (2007) estimado pela SOF	162,2 bilhões
% do PIB	7,23%
Pagamento de Benefícios (2007) (5)	R\$ 185,25 bilhões
Valor médio (dez,2007)	R\$ 540,34
Pagamento de Benefícios (2008) estimado pela SOF	198,7 bilhões
% PIB	7,24%
Pagamento de Benefícios (2008)	R\$ 199,5 bilhões
Valor médio (2008)	R\$ 582,69
Pagamento de Benefícios (jan-abr 2009)	88,6 bilhões
Valor médio	R\$ 641,84
Benefícios com o valor do piso/salário mínimo (abr 2009)	18,2 milhões
Participação	69,27%
Benefícios assistenciais	3,3 milhões
Benefícios rurais	7,9 milhões
Benefícios urbanos	7,0 milhões
Benefícios com o valor do piso/salário mínimo (2008)	17,6 milhões
Participação	68,2%
Benefícios assistenciais	3,2 milhões
Benefícios rurais	7,8 milhões
Benefícios urbanos	6,8 milhões
Benefícios com o valor do piso/salário mínimo (2007)	17,0 milhões
Participação	70,18%%
Benefícios assistenciais	3,0 milhões
Benefícios rurais	7,8 milhões
Benefícios urbanos	6,4 milhões
Benefícios com o valor do piso/salário mínimo (2006)	16,5 milhões
Participação	67,00%
Benefícios assistenciais	2,9 milhões
Benefícios rurais	7,2 milhões
Benefícios urbanos	6,4 milhões

Benefícios com o valor do piso/salário mínimo (2005)	16,3 milhões
Participação	67,88%
Benefícios assistenciais	2,9 milhões
Benefícios rurais	7,0 milhões
Benefícios urbanos	5,4 milhões
Benefícios com o valor do piso/salário mínimo (2004)	14,9 milhões
Participação	64,6%
Benefícios assistenciais	2,6 milhões
Benefícios rurais	6,8 milhões
Benefícios urbanos	5,5 milhões
Cobertura de Financiamento de Benefícios (2004)	
Arrecadação Líquida Urbana	R\$ 100,2 bilhões (5)
Pagamento de Benefícios Urbanos	R\$ 113,2 bilhões
Déficit	R\$ 13,0 bilhões
Arrecadação Rural	R\$ 3,4 bilhões
Pagamento de Benefícios Rurais	R\$ 25,7 bilhões
Déficit	R\$ 22,2 bilhões
Cobertura de Financiamento de Benefícios (2005)	
Arrecadação Líquida Urbana	R\$ 109,9 bilhões (5)
Pagamento de Benefícios Urbanos	R\$ 124,1 bilhões
Déficit	R\$ 14,1 bilhões
Arrecadação Rural	R\$ 3,5 bilhões
Pagamento de Benefícios Rurais	R\$ 28,6 bilhões
Déficit	R\$ 25,1 bilhões
Cobertura do Financiamento de Benefícios (2006)	
Arrecadação Urbana	R\$ 121,3 bilhões
Pagamento de Benefícios Urbanos	R\$ 135,1 bilhões
Déficit	R\$ 13,7 bilhões
Arrecadação Rural	R\$ 3,8 bilhões
Pagamento de Benefícios Rurais	R\$ 32,8 bilhões
Déficit	R\$ 28,9 bilhões
Benefícios em manutenção (abr 2009)	26,4 milhões
Benefícios do RGPS	23,0 milhões
Previdenciários	22,1 milhões
Acidentários	804,0 mil
Assistenciais	3,3 milhões
Benefícios em manutenção urbanos (abr 2009)	18,4 milhões
Benefícios do RGPS	15,2 milhões
Previdenciários	14,3 milhões
Acidentários	775,3 mil
Assistenciais	3,2 milhões
Benefícios em manutenção rurais (abr 2009)	7,9 milhões
Benefícios do RGPS	7,8 milhões
Previdenciários	7,8 milhões
Acidentários	29,1 mil
Assistenciais	159,9 mil
Benefícios em manutenção (2008)	26,0 milhões
Benefícios do RGPS	22,7 milhões
Benefícios Previdenciários	21,9 milhões
Benefícios Acidentários	804,3 mil
Benefícios Assistenciais	3,2 milhões
Benefícios em manutenção (2007)	25,1 milhões
Benefícios do RGPS	22,0 milhões
Benefícios Previdenciários	21,2 milhões
Benefícios Acidentários	768,6 mil
Benefícios Assistenciais	3,0 milhões
Benefícios em manutenção (2006)	24,5 milhões
Benefícios do RGPS	21,6 milhões
Benefícios Previdenciários	20,9 milhões
Benefícios Acidentários	732,6 mil
Benefícios Assistenciais	2,9 milhões
Benefícios em manutenção (2005)	23,9 milhões
Benefícios do RGPS	21,1 milhões
Benefícios Previdenciários	20,3 milhões
Benefícios Acidentários	755,8 mil
Benefícios Assistenciais	2,7 milhões
Benefícios em manutenção (2004)	23,1 milhões
Benefícios do RGPS	20,5 milhões
Benefícios Previdenciários	19,7 milhões
Benefícios Acidentários	756,9 mil
Benefícios Assistenciais	2,6 milhões
Benefícios Concedidos (jan-abr2009)	1,4 milhão
Benefícios concedidos (2008)	4,4 milhões
Benefícios concedidos (2007)	4,1 milhões
Benefícios concedidos (2006)	4,2 milhões
Benefícios concedidos (2005)	3,9 milhões
Benefícios concedidos (2004)	3,9 milhões
Benefícios concedidos (2003)	3,5 milhões
Tempo médio de concessão (jan, 2009)	22 dias
Produção dos servidores (2008)	22,5 milhões de processos movimentados
Produção dos servidores (2007)	23,7 milhões de processos movimentados
Produção dos servidores (2006)	26,1 milhões de processos movimentados
Produção dos servidores (mai 2008-abr 2009)	24.013.090 processos movimentados
Produção dos servidores (abr 2009)	2.013.090 processos movimentados
Benefícios concedidos	391.472
Benefícios cessados	449.547
Benefícios suspensos	56.758
Entrada de benefícios previdenciários	227.705
Indeferidos	104.895
Represados	205.347
Entrada de processos acidentários	357.801
Indeferidos	195.697
Represados	123.868
Relação Concessão/servidor (2008)	
Concessão	4,6 milhões
Servidores	30,0
Concessão/servidor	148,72
Relação concessão /servidor (2007)	
Concessão	4,1 milhões
Servidores	30,0 mil
Concessão/servidor	136,66
Relação concessão/servidor (2006)	
Concessão	4,2 milhões
Servidores	30,0 mil
Concessão/servidor	140 benefícios
Relação concessão/servidor (2005)	
Concessão	3,9 milhões

Servidores	30,0 mil
Concessão/Servidor	131,85 benefícios
Relação concessão/servidor (2004)	
Concessão	3,9 milhões
Servidores	40,0 mil
Concessão/servidor	99,7 benefícios
Relação Manutenção/servidor (2008)	
Manutenção	26,0 milhões
Servidores	30,0 mil
Manutenção/servidor	866,6
Relação Manutenção servidor (2007)	
Manutenção	25,1 milhões
Servidores	30,0 mil
Manutenção/servidor	836,6
Relação Manutenção/servidor (2006)	
Manutenção	24,5 milhões
Servidores	30,0 mil
Manutenção/servidor	833,3
Relação Manutenção servidor (2005)	
Manutenção	23,9 milhões
Servidores	30,0 mil
Relação Manutenção/servidor	796,6
Relação Manutenção servidor (2004)	
Manutenção	23,1 milhões
Servidores	40,0 mil
Manutenção/servidor	577,5
Relação Manutenção/servidor (2003)	
Manutenção	21,8 milhões
Servidores	41,1 mil
Manutenção/servidor	535 benefícios
Previdência Complementar Privada Aberta (9)	
Empresas	44
Aplicações 1996	R\$ 71,6 bilhões
Aplicações 2000	R\$ 130,0 bilhões
Aplicações 2003	R\$ 216,1 bilhões
Aplicações 2006	R\$ 342,6 bilhões
Captação 2005	R\$ 19,4 bilhões
Captação 2006	R\$ 22,9 bilhões
Varição 2006/2005	17,69%
Captação 2007	R\$ 32,32 bilhões
Varição 2007/2006	22,73%
Provisões ou reservas técnicas 2005	R\$ 77,2 bilhões
Provisões ou reservas técnicas 2006	R\$ 96,6 bilhões
Provisões ou reservas técnicas 2007 até out	R\$ 114,6 bilhões
Provisões ou reservas técnicas 2008 (10)	R\$ 132,5 bilhões
Crescimento entre 2004/2005	23,45%
Varição 2006/2005	25,20%
Carteira de Investimentos	R\$ 100 bilhões
Varição 2006/2005	25,32%
Participantes individuais (2004)	6,7 milhões
Participantes individuais (2005)	7,3 milhões
Participantes individuais (2006)	7,8 milhões
Participantes individuais (2008) (10)	7,6 milhões
Varição 2006/2005	6,6%
Beneficiários 2005	325,204
Beneficiários 2006	201,330
Beneficiários 2008 (10)	289,6 mil
Varição 2006/2005	-38,10%
Planos empresariais 2005	147.885
Planos empresariais 2006	162.689
Varição 2006/2005	10,01%
Previdência Complementar Fechada (dez 2008) (12)	
Entidades fechadas	371
Patrocinados por empresas privadas	289
Patrocinados por empresas estatais	83
Patrocinadores	2.555
Planos assistenciais	49
Planos previdenciários	1.030
População abrangida	6,7 milhões
População abrangida públicos	2,8 milhões
População abrangida privados	3,9 milhões
Participantes	2,0 milhões
Participantes públicos	706,9 mil
Participantes privados	1,3 milhão
Assistidos	461,8 mil
Assistidos públicos	249,4 mil
Assistidos privados	212,3 mil
Beneficiários de pensão	169,9 mil
Beneficiários de pensão públicos	110,4 mil
Beneficiários de pensão privados	59,4 mil
Designados	4,0 milhões
Designados públicos	1,7 milhão
Designados privados	2,3 milhões
Patrimônio dos fundos (2004) (13)	R\$ 281,8 bilhões
Patrimônio dos fundos (2005)	R\$ 321,8 bilhões
Patrimônio dos fundos (2006)	R\$ 377,5 bilhões
Patrimônio dos fundos (2007)	R\$ 457,6 bilhões
Patrimônio dos fundos (2008)	R\$442,8 bilhões
Patrimônio dos fundos públicos	R\$ 283,0 bilhões – 63,91%
Patrimônio dos fundos privados	R\$ 159,8 bilhões – 36,09%
Maior EFPC por população total	Previ 169,3 mil
Maior EFPC por participantes	Postalis 94,1 mil
Maior EFPC por assistidos	Previ 63,5 mil
Maior EFPC por beneficiários de pensão	Refer 20,8 mil
Maior EFPC por ativo de investimentos	Previ R\$ 116,7 bilhões
Servidores do INSS (2001)	79.672
Ativos	39.574
Inativos	40.090
Procuradores	1.037
Advogados Constituídos	527
Audítores Fiscais	3.703
Servidores do INSS (2002)	79,0 mil
Ativos	39,0 mil
Inativos	40,0 mil
Procuradores	1.420
Advogados constituídos	443
Audítores Fiscais	3.702

Servidores do INSS (2003)	82,3 mil
Ativos	41,2 mil
Inativos	41,1 mil
Procuradores	1.641
Advogados Constituídos	399
Audítores Fiscais	3.601
Servidores do INSS (2004)	81,9 mil
Ativos	40,8 mil
Inativos	41,0 mil
Procuradores	1.641
Advogados Constituídos	396
Audítores Fiscais	4.239
Servidores do INSS (2005)	82,6 mil
Ativos	41,9 mil
Inativos	40,6 mil
Procuradores	1.035
Audítores Fiscais	4.212
Servidores do INSS (2006) (14)	83,7 mil
Ativos	43,6 mil
Inativos	40,1 mil
Procuradores	1.332
Audítores Fiscais	4.184
Servidores do INSS (2007) (14)	79.097
Ativos	39.423
Inativos	39.674
Lotação ideal do INSS (2003)	57,0 mil
Servidores da DATAPREV (2007)	3.163
Servidores da DATAPREV (2006)	3.197
Servidores da DATAPREV (2004)	3.088
Servidores da DATAPREV (2005)	3.047
Servidores da DATAPREV (2003)	3.146
Servidores do MPS (2007)	2.698
Ativos	666
Inativos	1.730
Requisitados	176
Comissionados	286
Pensionistas	1.293
Servidores do MPS (2006) (14)	4.845
Ativos	681
Inativos	1.779
Requisitados	2.171
Comissionados	607
Pensionistas	1.295
Servidores do MPS (2005)	4.661
Ativos	693
Inativos	1.803
Requisitados	2.069
Comissionados	67
Pensionistas	945
Servidores do MPS (2004)	3.159
Ativos	701
Inativos	1.643
Requisitados	526
Servidores do MPS (2003)	3.290
Ativos	1.405
Inativos	1.895
Requisitados	550
Custo do INSS (jan-abr 2009) (11)	
Pessoal	R\$ 2,1 bilhões
Custeio	R\$ 436,3 milhões
Custo do INSS (2008) (11)	
Pessoal	6,1 bilhões
Custeio (11)	R\$ 2,0 bilhões
Custeio	R\$ 75,4 milhões
Custo do INSS (2007)	
Pessoal	R\$ 6,6 bilhões
Custeio (11)	R\$ 2,2 bilhões
Custo do INSS (2006)	
Pessoal	R\$ 5,8 bilhões
Custeio	R\$ 3,7 bilhões
Custo do INSS (2005)	
Pessoal	R\$ 4,5 bilhões
Custeio	R\$ 7,2 bilhões
Custo do INSS (2004)	
Pessoal	R\$ 6,9 bilhões
Custeio	R\$ 3,4 bilhões
Unidades de Atendimento do INSS (2003) (14)	1.351
Unidades de Atendimento do INSS (2004)	1.353
Unidades de Atendimento do INSS (2005)	1.528
Unidades de Atendimento do INSS (2006)	1.695
Unidades de Atendimento do INSS (2007)	1.874
Gerências Regionais	5
Gerências Executivas	100
Agências fixas	1.145
Agências móveis	74
Previdade	236
Unidade Técnica de Reabilitação Profissional	46
Auditorias Regionais	8
Procuradorias dos Tribunais	5
Procuradorias Seccionais	91
Corregedorias Regionais	8

Fontes: - (1) SRF; (2) Estimado pela IBGE, PIB corrente a preço de mercado; (3) Ajustada pela inflação do IPCA; (4) Ajustada pela inflação do IPCA, a preços de dez de 2006; (5) MPS, jul 2007; (6) SPS/MPS Exclusivo segurado especial, empregador rural, empregador doméstico e clubes de Futebol; (7) DATA-ANASPS; (8) MPS, jul 2007; (9) ANAPP; (10) Valor Econômico, 29.08.08; (11) SPC/MPS - Informe Estatístico dez 2007; (12) Dados inconsistentes no fluxo de caixa do INSS, de dez 2007 e jan-nov 2008; (13) valores nominais; (14) Anuário Estatístico do MPS